

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
CURSO DE MESTRADO

JORGE RAUL LOPES RIBEIRO

RELAÇÕES ENTRE O FAZER TÉCNICO-ESTÉTICO E O AGIR ÉTICO
NA BUSCA DA QUALIDADE EM PRODUTOS

Caxias do Sul
2013

JORGE RAUL LOPES RIBEIRO

RELAÇÕES ENTRE O FAZER TÉCNICO-ESTÉTICO E O AGIR ÉTICO
NA BUSCA DA QUALIDADE EM PRODUTOS

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Centro de Filosofia e Educação, da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Idalgo José Sangalli

Coorientador: Prof. Dr. Jayme Paviani

Caxias do Sul
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

R484r Ribeiro, Jorge-Raul Lopes
 Relações entre o fazer técnico-estético e o agir ético : na busca da
 qualidade em produtos / Jorge-Raul Lopes Ribeiro. 2013.
 104 f. ; 30 cm

 Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
 Pós-Graduação em Filosofia, 2013.
 Orientação: Prof^o. Idalgo José Sangalli

 1. Filosofia. 2. Ética. 3. Grupos sociais. 4. Comportamento social.
 I. Título.

CDU : 1

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia	1
2. Ética	17
3. Grupos sociais	17.021.3
4. Comportamento social	316.62

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236.



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

“Relações entre o fazer técnico-estético e o agir ético na busca da qualidade em produtos”

Jorge-Raul Lopes Ribeiro

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Linha de Pesquisa: Problemas Interdisciplinares de Ética.

Caxias do Sul, 4 de janeiro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Idalgo José Sangalli (orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Jayme Paviani
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Angelo Vitorio Cenci
Universidade de Passo Fundo

CIDADE UNIVERSITÁRIA

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – B. Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218 2100 – www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul – CNPJ 88 648 761/0001-03 – CGCTE 029/0089530

“Uma vez que não podemos ser universais e saber tudo quanto se pode saber acerca de tudo,
é preciso saber-se um pouco de tudo, pois é muito melhor saber-se alguma coisa de tudo
do que saber-se tudo apenas de uma coisa.”
(Blaise Pascal)

AGRADECIMENTOS

À Rosa e a meus caros orientadores,
meu muito obrigado pelo apoio e incentivo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 O FAZER TÉCNICO-ESTÉTICO	15
2.1 ASPECTOS DA <i>TECHNE</i> GREGA E DA TÉCNICA MODERNA	15
2.2 ASPECTOS ESTÉTICOS NO FAZER TÉCNICO	35
3 ÉTICA E FAZER TÉCNICO-ESTÉTICO	46
3.1 DEFINIÇÕES DE ÉTICA E A ÉTICA DAS VIRTUDES E DA FELICIDADE.	46
3.2 O CARÁTER VIRTUOSO E O AGIR COM DISCERNIMENTO.....	58
4 ÉTICA, PRODUÇÃO TÉCNICO-ESTÉTICA E ORGANIZAÇÕES	72
4.1 DA AÇÃO INDIVIDUAL À AÇÃO SOCIAL.....	72
4.2 ÉTICA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO TÉCNICO-ESTÉTICA.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	98

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar se o fazer técnico-estético e o agir ético são distintos ou se se complementam, por ocasião da fabricação de produtos e, ainda, sua consequente influência na mudança de cultura e na construção de uma sociedade melhor. Através da sabedoria prática (*phrónesis*) aristotélica e com o apoio de comentadores, pretende-se demonstrar o entrelaçamento da dimensão técnico-estética com a ética na busca da excelência pessoal, como condição para uma vida humana bem-sucedida, especialmente nos ambientes organizacionais. Objetiva-se apontar às possíveis interpretações ainda contidas na realidade socioeconômica atual, as quais possam vir a explicitar os pressupostos sobre o comportamento corporativo na concepção estética e na receptividade dos produtos acabados por parte dos consumidores-usuários. Isso será abordado tendo presente que, segundo o conselho de Aristóteles, na investigação ética, não é possível utilizar um método que vise a um resultado exato, não há uma fórmula que se possa aplicar universalmente, embora haja o comando da razão sobre as emoções. Assim, a ética como suporte, particularmente na formação do caráter e na deliberação racional, poderá vir a oferecer um esquema geral, um esboço para a conduta moral de qualquer pessoa que precise tomar decisões morais, corretas, boas e justas, que almejem o prolongamento das relações interpessoais, cabendo ao indivíduo um aprendizado para saber e escolher entre o que é certo e o que é errado e arcar com as consequências dessas decisões.

Palavras-chave: Fazer técnico-estético. Agir ético. *Phrónesis*. Excelência.

1 INTRODUÇÃO

Há milênios as pessoas vivem juntas e em grupos, nos quais seus membros compartilham objetivos comuns e interesses mútuos, tendo como resultado a estruturação do que conhecemos hoje por sociedade. Esse convívio, ao longo dos tempos, vem sendo pautado pelo uso de ferramentas e utensílios comuns, que sempre visaram a ampliar a capacidade de se movimentar do homem e a de suprimir esforços, oportunizando um fazer mais com menos esforço.

O surgimento dos processos produtivos cada vez mais sofisticados e a presença cada vez maior das organizações no mundo contemporâneo indicam a necessidade de pensar a vida contemporânea com toda sua complexidade e o significado do que vem a ser uma vida bem-sucedida. Essa dependência entre necessidades básicas ou artificiais e os objetos e meios para realizá-la veio alimentar o inevitável estreitamento entre o fazer técnico e o agir ético na fabricação de produtos, que, através da evolução humana, possibilitaram a sobrevivência e a transformação do processo produtivo.

Os ideais e as concepções de vida vigentes no mundo contemporâneo têm como uma de suas fontes a própria esfera organizacional com seus produtos e a difusão mediante a publicidade na forma de sociedade de consumo. Na história humana o homem encontrou-se cercado de tantas coisas produzidas por ele mesmo visando a atender às demandas humanas, sobretudo materiais. Mas progresso e acúmulo de bens materiais parece não tornar o homem mais feliz. O diagnóstico indica a falta de ética ou de urgência em reintroduzir a dimensão ética na vida individual e social como algo tão vital quanto atender às necessidades básicas da vida biológica.

Segundo Paviani (2011), o fazer e o agir são domínios distintos e inseparáveis; o fazer remete à fabricação, à produção, tanto técnica quanto estética, e o agir segue as condutas, as intenções, que encerram o ato de produzir. Assim, o fazer envolve habilidades e competências, e o agir requer do agente a capacidade de decidir sobre suas ações e fins. Em outras palavras, saber fazer e produzir coisas e saber agir para viver bem.

Como produtos acabados, utensílios e ferramentas, para cumprirem seus papéis, requerem certos níveis de qualidade que venham a refletir a técnica (como eficácia) e a estética (como aparência e manuseabilidade), transferida por sua vez

ao produto por meio do saber prático. Esse trata do conhecimento inerente ao artífice, pois o mesmo encontra-se de tal maneira envolto nessa dependência, que já não distingue onde começam e onde terminam as suas efetivas limitações.

Dessa forma, parece que todo o produzir técnico-estético está imbuído de uma dimensão moral, pois envolve questões de gosto e escolhas, requerendo, além de inteligência para o desenvolvimento e a fabricação de bons produtos, a sensibilidade para a apreciação estética. Diante desse composto, observa-se que o útil e o belo andam juntos. O homem não apenas cria ferramentas e instrumentos para facilitar a sua vida, ampliando a sua limitação, mas também busca o prazer diante daquilo que reconhece como estético.

Entretanto, além do prazer que a estética proporciona em termos visuais, forma física e funcionalidade, também faz parte das atividades humanas o agir ético. Esse agir abrange o contemporâneo, a dialética do aprender a conhecer e o aprender a fazer, ainda o aprender a conviver e o aprender a ser, considerando que essa ética está intimamente relacionada ao agir lógico, ou agir virtuoso, à ação na qual o agente domina aquilo que faz procedente de um caráter firme e imutável, sendo essas as condições para uma ação excelente. Isso pode ser percebido a partir da teorização elaborada por Aristóteles na obra *Ética a Nicômaco*.

Dessa maneira, a partir de escolhas individuais, aptidão e competência do agente, no exercício de seu ofício, cada função de labor tem suas características e resulta na sobrevivência e evolução da sociedade, das organizações e de suas respectivas partes interessadas, pautadas por procedimentos éticos, que visam à continuidade das relações.

Esses propósitos mostram-se necessários para a subsistência das empresas e a proteção de seus mercados, uma vez que a *práxis*, entendida como habilidade de uma atividade de transformação, é praticada considerando os ambientes interno e externo e em conformidade com as expectativas dos usuários, que influenciam na demanda de um sistema integrado que contempla o interesse das partes interessadas no negócio.

Se considerarmos o atual panorama global, a comunicação contribui enormemente para o desvanecimento gradual da ética. Segundo Zajdsznajder (2002, p. 53); “é como o desaparecimento gradual de um sistema de medir, numa primeira aproximação, e, mais intensamente, como o abandono do hábito de medir”. Por sua vez, o papel da mídia impõe um ritmo acelerado para o consumo, a partir do

qual a busca da felicidade (como capacidade de pensar – razão) fica resumida à posse de bens, estando aí implícita a ideia de que, quanto mais bens o sujeito adquire, mais feliz ele o é, impregnando, dessa maneira, a sociedade de um ideal de posse muitas vezes desnecessário e que não mede esforços para ser atingido pela grande maioria da população.

No entanto, o ideal de felicidade – aqui pensado no sentido de prática das virtudes políticas do tipo aristotélico –, a espécie de vida que a realiza e o modo de atingi-la são vitais para a realização do homem, e todos os bens produzidos contribuem para a realização de uma vida ética, com qualidade e, portanto, devem estar sempre a serviço de uma vida boa, virtuosa e feliz, dirigida a seres humanos dignos.

Na produção de bens, não existe nada que não possa ser melhorado; assim, o que quer que se faça na vida pode ser feito com excelência. Nós somos aquilo que fazemos repetidamente. Excelência, então, não é um simples modo de agir, mas um hábito de agir virtuosamente, segundo a concepção de Aristóteles. Se o agir virtuoso é um caminho para a realização da vida boa, bem-sucedida e feliz, então, quem exerce suas atividades profissionais adequadamente pode contribuir diretamente para o bem-viver das demais pessoas.

No que diz respeito ao atendimento dos compromissos comerciais, surge, cada vez mais, a produção em larga escala, abrindo margem para o descontrole e a fragmentação do processo produtivo. As empresas simplesmente sucumbem diante do grande volume de informações e da disparada do desenvolvimento tecnológico, comprometendo a entrega do produto com um nível de qualidade aquém do requisitado pelo mercado. O próprio controle de qualidade deixa de ser feito, para se tornar um evento probabilístico de indicadores de eficiência aplicados aos resultados finais do processo produtivo, sem que isso denote qualidade.

Para a solução do problema, visa-se a acrescentar um maior número de colaboradores, a usar dispositivos mais sofisticados e capital. Essa é, geralmente, a solução recomendada para a melhoria da qualidade. Nesse caso, a produção pode ficar bastante cara, complexa e pouco efetiva para a atração do cliente.

A esperada excelência dos produtos conformados pelo agente não se configura num simples ato de agir, mas num hábito e se coloca como fator determinante não só para o que é fabricado, mas também para a formação ética

desse indivíduo, pois, na perspectiva da ética aristotélica, é no exercício das atividades que o homem torna-se virtuoso.

No panorama de consumo atual, a ética vem sendo tomada como mero acessório, no entanto, a responsabilidade dessa configuração localiza-se no agente ético, que se constitui desde o processo inicial de sua formação.

A “vida boa” (como Aristóteles qualificava a vida do cidadão-filósofo), era definida formal e nominalmente na *Ética a Nicômaco* (I 13, 1102a) como “uma certa atividade da alma conforme à excelência perfeita”. Era, portanto, não apenas melhor, mas livre de cuidados ou mais nobre que a vida ordinária, possuindo qualidade inteiramente diferente. “Era boa exatamente porque, tendo dominado as necessidades do mero viver, tendo-se libertado do labor e do trabalho, e tendo superado o anseio inato de sobrevivência, comum a todas as criaturas vivas, deixava de ser limitada ao processo biológico da vida.” (BRUGNERA, 1998, p. 81).

Embora Aristóteles faça uma clara distinção entre o âmbito da técnica e o do saber ético, ele os concebe como inseparáveis enquanto são excelências da parte racional da alma e estão subordinados à dimensão da ciência política. Assim, podemos interpretar que a ética não só deveria estar a serviço do mundo da técnica, dos produtos e dos bens exteriores que visam ao atendimento das necessidades primárias e artificiais do homem, mas também dos bens secundários, bens-meio, que são produzidos e possibilitam a realização de formas de vida com melhor qualidade e, portanto, a serviço de uma vida boa, virtuosa e feliz do cidadão na comunidade.

Nesse sentido, é possível verificar que o mundo recheou-se de apetrechos da vida moderna, como uma necessidade postiza, como um sinônimo de vida boa, os quais, não necessariamente, fazem falta para se alcançar a felicidade, mas corroboram a manutenção do *status quo*. O fazer técnico pode ajudar a possibilitar essa vida boa, elevada e ética, pois, uma vez que o homem tem as condições básicas de sobrevivência atendidas, nada mais lhe é essencial do que viver uma vida digna, ética como ser racional, haja vista que a prática das virtudes, ou excelências, é que é essencial e dominante na concepção de felicidade também para nosso tempo.

A cultura vigente parece ter ignorado o fazer técnico e o agir ético e, ultimamente, vem tentando responder a esses, por meio das virtudes básicas e indispensáveis, sem as quais não se obtém a realização de algo ético. Presencia-se,

no cotidiano, um esforço para um fazer ético, tanto individual quanto no contexto organizacional, com vista a um bem maior, ou seja, à manutenção das relações.

Nesse viés, se a cultura organizacional tem influência na atitude de seus colaboradores, a partir disso, questiona-se a possibilidade de melhorar a cultura através de novos hábitos morais que resgatem e valorizem a ética e o bem-viver; questiona-se, ainda: quais seriam as relações existentes entre o fazer técnico-estético e o agir ético nas atividades de produção? E qual é o papel de uma virtude intelectual como a *phrónesis* aristotélica nesses ambientes?

O que se pretende é analisar se o fazer técnico-estético e o agir ético na concepção de produtos, através de processos e ações, são indissociáveis ou se se complementam na obtenção da excelência dos produtos e, é claro, do próprio homem, para a mudança de cultura e a construção de uma sociedade melhor. Também é indicar o papel da *phrónesis*, como saber prático, nessas relações. Com os objetivos específicos, pretende-se: a) distinguir as características técnica, estética e ética nas atividades de fabricação de produtos; b) identificar elementos e questões éticas na produção, a partir da sabedoria prática (*phrónesis*); c) demonstrar o entrelaçamento da dimensão técnico-estética com a ética na busca da excelência pessoal e também dos produtos, como realização e perpetuação do homem e seu *habitat*, como uma condição de possibilidade de vida humana bem-sucedida, especialmente nos ambientes organizacionais.

O tema desta dissertação é uma expansão da abordagem ética nos ambientes de trabalho, considerando um fazer técnico, imbuído de um agir ético para a construção de melhores caracteres, que também contribui para as demandas de interesse social. Esta reflexão acerca do agir ético na fabricação de produtos e na obtenção dos níveis de qualidade esperados, traz à tona a questão: seremos efetivamente capazes de tomar decisões acertadas a cada momento da vida profissional, visando a melhorias éticas no produto e no ambiente corporativo?

A ciência reúne os resultados das observações, acrescidos do conhecimento tácito dos agentes. A filosofia, ao invés disso, questiona a legitimidade do domínio do observável para o do inobservável e pergunta pelos princípios e critérios usados nas atividades e como se justifica racionalmente a sua realidade.

No atual ambiente globalizado e extremamente competitivo, é imprescindível a introdução do componente ético no fazer técnico-estético, para a sobrevivência da sociedade. Quanto mais novas e crescentes forem as tecnologias, maior será a

necessidade de adaptação, e o uso ético deve significar um novo patamar no desenvolvimento e na fabricação de produtos, garantindo não só a sobrevivência e a perpetuação das empresas, mas principalmente, uma vida humana digna e feliz para todos.

Este trabalho está fundamentado em alguns pressupostos da teoria ética aristotélica e conta com o apoio de autores contemporâneos das áreas de filosofia e administração. Trata do fazer técnico-estético nas atividades de fabricação, na tentativa de demonstrar que, por meio de hábitos virtuosos, é possível se obter a excelência do próprio agente e dos produtos por ele conformados. Assume-se aqui o risco e se reconhece a dificuldade de estabelecer relações de contextos fortemente diferentes como o ambiente da *polis* e o ambiente organizacional contemporâneo. Conceitos como excelência ou virtude, agir virtuoso e felicidade ou vida boa devem ser compreendidos dentro de seu próprio contexto, e a sua transposição para o âmbito profissional exige mediação e justificação. Neste caso, uma reconstrução conceitual mínima antes e durante as tentativas de aproximação com a problemática contemporânea será feita.

Também abordam-se os aspectos estéticos da fabricação no âmbito das organizações de hoje, com vistas à colocação do produto no mercado de consumo. Salientam-se as possíveis interpretações ainda contidas na realidade socioeconômica atual que possam vir a explicitar os pressupostos sobre o comportamento organizacional na concepção estética e na receptividade dos produtos acabados por parte dos consumidores-usuários. Por último, trata da ética e do fazer técnico-estético, demonstrando a validade da ética na criação, produção, disponibilização e consumo de produtos, tecendo-se considerações finais acerca dessas abordagens, oferecendo uma possível solução para a melhoria dessas relações, para que sejam cabíveis nas interações do indivíduo com as corporações e seus *stakeholders*.¹

Em português, partes interessadas (ou intervenientes) são todos aqueles que influenciam numa empresa. São os interessados no gerenciamento, mercado e produtos de uma empresa. São os colaboradores, funcionários, clientes, consumidores, planejadores, acionistas, fornecedores, governo e demais instituições que, direta ou indiretamente, interfiram nas atividades gerenciais e no resultado de uma organização. O termo foi inaugurado pelo filósofo Freeman (2010), que defendia a ideia de interferência dos *stakeholders* como sendo fundamental no planejamento estratégico.

Essa abordagem tem presente o conselho de Aristóteles, que salienta que na investigação ética não é possível utilizar um método que vise a um resultado exato, não há uma fórmula que se possa aplicar universalmente. Junto a isso e como aspecto central, a importante função da atividade de deliberação da sabedoria prática ou prudência (*phrónesis*) na tomada de decisão. Na abordagem corporativa, a ética oferece um esboço para a conduta moral de qualquer pessoa que precise tomar decisões morais, corretas, boas e justas, que objetivem o prolongamento das relações, cabendo a cada um aprender, saber, escolher entre o que é certo e o que é errado e as consequências dessas decisões.

Convém também alertar que este trabalho não ignora o amplo espectro dos problemas éticos decorrentes da atual sociedade consumista e da lógica do mercado, mas restringe-se a tratar de alguns aspectos da relação fazer e agir na atividade produtiva organizacional.

2 O FAZER TÉCNICO-ESTÉTICO

2.1 ASPECTOS DA *TÉCHNE* GREGA E DA TÉCNICA MODERNA

No início da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles demonstra que o homem tende a precisos fins, que estão configurados como bens: “Admite-se, geralmente, que toda a arte e toda a investigação, assim como toda a ação e toda a escolha têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem.” (EN I 1, 1.094a).² Na hierarquia entre fins e bens e na multiplicidade de atividades e finalidades, estão presentes na vida de cada ser humano e socialmente organizadas como saberes de diferentes ciências. Há uma hierarquia entre as ciências que são regidas pela ciência política na *pólis*, onde o homem busca o fim último e o bem supremo individual e da cidade, identificado pelo conceito de *eudaimonia*.

Sobre o conhecimento racional, no Livro VI, Aristóteles subdivide a natureza humana em três saberes: teórico, prático e produtivo e cada um desses saberes se utiliza de um método adequado a cada ciência específica. O saber *teórico* tem como fim a verdade (que caracteriza o ser verdadeiro), se ocupa da contemplação da verdade, das coisas necessárias e imutáveis. O saber *prático* tem por objeto a *práxis* humana, a ação, a verdade do agir, que não é procurada como fim em si mesma, mas sim como meio em vista da ação. A ciência prática trata das ações, que têm como ponto de partida e de chegada, a ação do homem, que exige aproximar o conhecimento em vista do agir e promover a ação boa e justa. Dessa forma o método de um saber prático tem um modo de proceder específico.

De acordo com Berti (2002, p. 125); “o método, portanto, é sempre o de proceder das coisas mais conhecidas a nós, isto é, da experiência, àquelas mais conhecidas em si, isto é, aos princípios, mais ainda uma vez por experiência entende-se um hábito moral adquirido, não um mero conhecimento exterior.”

No que diz respeito ao saber *produtivo*, trata da própria ação produtiva do homem, desenvolvida mediante a *téchne*, que busca o saber em função do fazer, ou seja, com a finalidade de produzir objetos. A diferença entre o saber prático e o

² EN: Abreviatura doravante utilizada para *Ética a Nicomaco*.

produtivo é que um se preocupa com a perfeição do agente, enquanto o outro, com a ação produtiva do agente humano.

Em *Ética a Nicômaco*, determinante obra de ética e política de Aristóteles, o conceito de *técnica* é referenciado como uma das virtudes intelectuais vitais para que o ser humano atinja a verdade no fazer e produzir coisas úteis. Para o filósofo, na busca da verdade no âmbito prático, buscamos a realização das virtudes morais ou éticas, que são: coragem, temperança, liberalidade, magnificência, respeito próprio, gentileza, veracidade, agudeza de espírito, amizade, modéstia e justa indignação. (EN II 2, 1.104a 10 a 1.104b 2).

Além dessas virtudes da parte irracional da alma, entendidas como virtudes morais ou éticas próprias do caráter, faz-se presente na obra, pontualmente no Livro VI, as cinco virtudes intelectuais ou dianoéticas. São elas: a *téchne*, que é a virtude do reto saber fazer; a *episteme*, conhecimento científico, que é permanente e imutável, passível de ser comunicado e demonstrado pelo ensino; a *phrónesis*, prudência, que é a virtude do reto saber agir; o *nous*, entendimento, que é responsável por aprender os primeiros princípios do conhecimento científico; e a *sophia*, sabedoria, que envolve o existente entre o conhecimento científico e o entendimento e possibilita a contemplação, atividade específica do filósofo.

Aristóteles também argumenta que a constituição do excelente ou virtuoso exige um exame do modo de vida mais digno de ser vivido e, por outro lado, precisará investigar a natureza da virtude desenvolvida a partir do final do Livro I até o Livro IX da obra. Sob esse aspecto, Aristóteles usa em sua apuração ética a estratégia metodológica da analogia, da argumentação dialética, para chegar a uma das formas de definição dos conceitos principais de sua filosofia prática, a procura da verdade, ou seja, do conhecimento de como efetivamente as coisas são.

A denominação “prática” deriva do objeto desta ciência, constituído pelas coisas “praticáveis” isto é, pelas ações, pela “*práxis*”, que têm princípio na escolha, na iniciativa do homem, por isso não são independentes como as substâncias naturais, objeto da física, ainda que estas últimas sejam também elas, segundo a forma, isto é, conforme a regra, sobretudo na “forma geral” (isto é, não “sempre”, como as realidades separadas, ou imateriais, objeto da matemática), exatamente como veremos ser o objeto da filosofia prática. A ação, em suma, caracteriza a filosofia prática seja como objetivo seja como objeto, no sentido de que a única região da realidade na qual é possível, segundo Aristóteles, transformar o estado de coisas é a esfera constituída pelas ações humanas. (BERTI, 1998, p.117).

Nas relações com a realidade, a filosofia prática julga o que nela é bom e o que é mau, a fim de melhorá-la. Enquanto a prudência trata do agir correto, justo e bom, o saber técnico se encarrega de trazer algo à existência, tratando daquilo que é resultado da produção, da possibilidade de trazer alguma coisa à existência e que possa ser útil à vida humana.

De certa maneira, uma sabedoria produtiva pode então ser admitida como *téchne*, pois, para o exercício da mesma, supõe-se que exista um raciocínio verdadeiro sobre a qualidade racional. Para tanto, Aristóteles faz certas distinções e comparações, utilizando com frequência exemplos extraídos da experiência para explicar atividades do saber técnico e tornar inteligíveis elementos e aspectos do agir ético.

A *téchne* para Aristóteles é admitida como um exercício de raciocínio verdadeiro, difere do conceito preestabelecido de que a técnica é simplesmente uma atividade mecânica. A *téchne*, palavra grega da qual deriva o termo *técnica* de hoje, caracteriza-se pela capacidade humana de construir as coisas, habilidade ou ofício que remete a um modo de ciência prática, passível de ser transmitida, que instrumentaliza o agente para melhor entender a forma como lhe são expostas as questões de fabricação mais complexas. Para definir as duas virtudes ou excelências intelectuais práticas, Aristóteles introduz uma distinção básica entre fazer e agir. Afirma:

Entre as coisas variáveis estão incluídas as coisas feitas e as ações praticadas, pois fazer e agir são diferentes (quanto à distinção, mesmo as nossas obras destinadas ao público são confiáveis); assim, a disposição racional pertinente à capacidade de agir é diferente da disposição racional pertinente à de fazer. Tampouco uma delas é parte da outra, pois nem agir é fazer, nem fazer é agir. Já que a arquitetura é uma arte e é essencialmente uma disposição racional da capacidade de fazer, e não há arte alguma que seja uma disposição relacionada com fazer, nem há qualquer disposição relacionada com fazer que não seja uma arte, a arte é idêntica a uma disposição da capacidade de fazer, envolvendo um método verdadeiro de raciocínio. Toda arte se relaciona com a criação, e dedicar-se a uma arte é estudar a maneira de fazer uma coisa que pode existir ou não, e cuja origem está em quem faz, e não na coisa feita; de fato, a arte não trata de coisas que existem ou passam a existir necessariamente, nem de coisas que existem ou passam a existir de conformidade com a natureza (estas coisas têm sua origem em si mesma). Já que há diferença entre fazer e agir, a arte deve relacionar-se com a criação, e não com a ação. (EN VI 4, 1.140).

É clara a distinção entre o agir ético e o fazer técnico. Aristóteles especifica o objeto da arte como sendo a forma do produto que deve ser realizado, existente sem a matéria na mente do artista. Quanto à ação ética, argumenta que é livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir, ou não agir, ou seja, aquele que é a própria causa de sua decisão de agir ou não agir. O estagirita sugere uma distinção entre agir e fazer, como o ato de imitar e o produto da imitação. (EN 1.448b 4-17). Na fabricação, o artífice se envolve com os insumos que a natureza disponibiliza para a construção do engenho humano, assim, fazer é uma capacidade que não encontra entraves para se efetivar, trata da naturalidade, originalidade e independência plena do agente, que permite a si mesmo os motivos e fins de sua ação, possibilitando que produtos acabados sejam disponibilizados aos seus semelhantes.

Segundo Arendt (2001, p. 210), na ação e na fala estamos envolvidos uns com os outros na realização de interesses comuns e, sendo vistos e ouvidos uns pelos outros, somos circundados pelo “lado público do mundo”. Dessa forma, somos simultaneamente práticos, vinculados à ação e teóricos, vinculados à contemplação.

Logo em seguida, Aristóteles também nos dá uma espécie de definição:

Então a arte é uma disposição relacionada com a criação, envolvendo um modo verdadeiro de raciocinar, e a falta da arte, que é o contrário da arte, é também uma disposição relacionada com a criação, mas envolvendo o método falso de raciocinar. E ambas se relacionam com as coisas variáveis. (EN VI 4, 1.140a).

Raciocinar de maneira prática, desde o seu início, quando se dá a apreensão de uma concepção, até o seu término, quando da aproximação de uma ação ética e técnica, é algo que envolve, essencialmente, o reto desejo do agente, pois, no sentido oposto, seria uma mera habilidade, isto é, uma possibilidade que tem o poder de fazer as coisas que conduzem ao fim e alcançá-lo.

A explicação de Berti é precisa:

Aristóteles enumera entre as virtudes dianoéticas, isto é, entre as formas de racionalidade, também a “arte” (*téchne*), entendida no sentido grego do termo, que compreende inclusive nosso conceito de “técnica”. Ela concerne a objetos que podem ser diferentemente do que são, ou seja, contingentes, por isso está entre as virtudes da parte “calculadora” da razão, a mesma que compreende a *phrónesis*. A diferença entre arte e *phrónesis* repousa no fato de que esta última ocupa-se, como vimos, do que pode ser “praticado” (*to praktón*), das ações, enquanto a arte se ocupa da produção de objetos. A distinção entre “ação” (*práxis*) e “produção” (*poíesis*) é dada por

Aristóteles quase sempre por evidente, e consiste no fato de que a ação não produz nenhum objeto diferente dela mesma, isto é, termina em si, enquanto a produção dá lugar a um objeto diferente de si, que é o produto (cf. *Ética a Nicômaco* VI 5, 1140 b 6-7). Seja em relação à ação ou à produção, existe um hábito, quer dizer, uma disposição, uma capacidade. (BERTI, 1998, p. 157).

Para compreender adequadamente o que Aristóteles entende por *téchne*, é preciso algumas explicações adicionais sobre virtude/excelência, que serão dadas no próximo capítulo.

Aqui é suficiente ter presente que, se não houver disposição anímica, de nada adiantam os cálculos racionais para realizar ações e produções com qualidade. A virtude, ou excelência, é determinada por critérios que são “relativos a nós” e “determinados pela razão” de homens bons e virtuosos, dotados de sabedoria prática. Isso é decisivo para a ação virtuosa e moral, mas parece também ser importante para o fazer técnico.

O saber é um desejo natural do homem que perpassa o nível das sensações e se constitui como excelência intelectual sendo, no caso da *téchne*, “um conjunto de regras ou método que objetiva produzir algo”. (EN VI 4, 1.140a 8). Para os gregos, *téchne* não se tratava de uma mera habilidade, exigia do agente a utilização de certas regras que lhe permitiam transformar a realidade natural em uma realidade artificial, com o propósito de viabilizar a sua subsistência e proteção, sendo também considerada um ofício. Para o filósofo, *téchne* é superior à experiência e inferior ao raciocínio teórico, pois estabelece um conhecimento prático que visa a um fim concreto.

Por sua vez, até a Idade Média, o termo de origem romana *ars*, como arte ou habilidade, tinha em seu equivalente grego *tékhne* a compreensão de *fabricar*, *produzir* e ainda como *ferramenta*, *instrumento*. No entanto, com o passar do tempo, a *ars mecânica* foi assumindo a qualidade distintiva do vocábulo *técnica*, tal como o compreendemos hoje. (CASTORÍADIS, 1997, p. 45).

Para Aristóteles, *téchne* não pode ser limitada a um simples modo de fazer alguma coisa. O saber técnico é indissociável da espécie humana, a única espécie dentre todas as outras que tem por natureza típica a capacidade de inventar e produzir artificialmente soluções para a resolução dos mais diversos problemas.

Já na Idade Moderna, a técnica foi incorporada ao conhecimento científico (ciência), criaram-se novas ferramentas e essas recriaram o ambiente e o próprio

homem. Essa transição abre um novo espaço de conhecimento denominado *tecnologia*, uma técnica que utiliza o raciocínio, que fundamenta a ciência, quando fornece uma aplicação prática.

Segundo Pinto (2008, p. 26), a tecnologia é a ciência da técnica, que surge como exigência social, numa etapa posterior à história evolutiva da espécie humana. As novas tecnologias nascem, de um lado, devido à posse dos instrumentos lógicos e materiais, indispensáveis para se chegar a uma nova realização, na base dos quais está o desenvolvimento científico, e, de outro, o de uma ininterrupta exigência social de superação e busca de inovações, razão pela qual nenhuma tecnologia se antecipa ao seu tempo.

Ainda segundo esse autor, a tecnologia pode ser vista, de um lado, por meio do maravilhamento típico do homem primitivo que se espantava diante dos fenômenos da natureza e, de outro, pela dominação tecnológica típica do homem atual, que também se maravilha, diante da ideia de que os artefatos tecnológicos proporcionarão benefícios não só tecnológicos, como também a sua inserção no mundo globalizado e progressista e que também se assombra com o mau uso desse poder.

A tecnologia, independentemente dos benefícios ou malefícios que pode causar, indubitavelmente cria um novo ambiente, mudando a própria sociedade. Nesse sentido, a tecnologia é um processo ambivalente de desenvolvimento, hesitante entre estas duas possibilidades: o mal ou o bem. “Esta ambivalência distingue-se da neutralidade pelo papel atribuído aos aspectos sociais e não somente ao simples uso dos sistemas técnicos.” (SANCHO, 1998, p. 29-33). Ampliando um pouco mais, deve-se ainda entender que a interação dos indivíduos com a tecnologia vem modificando o próprio indivíduo, dando origem a novos agentes com novas e diferentes capacidades e habilidades.

Referenciando a cultura grega, verifica-se, dessa forma, que o hábito produtivo (ou disposição racional para produzir), significa a capacidade de produzir, e essa compreensão não se resume somente às coisas aparentes e reais modificadas, mas também àquelas que possam vir a existir. Para Aristóteles, essas coisas já possuem eficiência por si, uma vez que, antes mesmo de serem concebidas, já existem na mente do criador como “causa formal”.

Assim, a técnica nos dias de hoje é compreendida diferentemente do que o era no tempo de Aristóteles, mas poderia também tratar da sabedoria produtiva, da

capacidade de se produzir algo de maneira raciocinada e lógica e não simplesmente de algo estritamente mecanizado, pois integra as propriedades intelectuais, uma vez que engloba todas as criações resultantes da capacidade intelectual humana.

Essa dimensão de técnica está relacionada com o resultado do processo que produz um determinado produto que, na concepção mercadológica atual, refere-se àquilo que o cliente recebe e permanece com o mesmo, por ocasião do término de um certo ciclo de produção. Esse resultado provém do que imagina o seu criador, da ideia do agente, que, em seguida, é concretizada. Assim, a técnica parte do raciocínio da indução e da analogia de que um mesmo procedimento produz um efeito igual, quando satisfaz as condições daquilo a que se propõe. Assim, ela pode surgir de ideias que se quer pôr em prática, dos experimentos ou até mesmo dos próprios erros provenientes da imaginação.

Consequentemente, cada pessoa possuidora de uma técnica, regularmente, deixa sua marca pessoal naquilo que concebe. A técnica, como resultado produtivo, determina a forma de se atuar e quais ferramentas devem ser empregadas para a obtenção de um determinado fim. A técnica é a utilização de recursos e forças da natureza, endereçada a satisfazer as necessidades humanas, progredindo até chegar ao uso das máquinas, e esse progresso só se tornou possível graças ao conhecimento da natureza, uma vez que a arte imita a natureza. A técnica pode ser entendida como o aproveitamento ordenado de recursos e forças naturais, baseado no conhecimento da natureza e colocado a serviço da satisfação das necessidades do homem.

Considerando a cunhagem dessa definição, uma atividade técnica pode ser entendida como um conjunto de ações, que tem por objetivo a obtenção de um determinado resultado. Alargando um pouco mais, trata da forma de realizar uma tarefa específica valendo-se de um conjunto de regras, normas ou procedimentos, que o homem utiliza como caminho para chegar a um determinado objetivo. Trata-se da padronização de um conjunto de ações estruturadas, que busca a obtenção de um mesmo fim.

Dessa forma, a técnica contemporânea requer o uso de ferramentas e instrumentos, junto com conhecimentos específicos, tanto intelectuais como físicos, para a obtenção desse mesmo fim. Ela surge para o homem como uma vital consequência da necessidade de modificar o meio onde vive o homem e de adaptá-lo a seus novos e maiores desafios como estratégia de sobrevivência. Vale dizer:

uma pessoa pode aprender uma técnica de outrem, pode também alterá-la ou mesmo inventar uma nova técnica, almejando ampliar suas capacidades e minimizar seus esforços.

Assim, a técnica, como um método de produção, significa o propósito de toda atividade humana, incluindo o pensamento, a imaginação e a criação do homem.

No entanto, essa forma de entendê-la distoa da abordagem aristotélica. Entre os gregos, essa combinação dos termos *téchne* [arte, destreza] e *logos* [razão], norteava o discurso sobre o sentido e a finalidade da técnica e da arte e possuía apenas uma pequena distinção, na qual a *téchne* não era uma habilidade qualquer e requeria o uso de certas regras. Sancho (1998, p. 17) sustenta que Heródoto, o primeiro a definir o termo *téchne*, apresenta-o como um "saber fazer de forma eficaz" que, de acordo com Platão, seu sentido diz respeito à "realização material e concreta de algo". Essa natureza inteligente do homem permite-lhe transformar, pela *téchne*, a realidade natural numa realidade artificial, com a finalidade de manutenção de seu sustento e proteção. Diferentemente de Platão, conforme Aristóteles, a *téchne* é superior à experiência, mas inferior ao raciocínio, pois é um tipo de saber da razão. Em relação ao conhecimento, a *epistéme* era para os gregos um conhecimento teórico e a *téchne* era um conhecimento prático com vistas a um objetivo concreto e útil.

A técnica engloba toda a execução de eventos sensorialmente perceptíveis e à serviço de determinada necessidade, a habilidade ou destreza tanto para produzir coisas quanto para tornar visível uma ideia. Deduz-se que a técnica pode ser definida como a utilização adequada e ordenada de forças e recursos naturais, fundamentada no conhecimento da natureza e posta a serviço da satisfação das necessidades do homem.

Conforme Cenci,

há que se considerar que a *téchne* grega se distingue da técnica moderna. A ideia de progresso pelo trabalho não está presente entre os gregos, porque a história para eles é entendida de modo cíclico. Se a história se volta eternamente sobre si mesma, o trabalho não possui a característica de ser uma atividade transformadora do mundo. Além disso, na concepção grega, não ocorre uma substituição do mundo enquanto natureza por um mundo humano constituído de artefatos. Por essa razão, o problema das relações entre técnica e natureza não foi colocado pelos gregos (INNERARITY, 1990). O mundo não é entendido como objeto de intervenção técnica, mas de contemplação. (2008, p. 75-76).

Dessa forma, a natureza não era passível de intervenção do homem no sentido de modificá-la, apenas podia conhecê-la, contemplá-la. Para os gregos, o trabalho não visava à transformação ou ao progresso do mundo no sentido moderno da palavra; antes era uma atividade direcionada à subsistência da *pólis* e realizada por escravos, artesões e mulheres.

A *téchne*, sendo arte, habilidade e saber técnico, com o tempo, projetou-se como sinônimo de arte, no sentido de essa habilidade possibilitar espontaneamente determinado resultado. Essa habilidade pode derivar do conhecimento adquirido por meio dos sentidos, como uma vulgar imitação do conhecimento de regras de ação normalizadas, como também de um saber científico. Distinta da propriamente dita atividade artística, a técnica, por sua vez, visa à utilidade e à eficácia.

Como fonte e condição para o domínio da natureza pelo homem moderno, a técnica foi cada vez mais questionada, considerando as consequências que ela podia produzir na vida e na natureza, em detrimento do próprio homem e do seu pensamento, sobre a qual a irreversibilidade de seus avanços ameaçaria o próprio homem, responsável pela sua criação e utilização.

A técnica, historicamente é controlada por uma minoria, geralmente os proprietários das máquinas que buscam a multiplicação do resultado do trabalho do homem. São também os detentores das invenções passíveis de competir com a própria natureza e (até mesmo) de destruí-la, podendo tornar-se um instrumento de domínio dessa minoria sobre a maioria da espécie humana. Algo estranho para o homem grego.

Apesar de há muito tempo ter contribuído para a sobrevivência da humanidade, a técnica está hoje em vias de se tornar uma das maiores preocupações do homem. Atualmente o acompanhamento e a fiscalização do que está por vir, tenuamente, passa pelo possível resultado da aplicação de determinadas tecnologias e técnicas, pois a maior preocupação reside em produzir mais, melhor e mais barato, independentemente das consequências que isso possa causar para o ambiente e seus habitantes. O limite entre ciência e técnica cada vez mais se estreita. Vivemos cercados de adereços técnicos “imprescindíveis” para nosso *modus vivendi* e, em vista disso, cada vez mais temos dificuldade de identificar o que pertence ao artificial ou ao natural.

Nesse âmbito, não se trata unicamente de modelos, que o homem justo necessita ter, mas também da inteligente aplicação do seu pensamento à prática, à

realização material e concreta de algo. Outrora, o domínio da metalurgia do ferro permitiu a ascensão social dos artesãos, pois os mesmos lidavam com uma prática alicerçada num saber acessível, disponível a quem se interessasse pelo seu aprendizado. Isso contribuiu para um processo de autonomia, tanto sobre o conteúdo das técnicas quanto de seus métodos, criando certa dependência do potencial adquirente, dos produtos concebidos pelo artesão. A natureza inteligente do homem permite-lhe transformar, pela *téchne*, a realidade natural em uma realidade artificial, com a finalidade de garantir sua sobrevivência e proteção.

Na atualidade, nos ambientes corporativos, essa mesma dinâmica acontece. Segundo Carpinetti (2010, p. 187), “para a sobrevivência das organizações e seus produtos, é necessário o desenvolvimento de estratégias corporativas que contemplem o propósito da organização, dentre estas, estratégias de negócios e estratégias funcionais”. Essas estratégias são encaradas como meios estruturados para atingir determinados fins.

Conforme Porter (1996, p. 64), uma estratégia de negócio significa “escolher um conjunto de atividades específicas para oferecer valor único”. Essa afirmação, com relação a equipamentos, máquinas e ferramentas de trabalho, estratégia de manufatura, trata da utilização plena da capacidade instalada. Já em relação às estratégias funcionais, trata da obtenção do máximo desempenho de cada colaborador. As duas estratégias juntas, visam à obtenção do melhor proveito dos recursos, para estruturar o desenvolvimento da vantagem competitiva.

Dessa forma, as áreas de decisão de uma empresa devem estar concentradas na utilização plena da sua capacidade instalada, sendo essas: informações, mão de obra, máquinas e instalações, para que se obtenha a melhor eficácia das tecnologias utilizadas com um ganho de resultados de desempenho favoráveis.

De acordo com Slack (2009, p. 179), “as tecnologias de processos são máquinas, equipamentos e dispositivos que ajudam a produção a transformar materiais, informações ou consumidores de forma a agregar valor e atingir os objetivos estratégicos da produção”. Em termos gerais, todo processo requer o uso de tecnologias, mesmo aqueles que envolvem o trabalho humano mais rudimentar. A partir da técnica, surge a necessidade do uso de tecnologia, como ferramenta para a consecução dos propósitos organizacionais, proporcionando uma condição científica e reflexiva sobre a eficácia a ser obtida.

O próprio vocábulo *tecnologia* é formado por dois termos gregos; *téchne* (arte ou saber técnico) e *logos* (conjunto de saberes, investigação racional) e se dedica ao estudo das técnicas e dos vários usos que se pode fazer das mesmas, sustenta Abbagnano (2007, p. 1.109).

Quanto ao vocábulo *técnica*, que tem origem no grego *technikós* e no latim *ars*, “relativo à arte”, seu significado associa-se à arte ou ao conjunto de processos que conforma a arte, uma arte no sentido de como fazer as coisas; assim, técnica refere-se ao “como fazer algo”. Junto ao *poietikós*, também conhecido como *saber produtivo*, ou *criativo*, produz-se o conhecimento necessário ao fazer criativo.

Como resultado, o exercício tecnológico acaba influenciando os progressos econômico e social dos grupos, sensibilizando também a cultura de uma sociedade.

Logo, ao empreender a tecnologia, como resposta a indeterminadas necessidades, não se pode desconsiderar o componente estético que acompanha esses produtos resultantes da técnica, uma vez que a manuseabilidade, o *design* e a beleza são componentes decisivos para a definição da identidade do produto, e essa aceitação torna o agente refém desse encontro da técnica com a estética, considerando que um depende do outro para existir.

“A interação do indivíduo com suas tecnologias tem transformado profundamente o mundo e o próprio indivíduo.” (SANCHO, 1998, p. 30). Dessa feita, “tecnologia é um fazer com significado, um fazer pensado que tem uma intencionalidade”. (SANCHO, 1998, p. 29). O autor ainda adverte sobre os aspectos mais abrangentes da tecnologia. De acordo com o mesmo, “a tecnologia é uma produção basicamente humana e aplica o termo como fazendo parte da espécie humana, próprio dela mesma” e, ainda, que “a tecnologia não permite somente agir sobre a natureza, mas é principalmente uma forma de pensar sobre ela”. (p. 29).

De sorte que essa fusão facultou um novo espaço de conhecimento, a tecnologia, uma técnica que emprega conhecimentos científicos e que, por sua vez, fundamenta a ciência, quando lhe dá uma aplicação prática. Nesse aspecto, a ciência, por estar distanciada do conhecimento do senso comum, torna-se difícil de ser compreendida. Por outro lado, o produto da tecnologia tenta ser o mais amistoso possível, facultando aos seus usuários a necessidade de conhecer os princípios do funcionamento do produto tecnológico, para poder utilizá-lo.

O que se verifica atualmente é uma valorização excessiva da técnica e da tecnologia em detrimento da ciência, embora toda a estrutura de produção tenha, em sua base, um discurso científico.

De qualquer forma, a introdução de uma nova tecnologia, não necessariamente torna ultrapassadas as tecnologias anteriores; em sua maioria, as tecnologias de vanguarda incorporam aquelas que as precederam e nas quais se encontram virtualmente contidas, reafirmando, dessa forma, que a tecnologia é o próprio conhecimento aplicado.

Atualmente a multiplicidade de debates que se entrecruzam, em relação às tecnologias, diz respeito às desvirtuações que a própria institucionalização da ciência moderna impõe ao diferenciar a ciência pura da ciência aplicada. Dessa maneira, é facultado à ciência aplicada o uso desejoso ou indesejoso do conhecimento. Essa separação acaba com a falácia da neutralidade científica e demonstra que a tecnologia, independentemente do que possa produzir, contribui significativamente para a estruturação de um novo ambiente, mudando, por consequência, a própria humanidade.

Nesse norte, a tecnologia é um processo ambivalente de desenvolvimento, hesitante entre essas duas possibilidades e que poderá ser usada tanto para beneficiar quanto para aviltar todos os seres humanos, podendo causar irreversíveis danos com relação à sua aplicação. “Essa ambivalência distingue-se da neutralidade pelo papel que atribui aos aspectos sociais e não somente ao simples uso dos sistemas técnicos.” (SANCHO, 1998, p. 29-33).

Em resumo, a interação dos indivíduos com a tecnologia tem transformado profundamente eles mesmos, produzindo novos indivíduos, com diferentes capacidades e habilidades, transformando a sociedade. Entretanto, ditas transformações precisam ser entendidas dentro de seus contextos e no que elas, em seu tempo de validade, efetivamente significam, pois uma tecnologia só é considerada obsoleta quando uma melhor pode substituí-la e que, por sua vez, enquanto é útil, contribui para a concepção de produtos, atendendo ao patamar de exigências do consumidor-usuário. Por exemplo, no caso da introdução de novas Tecnologias de Informação e Comunicação, para terem chegado onde estão, aproveitaram as tecnologias já existentes, tornando inadmissível a não aceitação das antigas formas de produção e trajeto cultural.

Nessa linha de reflexão, o que passa a interessar é o resultado qualitativo do fazer, o qual, numa abordagem reduzida, remete a *areté*,³ genericamente entendida como virtude, que também pode ser admitida como uma excelência, supondo o ponto máximo de aperfeiçoamento que um determinado produto pode alcançar ao cumprir a finalidade a que se propõe.

Cenci esclarece:

Não são suficientes, porém, a excelência técnica e a observância de preceitos legais; faz-se necessária também a excelência moral. A excelência moral remonta o sentido originário dos gregos de *areté*, o qual associava-se à excelência e se opunha à mediocridade. Portanto, para a concepção de produtos tecnicamente bem-conformados e moralmente íntegros, é necessária a articulação entre duas excelências: a técnica e a ética. (2010, p. 93).

Como vimos acima, para os gregos a *téchne* era um saber prático, com vistas a um objetivo concreto e externo ao próprio agente. Eles acreditavam que a natureza dotava a humanidade da necessária inteligência para a execução de boas atividades, considerando o ser humano um ser absolutamente capaz.

No entanto, por volta do século VI a. C., o interesse primordial dos filósofos gregos desviou-se desse mundo naturalista, cosmológico (período pré-socrático) para o da compreensão do homem, de seu comportamento e de sua moral, no qual o interesse pela natureza integra-se ao do espírito. Nesse período, a ciência e a arte não só assistem ao progresso material como também buscavam sua própria razão de ser, modificando-se o conceito de saber técnico, cujas primícias foram o aparecimento da *pólis*⁴ e a filosofia de Platão e Aristóteles. (BRANDÃO, 2010, p. 3).

Ainda segundo esse autor, diversos fatores colaboraram para o que podemos considerar a grande transformação: o progresso da medicina e da

³ *Areté*, normalmente traduzida como *virtude*, é a excelência de uma propriedade que permite a um ente, no caso o homem, realizar bem a sua função específica à racionalidade. (EN, 1.103a). Na Grécia antiga, *areté* significava também a coragem e a força de enfrentar todas as adversidades, e era uma virtude a que todos aspiravam. Platão usava o termo para falar das virtudes ou bens essenciais para uma vida boa e distinguia quatro virtudes cardinais: sabedoria [*phrónesis*], moderação [*sôphrosynê*], coragem [*andreia*] e justiça [*dikaiosynê*]. Aristóteles ligava o termo à satisfação da função correta do ser humano, e, portanto, à *eudaimonia* [felicidade]. (ALMEIDA, 2009).

⁴ A *pólis* surgiu pela junção de pequenos estados independentes. Esses estados eram chamados pelos gregos de *pólis*. A palavra *pólis* não é só dirigida ao Estado, mas é também dirigida à cidade e aos cidadãos. Um cidadão, quando nasce, habitua-se ao modo de vida presente na *pólis*, aos seus costumes e às suas leis, à religião. Isso educa e forma um cidadão. A *pólis* é constituída por várias instituições, tais como: a Assembleia do Povo, o Conselho e os Magistrados. A *pólis* surge e se consolida como necessidade e expressão da vontade do cidadão. (BORGES, 2011).

matemática e a própria constituição da *pólis*, a qual trouxe à tona a inevitável necessidade de uma nova forma de pensar, que se sobressaía pela dependência das inovações e das novas formas de organização. Verifica-se que a origem dessa *pólis* esteve intimamente ligada à criação da ciência e da arte com a qual se concebeu a *politeia*⁵ grega.

Esse rearranjo das relações políticas e sociais se opôs à individualidade familiar, uma vez que, com essa nova forma de aglomeração do homem, houve a necessidade de serem instauradas novas instituições, tais como: assembleias, teatros e tribunais, em vista dos quais os cidadãos tinham atribuições distintas que atendiam as demandas apresentadas.

Conforme Araújo, surgem dessa forma a reflexão filosófica e o pensamento técnico como um saber específico.

Temos a capacidade do possuidor de um saber técnico qualquer em prestar contas, dar razão à atividade que exerce, o que equivale em grande medida com a capacidade de ensinar, transmitir a outrem o conhecimento em que se é perito. Por dispor de um conhecimento científico (*epistême*) que não está baseado em dotes da natureza (*phýsis*),⁶ o seu detentor (*technítes*)⁷ pode transmiti-lo a alguém inicialmente ignorante, que, ao aprendê-lo, torna-se capaz de instruir a outros, desempenhando o papel de mestre. (1998, p. 17, grifo nosso).

Pressupõe-se, dessa maneira, que o conhecimento não pode apenas ser adquirido por meio de experiência lógica ou racional, mas também por intermédio das faculdades sensitivas, uma vez que, para obter o saber epistêmico, é necessária a utilização do (*lógos*),⁸ entendido como forma explicativa do que acontece.

Merece relevo o que diz Araújo:

⁵ Muitas cidades-Estado (*pólis*) possuíam uma assembleia de cidadãos como parte de seu processo político.

⁶ A *phýsis* expressa um princípio de movimento relativo ao fazer as coisas nas quais mudam as aparências, enquanto cada ser (ou coisa) permanece sempre sendo ele mesmo.

⁷ Homem de experiência (*expert*).

⁸ Razão entendida tanto como a capacidade de racionalização individual quanto um princípio cósmico da ordem e da beleza.

Para Platão, o *eîdos*⁹ não só permeia a *epistême*,¹⁰ quanto a própria ciência e arte, pois não basta ao futuro artista ter somente o conceito, a idéia do que ele pretende fazer, mas deve deter o quinhão da arte e da ciência, para concretizá-lo. (1998, p. 19).

Evidencia-se, portanto, que aquilo que se entende como produto acabado, (resultado da arte), será o resultado de um vislumbrar da obra [*eîdos*] (como princípio cósmico da ordem e da beleza) na mente do artífice, que, por meio da arte e da ciência, conduz os processos necessários à sua concretização, guiando ao resultado pretendido.

Nesse panorama, verifica-se que para um determinado objeto produzido há uma determinada utilidade e, a partir dessa constatação empírica, dissemina-se esse conhecimento a todos os indivíduos, tornando a *empíria* uma arte.

Deduz-se, então, que o artífice não se vale apenas de meras observações, mas das causas e do efeito que a experiência proporciona na vida prática que, como consequência, pode ser ensinada.

Ao se considerar essa gama de abordagens, verifica-se que essa questão estende-se até os nossos dias, pois fica difícil chegar a um consenso sobre o que compõe a técnica. Nesse âmbito, as pessoas acabam se envolvendo de tal maneira com a técnica, que não percebem que, pelo seu uso, o homem não apenas vem criando produtos e meios para minimizar sua aparente limitação, mas também tem oportunizado prazer ante aquilo que concebe; assim, o homem transforma o que cria num objeto utilitário e aprazível para si.

Atualmente, se pode admitir que a técnica contribui de tal maneira para a vida do homem que chega a tecer uma nova realidade na qual o natural deixa de ser paisagem, para dar lugar a um novo pano de fundo, a uma outra realidade criada a partir das indústrias. Essa realidade não só traduz uma nova visão de mundo, como também é concebida segundo essa nova imagem. “Essa forma e a disposição de suas partes abrem uma perspectiva plural, verdadeira a partir da qual a técnica se interpõe entre nós e o mundo.” (PAZ, 2005, p. 102).

⁹ Aspecto da realidade quando é vista naquilo que a constitui como tal realidade.

¹⁰ Termo grego que significa *conhecimento* e de onde deriva a palavra *epistemologia*. Aristóteles usava esse termo no sentido de conhecimento sistemático racional, o que hoje chamamos de *ciência*, mas que para ele incluía a filosofia. (ALMEIDA, 2009).

Ainda segundo Paz, a interpretação dessa moderna técnica transcende a conceitualização grega, não podendo ser considerada simplesmente como decorrência da *téchne*, mas sim uma ampliação da decomposição de várias outras leituras da realidade que cerca o homem, além da necessária ruptura com aquilo que ele considerava contínuo. Acrescenta ainda o autor que justamente devido a essa ruptura a técnica tornou-se possível. Segundo ele, “as obras do passado nada mais eram do que réplicas do arquétipo cósmico; cópias do modelo universal e resposta humana ao mundo”. (PAZ, 2005, p. 102). Tais obras, como figuras de linguagem, eram simples visões de mundo vivido e um vínculo entre o homem e tudo que o rodeava e o sustenta até hoje.

Postula-se que as construções oriundas da técnica, tais como: fábricas, portos, aeroportos e outros grandiosos feitos, são absolutamente reais, mas não são presenças, não representam; “são signos da ação e não imagens do mundo. [...] Não são obras, mas instrumentos”. (PAZ, 2005, p. 103-104).

Na investigação teórica do ser humano, portador de uma natureza comum a todos os seres, as imagens tradicionais exprimem fenômenos, enquanto técnicas significam conceitos. Traduzir imagens técnicas é ler predisposições em seus contextos, não sendo muito fácil a sua interpretação, pois, em princípio, elas não necessitam de ser desvendadas.

Santos (2000, p. 60-61) lembra que “a ciência moderna é presidida por um modelo de racionalidade que se constituiu a partir da revolução científica do século XVI, sob domínio das ciências naturais”. Essas reúnem as partes da ciência que visam ao estudo da natureza, ao universo como um todo. Essa dimensão é aceita como uma orientação por leis de origem natural, princípio das coisas e preservação do homem.

O contributo de Santos é no sentido de que, num novo modelo global, a racionalidade científica era também totalitária, pois negava o caráter racional às demais formas de conhecimento que não observassem suas regras. Possibilitava uma só forma de conhecimento verdadeiro: esse novo paradigma científico.

Para Moraes,

ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna não reconhecia a experiência imediata como base do conhecimento comum, separava a natureza do homem e reconhecia a matemática como instrumento para análise lógica da investigação e o modelo de representação da estrutura da matéria. (1997, p. 41).

Como consequência dessa influência, o pensamento moderno posiciona-se a partir de duas premissas básicas: a primeira pelo fato de que, para conhecer, é necessário medir para possibilitar a comparação e a comprovação, pois considerar somente as qualidades inerentes ao produto não há validade científica. A segunda tem relação direta com o pensamento científico moderno, pois, para conhecer, é preciso segmentar, classificar e ordenar, para melhor perceber as relações das coisas e dos fatos em separado.

Considerando o exposto, conclui-se que, a partir da filosofia moderna, a técnica foi incorporada ao saber científico, e essa fusão deu margem ao surgimento de um novo espaço para o conhecimento, que se denominou *tecnologia*, uma técnica que faz uso dos conhecimentos científicos, e que, por sua vez, fundamenta a ciência, quando lhe fornece uma aplicação prática, sendo também entendida como conhecimento aplicado.

A interação do indivíduo com essa ascensão tecnológica promove sobremaneira a transformação da sociedade e dos próprios indivíduos, alterando suas capacidades e habilidades, formando outros sujeitos com novas e crescentes necessidades e gerando novos valores e saberes.

Com o passar do tempo, com os artefatos tecnológicos cada vez mais integrando a residência das pessoas, montam-se estruturas semelhantes a muitos escritórios e oficinas estabelecidos para negócios. Nos dias de hoje, a ulterior crítica é totalmente contraditória, porque, além de possibilitar ao indivíduo que trabalhe em casa, também possibilita ao mesmo qualificar-se a partir desse ambiente.

Inúmeras corporações já trabalham com essa prática de utilizar mão de obra qualificada alocada em seus ambientes residenciais, pois já admitem o conceito de melhor rendimento, isto é, se o colaborador “render” mais trabalhando em casa, essa então será a melhor alternativa para a empresa. O desafio que se instaura a partir disso é a ampliação dessa prática, reduzindo deslocamentos, tempo perdido, combustível, energia, entre várias outras vantagens. O que importa é a eficácia através da racionalização e essa tende a ser a mola propulsora do futuro das profissões.

Na introdução de seu livro, Gates (1995, p. 7) afirma: “Estamos no limiar de uma nova era tecnológica, que vai transformar a natureza da existência humana, mudando, para sempre a maneira de trabalhar, estudar, comprar, escolher e relacionar-se com o mundo e as pessoas em geral.”

Evidencia-se que a técnica estará cada vez mais no agente, e onde o agente estiver, estará também a sua técnica, que poderá ser “vendida” de forma diversa, visando à positividade de negócios, que garantirão o sustento do profissional e ampliarão seus conhecimentos e habilidades, num ciclo que permitirá a sua constante capacitação e produtividade, tendo em vista as diversas possibilidades de interface com o mundo real.

Em *O Artífice*, Sennett (2009) defende a ideia de que fazer é pensar, isto é, uma capacidade de fazer bem as coisas. Pelo trabalho feito manualmente, o ser humano, ou melhor, o artífice, ao fazer bem seu trabalho, pode lapidar seu caráter e tornar-se um bom cidadão, cumpridor de seus deveres. Nesse sentido, ao exercer as suas tarefas, o trabalhador-artífice também pode aprender a trabalhar bem e o mais importante: pode aprender a governar-se a si mesmo. De um ponto de vista sintonizado com a concepção iluminista, Sennett define “habilidade artesanal” como “um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo”. (2009, p. 19).

No entanto, isso é acenado a partir de políticas econômicas corriqueiras, que mascaram a natureza do modo de vida do artífice atual, fruto da aplicação generalizada e em proporções inusitadas da tecnologia e da ciência em todos os setores da economia. Dúvidas essas que se aglutinam no *por que* e no *como* o artífice faz as coisas.

Em sua análise, Sennett (2009, p. 101) introduz ainda dois conceitos bastante interessantes que definem a atuação dos indivíduos: *replicantes* e *robôs*. Ele os denomina “ferramentas-espelho” na medida em que levam o homem a pensar sobre si mesmo. O replicante refere-se à máquina que complementa alguma função humana; o robô, diferentemente do replicante, amplia, em muito, determinada capacidade, levando o homem a se deparar com seus limites. O robô, ao levar o homem a se confrontar com seus limites, pode fortalecê-lo, levando-o ao desenvolvimento de novos talentos. Isso é denominado por ele de “fracasso salutar”. É salutar, portanto, que o artífice aceite a máquina e encare a sua imperfeição, pois a obsessão pela perfeição pode levá-lo à desmotivação e à entropia.

Animado pelo ideal iluminista, Sennett (2009, p. 108-122) entende, ainda, que todos os artífices dispõem de uma consciência material e, com isso, deseja demonstrar que a consciência das coisas (as ideias, as representações e os pensamentos) não está desvinculada das coisas em si. O mundo material objetivo

está interligado *com* e influencia *no* mundo das ideias. Para o artífice isso significa que a sua consciência material (marca pessoal deixada pelo trabalhador no seu trabalho) tem afinidade com a sua atividade de trabalho; é, ainda, uma consciência engajada que o mantém interessado no que pode ser modificado em seu trabalho. Por meio de especificidades na fabricação, o artífice confirma sua existência. Isso lhe dá sustentação, afirmando sua presença no mundo.

Sennett sustenta também que para o filósofo social, que aposta no uso da razão e considera que o engajamento é melhor que a passividade, a iniciativa é fundamental. Afirma Sennett:

A busca da qualidade também é uma questão de iniciativa, o motivo propulsor do artífice. Mas a iniciativa não ocorre num vazio social ou emocional, especialmente no caso do trabalho de boa qualidade. O desejo de fazer bem alguma coisa é um teste essencial do ponto de vista pessoal; a inadequação de desempenho pessoal dói de forma diferente das desigualdades de posição social ou das manifestações exteriores de riqueza: somos nós que estamos em questão. A iniciativa é sempre positiva, mas perseguir ativamente o bom trabalho e constatar que não podemos fazê-lo mina nossa identidade própria. (2009, p. 113).

Na contemporaneidade, vivencia-se o fenômeno da globalização, estruturado sob novas e crescentes Tecnologias de Informação e Comunicação, alavancado pela necessidade de informação, em prol da constante atualização e a consequente necessidade de pertencimento das pessoas a grupos e a sociedades. Estratégias motivacionais, métodos de estimular a iniciativa dos colaboradores e fomento ao consumo são recursos recorrentes nas organizações.

Consoante isso, Soares e Ewald (2004, p. 2), declaram: Os objetos de consumo trazem consigo mesmo uma *mise-en-scène* obrigatória, socialmente interpretada, do suposto valor das pessoas em função da cena que elas elaboram e onde, ao mesmo tempo em que expõem seu poder, se apresentam ao mundo, através dos objetos que portam, conduzem, vestem ou apontam como “exclusivamente seus”.

Isso posto, é possível afirmar que necessidades, desejos e expectativas assumem, na sociedade moderna, o papel de mecanismos de compensação, que preenchem as carências que o sujeito acumula ao longo da vida, na tentativa de preenchimento do vazio existencial criado artificialmente pela sociedade instaurada, que constantemente incita o sujeito ao consumo, para que se sinta seguro e aceito no meio onde vive. Esses mecanismos, também entendidos como de defesa, têm a

finalidade de apoiar o indivíduo em sua adaptação ao meio e em suas relações interpessoais e são empregados na vida cotidiana, na busca constante de estabilidade emocional.

Na contramão, dada a crescente conscientização de que devemos cuidar do mundo em que vivemos, para continuar usufruindo de seus benefícios e preservá-lo para as próximas gerações, gradativamente, isso tem de ser levado em consideração, para que um novo componente passe a contribuir para uma nova ordem mundial, contrapondo a produção desmedida ao consumo desenfreado.

Esse processo histórico, com incidência política, econômica, tecnológica e cultural, surgido na metade do século XX, ainda representa a consciência de que os fenômenos se apresentam inter-relacionados, independentemente de fronteiras, de diferenças linguísticas ou étnicas. Configura-se, dessa forma, um processo de internacionalização bem mais abrangente, uma vez que tais atividades são organizadas numa escala mundial, considerando o mundo como se fosse um único país. Essa dinâmica gera, ainda, a necessidade de adaptações pontuais de produtos a mercados específicos, que as empresas pretendam atingir com suas produções.

Esse panorama, por sua vez, no que diz respeito à competitividade entre fabricantes, exige qualificar cada vez mais os processos de fabricação na busca da excelência e da melhor relação custo-benefício, com a elaboração de mais objetos e ferramentas, que venham a suprir novas necessidades, incentivadas pelo cerco midiático aos potenciais consumidores.

Como analisa Solomon (2006, p. 253), essa excelência “indica um senso de missão, um compromisso. [...] É uma palavra que sugere ‘fazer bem’, mas também ‘fazer o bem’”; portanto, sintetiza as exigências estéticas de mercado e as exigências da ética, colocando no mercado bons produtos eticamente concebidos e de propósitos éticos.

Na interpretação de Soares e Ewald,

o indivíduo diante da realidade fragmentada e do esfacelamento e sustentação simbólica da ideia de ser, procura e segue obedientemente a moda e os modernismos, como tentativa de conseguir adquirir um simulacro de identidade, uma certeza de pertencimento e um reconhecimento imaginário pelos outros. (2004, p. 8).

Vale dizer que a parte prática da alma sensitiva é o meio-termo entre os vícios e as virtudes em prol da sociedade.

Tentando relacionar essa afirmação com o contexto atual, esse parece indicar que as características técnico-estéticas das atividades de fabricação pressupõem uma ética que abarca os interesses do fabricante e do consumidor. Nesse ínterim, muitas são as expressões do pensamento que remetem à busca pelo caminho certo ou errado; no entanto, o homem em suas ações cotidianas é induzido a julgar com menor exigência e rigor suas posturas e comportamentos, sendo empurrado a ser condescendente com uma série de atitudes que, uma vez refletidas, certamente não seriam acolhidas.

Em última análise, ao identificar se os objetos e os instrumentos que comumente consumimos e usamos estão imbuídos desses saberes e de componentes éticos em sua concepção e ainda se efetivamente contribuem para a longevidade das relações entre cliente e fornecedor na busca de uma vida melhor é um desafio bastante significativo e que se pretende demonstrar.

2.2 ASPECTOS ESTÉTICOS NO FAZER TÉCNICO

A concepção de Aristóteles de estética, ou beleza, não se relaciona com o que é agradável aos sentidos, pois não é propriamente objeto de desejo, mas de contemplação. A estética entendida como teoria do belo, do juízo de valor voltado para o belo sensível das obras de arte é uma concepção moderna.

O sentido de estética que Aristóteles apresentou em sua obra *Poética* está dirigido aos tipos de saberes envolvidos na produção de algo, no que se quer realmente produzir e na finalidade e no resultado final de tal criação. Há também a avaliação do belo sensível, mas isso é feito de modo secundário, e não há a preocupação em fornecer um conjunto de regras para ensinar a produzir uma bela epopeia ou tragédia. É um tipo de investigação filosófica sobre o fazer poético, sobre a avaliação da inserção na vida prática do saber técnico e produtivo na formação e elevação espiritual dos homens. A abordagem aristotélica não é propriamente um tratado de arte no sentido de saber fazer e produzir o belo, pois a ênfase está no efeito produzido e como o manifestar-se da obra criada e produzida (poesia, escultura, etc.) afeta o homem, a sensibilidade do espectador.

Nesse sentido, explica Santoro que

a obra de arte não afeta o homem apenas pelas sensações (estéticas); a obra também é recebida pela inteligência (noética), donde a grande importância do enredo, do mito; e a obra também comove pelas emoções (patéticas). E importa distinguir, na obra de arte, por um lado, a afetação sensível (estética), imediata recepção dos sentidos e, por outro, a afetação emocional (patética) que pode ser mediada e constituída pelo discurso, suas figuras e ordenações, bem como pelo desencadeamento das ações. (2007, p. 4).

Para além das sensações, então, os aspectos estéticos de algo produzido afetam nossas emoções e, conseqüentemente, nossas decisões e ações. A relação da dimensão estética como os sentimentos emocionais indicam a proximidade com a dimensão moral e ética. Santoro esclarece isso dizendo:

Por isso, a reflexão de Aristóteles sobre a produção da obra de arte não constitui exclusivamente uma estética, mas também uma noética do mito (que se configura até como uma abertura para a filosofia) e ainda uma patética das emoções (que se configura como uma abertura para a moralidade). De modo que a reflexão sobre o sentido da obra de arte não se dissocia da reflexão sobre a educação e a criação de valores, em dois níveis: intelectual de um lado, sentimental-moral de outro. (2007, p. 5).

Aristóteles retoma as posições da tradição de seu tempo sobre a estética, assim como fez com os outros temas de investigação, por vezes concordando e em outras revendo e apresentando a sua concepção. A arte sempre produz algo, imita e completa a natureza. Enquanto para Platão a imitação era um tipo de distanciamento da verdade e até mesmo o lugar da falsidade e da ilusão por ser cópia de outra cópia na medida em que acredita que a ideia do real é transcendente e as coisas são ilusórias, para Aristóteles a imitação é compreendida como o lugar da semelhança e da verossimilhança, o lugar do reconhecimento e da representação. Mas há um outro aspecto importante e presente na educação e formação do homem grego, que é a função mimética concebida por Aristóteles para além das artes poéticas. Ela se apresenta na linguagem humana na função de representação das coisas, no adequar o nome ou signo à coisa significada, como lugar do acontecer do verdadeiro ou do falso.

O que é belo agrada porque é bom, pois o belo é o bom, ainda que o bom também implique movimento e não somente algo estático. As formas principais da beleza são a simetria, o tamanho, a ordem e a delimitação. Na perspectiva da comédia, por exemplo, o feio é o ridículo, o errado que não tem forma. Um artista trata de descobrir o elemento universal das coisas, assim como faz o filósofo.

Há na abordagem aristotélica um caráter didático e catártico das atividades do domínio das artes, presentes na educação grega e interpretadas das poesias trágicas. Sem entrar nos detalhes, pode-se perceber na leitura de *Poética* e de partes de *Política* que a provocação e a transformação das emoções humanas nas obras poéticas são algo muito importante como a própria expressão de valores e conteúdos morais. Isso pode ser visto no Capítulo VI de *Poética*, quando Aristóteles afirma:

Portanto, a tragédia é a imitação de uma ação séria e acabada, que possui grandeza, que compraz pela palavra, com separação de cada uma das espécies em partes, através da atuação e não de um relato, que por meio da piedade e do medo consoma a purgação dessas afecções. (*Poética* 1.449b 26-27).

A importância da catarse, da “purificação” e do efeito do terror, da piedade, etc. sobre as emoções do espectador transcende a tragédia e se insere na vida moral e cotidiana das pessoas.

Deixando de lado a dimensão trágica, é no ofício do poeta, no caráter didático percebido na representação mimética que Aristóteles atribui ao poeta um tipo de visão sobre o real que o aproxima da perspectiva universal de conhecimento, como a visão própria do filósofo. Especialmente do filósofo que pensa as questões da ação humana, aquele da teorização ética, da qual se serve nos modelos de ação. Quais são esses modelos? São aqueles das personagens das epopeias e das tragédias. É nelas que se procura compreender a natureza humana e extrair lições e sugestões que iluminem as situações difíceis de decisão.

Na tragédia os personagens são melhores do que os protagonistas da vida real, enquanto na comédia se mostram piores, ridicularizando ou exagerando as ações e suas características.

Cabe agora perguntar: o que geralmente se entende por estética? Obviamente não é a concepção popular ligada ao mero cuidado corporal e das aparências vinculada aos modismos subjetivos que estamos perguntando. O que interessa é no âmbito da filosofia e das áreas afins e, nesse caso, o termo *estética* significa conhecimento sensorial ou sensibilidade, que estuda racionalmente o belo, aquilo que desperta a emoção estética por meio da contemplação e do sentimento que ele suscita nos homens, defende Abbagnano (2007, p. 426).

Abbagnano (2007, p. 426) escreve ainda com razão: “Estética designa a ciência (filosófica) da arte e do belo”, estando diretamente relacionada com a percepção e o sentimento. Baumgarten (séc. XVIII) defendia a tese “de que são objetos de arte as representações confusas, mas claras, isto é, sensíveis, mas ‘perfeitas’, enquanto são objeto de conhecimento racional as representações distintas (os conceitos)”. Assim, utilizava o termo para designar o estudo da sensação, “a ciência do belo”, referindo-se àquilo que agrada aos sentidos, significando esse substantivo a “doutrina do conhecimento sensível”. (1993, p. 115). O autor, então, define o conhecimento sensível como sendo a captação confusa do perfeito, o claro conhecimento intelectual, procura para nós a verdade. O belo, acrescenta o autor, é uma ideia confusa que desaparece ao se tornar clara.

Kant, que chegou a utilizar em suas aulas textos de Baumgarten, afirma que “a estética transcendental é a ciência de todos os princípios da sensibilidade *a priori*”. E, também, segundo Baumgarten “se a estética deve ser uma ciência, não pode ser a ciência do belo, apenas uma crítica do gosto”. (1993, p. 117). Com relação à crítica do juízo, Kant apresenta outro fundamento para a estética. Segundo ele, a estética interfere no princípio de uma crítica do juízo, para estabelecer o juízo do gosto, por meio do qual o sujeito pode identificar o belo na natureza e no espírito: “O juízo do gosto não é um juízo do conhecimento; por conseguinte, não é lógico, mas estético.” (1995, p. 47). Assim, o seu princípio determinante atua numa esfera subjetiva.

Já Hegel apregoa que a arte é o mais subjetivo desenvolvimento do espírito, a partir do real, e suas formas históricas representam cada uma, a seu modo, momentos desse desenvolvimento. Assim, Hegel se afasta da polêmica da abordagem da imitação da natureza, que, em si, não é nem bela nem feia. Segundo o autor, entende-se que o belo artístico é superior ao natural na medida em que o artístico é manifestação do Geist que, “superior à natureza, comunica essa superioridade aos seus produtos e, por conseguinte, à arte”.(HEGEL, 1999, p. 27). A pior das idéias humanas ainda assim, é, para Hegel, mais elevada que qualquer grandiosidade da natureza, justamente porque essa idéia participa do espírito.

A partir dessas abordagens, no que diz respeito à concepção de estética, Baumgarten (1993) as reduz e faz delas uma ciência adequada ao domínio da sensação, isto é, “uma ciência das partes inferiores, uma irmã mais nova da lógica”,

uma ciência do belo, cujo fim é definir o que é a beleza. (BAUMGARTEN apud ABBAGNANO, 2007, p. 426).

Embora a palavra *estética* tenha uso recente, na Antiguidade ela já era abordada sob várias outras nomenclaturas. Para os gregos, por exemplo, empregava-se o termo como poética, que tratava da criação aplicada à poesia e a outras artes. Aos poucos, a estética passou a proporcionar uma reflexão mais ampla de seu conceito, considerando a fabricação das artes em geral, englobando tanto o estudo dos objetos artísticos quanto os efeitos que esses proporcionavam no observador, envolvendo questões de gosto e beleza. No pensamento aristotélico, como vimos brevemente acima, o belo consiste na ordem, na simetria e numa grandeza que se presta a ser facilmente abarcada pela visão do seu conjunto, aproximando-se da visão do filósofo.

O que é dado a observar, sob uma perspectiva fenomenológica, não há mais apenas a representação de um valor estético, o belo, como ponto de partida para o julgamento de toda e qualquer forma de expressão. Cada objeto instaura seu próprio tipo de beleza, isto é, o tipo de valor por meio do qual será sentenciado pelo espectador.

Com relação à aplicação do que é belo e útil no cotidiano, o estudo dos costumes, das crenças, dos hábitos e aspectos físicos dos diferentes povos que habitaram e habitam o Planeta, considerando os modos de vida, os comportamentos, o folclore, os rituais, as crenças, os mitos e outros aspectos estudados pela antropologia, demonstra que, ao longo da evolução da espécie, o homem buscou facilitar a sua própria vida pela construção de dispositivos, ferramentas e utensílios, coisas que lhe proporcionassem ampliar suas limitações. Essa vivência em grupo criou necessidades, desejos e expectativas, em maior ou menor escala, nas pessoas que compõem essa coletividade.

Dando sequência, com o surgimento das guerras e o conseqüente advento da Revolução Industrial, houve o disparar da indústria na fabricação dos mais diversos tipos de produto, sendo possível a sua execução mediante a mecanização da manufatura com vistas a suprir uma demanda que pouco conseguia acompanhar a expectativa das pessoas, ávidas por produtos que facilitassem sua vida.

Mais adiante, corroborando a produção em massa, o movimento de igualdade reivindicado pelas mulheres contribuiu para a ampliação dos parques

fabris, pois mais produtos precisavam ser concebidos, com o intuito de suprir uma nova diligência reivindicada por esse novo posicionamento da mulher na sociedade.

Como se extrai dessa abordagem, uma série de movimentos ao longo do tempo contribuíram para o alvoroço da sociedade de consumo, que passou a representar a face visível de um conflito até então velado entre a cultura do ter e a cultura do ser.

Ontologicamente a estética trata do objeto físico resultante das operações de transformação ou beneficiamento que agregam valor a produtos, os quais, em princípio, não necessitam de conceitos para ser o que são. Para decifrar esses conceitos, é necessária a interpretação das circunstâncias em que acontece o reconhecimento da necessidade de consumo nessa pós-modernidade, condição sociocultural e estética que prevalece no capitalismo contemporâneo.

Soares e Ewald lançam luzes sobre o tema:

O homem aqui designado como pós-moderno, mergulha cada vez mais na perversão do fashion, na busca de um sentido para a sua existência, sua esperança recôndita de aproximá-lo do que ele supõe ser a comunidade dos homens e que acaba por se revelar a ele, como a de seus “semelhantes”, à comunidade globalizada de consumidores. (2004, p. 8).

Nesse momento de profundas transformações, no qual se torna difícil tomar um determinado partido, não se sabe, ao certo, para onde a humanidade se desloca e muito menos o caminho que se deve trilhar. A atual sociedade vivencia uma crise profunda, na qual somos impelidos ao consumo, havendo a necessidade de se repensar atitudes e valores para a obtenção da efetiva vida boa.

Na contemporaneidade a estética é mercantilizada em diversos aspectos na sociedade, reproduzindo um valor de mercado instituído pelo capital dominante.

Na opinião de Santoro,

se a realização da obra de arte é voltada para a beleza, podemos entender que a finalidade primeira da obra de arte está, de certo modo, já na sua simples presença, ela deve ser autônoma e bastar-se a si mesma, de nada mais carecer. (2007, p. 10).

Voltando ao pensamento de Aristóteles, é particularmente interessante a relação que Santoro faz da concepção aristotélica de que a arte imita perfeitamente a natureza com o pensamento de Fernando Pessoa expresso nas *Obras estéticas*. Eis uma passagem do poeta, citada por Santoro:

O fim da arte é imitar perfeitamente a Natureza. Este princípio elementar é justo, se não esquecermos que imitar a Natureza não quer dizer copiá-la, mas sim imitar os seus processos. Assim a obra de arte deve ter os característicos de um ser natural, de um animal; deve ser perfeita, como são, e cada vez mais o vemos quanto mais a ciência progride, os seres naturais; isto é, deve conter quanto seja preciso à expressão do que quer exprimir e mais nada, porque cada organismo considerado perfeito, deve ter todos os órgãos de que carece, e nenhum que lhe não seja útil. (2007, p. 10).

Essa interpretação de Fernando Pessoa nos ajuda a entender a concepção aristotélica de estética.

Pensando em nosso contexto, Chauí procura situar a questão estética dentro do horizonte do capitalismo. Ela afirma:

Para que a autonomia das artes viesse a acontecer, foi preciso que o modo de produção capitalista dessacralizasse o mundo e laicizasse toda a cultura, lançando todas as atividades humanas no mercado. Isso significou, porém, que livres do poder religioso e do poder político, os artistas se viram a braços com o poder econômico. Ao se livrarem do valor de culto, as obras de arte foram aprisionadas pelo valor de mercado. (2005, p. 274).

A apropriação da dimensão da sensibilidade estética e técnica pelo mercado é a marca da sociedade atual. Está tão presente na vida humana que se confundem com nosso próprio modo de ser. Com efeito, “é de difícil decodificação as imagens técnicas, e seu significado parece gravar-se automaticamente sobre suas superfícies, sendo indícios do mundo ao qual significam. Podemos perceber esse significado através delas, mesmo que indiretamente”. (FLUSSER, 1990, p. 17-18).

A comercialização da estética está presente nos mais diversos produtos, que são concebidos com o objetivo de manter aquecidos os mercados, atendendo a desejos e necessidades fictícios das pessoas, alimentando o ciclo de produção e demanda, com utilidades muitas vezes questionáveis, portanto, é necessário distinguir o que é útil do que é simplesmente belo.

Chauí (2005, p. 277) explica que os objetos produzidos com base no *design* indicam que foram concebidos com a preocupação de que, além de úteis, também sejam belos.

Essa aparente necessidade, criada pela cultura consumista (que se vale da mídia para a sua propagação e da tecnologia e da estética para cada vez mais aperfeiçoar a atração sobre os produtos de consumo), embaça a percepção do que é útil e/ou belo, muitas vezes com muito mais beleza do que utilidade, mas que

apaixonam, emocionam e aprisionam as pessoas na cíclica aquisição de tais produtos compostos com tanta tecnologia e beleza, que, em suma, tornam-se objetos de contemplação, pouco utilizados em sua plena totalidade prática.

Nessa acepção, esses produtos ainda são fabricados em grandes lotes, visando a atingir grande volume de consumidores chamados de “massa”. Consoante Chauí (2005, p. 291): “É um agregado sem forma, sem rosto, sem identidade e sem pleno direito à cultura.” A maioria das pessoas pensa estar adquirindo produtos, visando à inserção e o aceite nos grupos ao que pertencem e, de certo modo, especiais por terem condições de acesso a esses produtos.

Como há pessoas que adquirem produtos desmedidamente, mais produtos são projetados e lançados pela indústria, acompanhando a engrenagem imposta pelo capitalismo, que não mais tem interesse em desenvolver produtos duráveis, pois, para manter essa engrenagem funcionando, mais e mais produtos devem ser consumidos, e, quanto menos esses durarem, mais se alimenta o ciclo de consumo; matéria-prima, processo de fabricação, produto acabado e demanda. Basta aqui lembrar das recentes caracterizações e críticas feitas por Bauman com sua concepção de “modernidade líquida”.

Retomando a abordagem crítica de Chauí (2005, p. 34), estamos na sociedade pós-industrial ou pós-moderna, é a “sociedade do descarte”. A totalidade das coisas produzidas busca o uso imediato, temporário e substituível de curto prazo, já não mais se desenvolvem produtos eficazes que cumpram um papel necessário e útil; criam-se produtos segundo as aparentes necessidades fomentadas pela mídia. Esses produtos estão mais para belos do que para úteis e respondem ao apelo midiático, pela via dos mais diversos canais de comunicação, mantendo um *status quo* instaurado por essa sociedade de consumo, que atende à convocação para a obtenção de atração sexual, beleza pessoal, jovialidade, prosperidade, segurança e sucesso pelo consumo de mais e mais produtos. É um tipo de paixão autoconsumista, vira uma patologia coletiva que teve seu começo no mundo moderno pela dominação mecânica. Sennett (2012, p. 123-135), ao tratar das “máquinas”, faz uma reconstrução desse cenário e da resistência à ideia de uma civilização mecânica.

Junto com outras características do artífice, a própria noção de belo, dada por Aristóteles, se esvai nessa conjuntura, distanciando cada vez mais o homem da cultura e da razão.

O belo reside na extensão e na ordem, razão por que não poderia ser belo um animal de extrema pequenez (pois se confunde a visão reduzida a um momento quase imperceptível), nem de extrema grandeza (pois a vista não pode abarcar o todo, mas escapa à visão dos espectadores a unidade e o todo). (1996, p. 38).

Ademais, a arte para Aristóteles tinha uma acepção diversa da que temos hoje, como foi dito acima. Possuía um sentido expresso em termos gerais, tanto poderia ser uma arte lógica, moral, poética ou retórica. Também o conceito de estética apontava para uma dimensão relacionada à experiência da ação humana, como beleza útil que permitia caracterizar algo como agradável, alegre, belo, gracioso, grandioso, poético e sublime ou seus contrários. Num sentido mais normativo, referia-se a tudo o que embeleza a vida do homem, seu corpo, seus adornos, o vestuário, sua casa, seus utensílios, etc. Por fim, uma estética como uma teoria da criação, recíproca às condições individuais, sociais e históricas da vida do homem.

A estética¹¹ reúne vários adjetivos para significá-la, dentre eles, a qualidade, entendida segundo Rothery (1993), como adequação ao uso e conformidade com as exigências, responsáveis pelos procedimentos e normas que conformam os produtos nos seus mais diversos ramos.

No cenário atual das corporações e do mercado, qualidade é um termo bastante utilizado, pois representa a satisfação encontrada pelo cliente, pela empresa e por seus *stakeholders*. Como abrange uma gama de partes interessadas bastante diversa, na prática, a qualidade acaba sendo confundida com os periféricos do produto, tais como: beleza, embalagem, marca de grife, luxo, entre outros. Teoricamente, esses aspectos envolvem a qualidade do produto, mas não se restringem a eles.

Para isentar a definição de qualidade de interpretações errôneas, o primeiro passo é considerar a qualidade como um conjunto de elementos ou atributos que

¹¹ No original grego, a palavra *estética* significa percepção pelos sentidos, e essa experiência nós a partilhamos com os animais e os vegetais e é irracional. A "alma estética" é aquela parte da constituição psíquica do homem, que "sente" as coisas e que a essas reage, é a nossa parte "sentimental". "O modo de excitar emoções em favor delas próprias foi uma descoberta tremenda." (WHITEHEAD, 1937, p. 84).

compõem o produto. (PALADINI, 2000). Na visão desse autor, qualidade é a condição necessária de aptidão para o fim a que se destina e o grau de ajuste de um produto à demanda que pretende satisfazer.

Crosby (1994, p. 44), por outra via, afirma que “qualidade é simplesmente fazer o que havíamos dito que iríamos fazer; dar ao cliente (tanto interno como externo) exatamente o que ele pediu”. Em outras palavras, adequação ao uso e adequação ao padrão.

Drucker (1999, p. 29), considerado o mais atual guru da administração, define assim: "Qualidade [...] não é algo que o fornecedor coloca num produto ou serviço, mas algo que o cliente obtém e pelo qual paga. Os clientes pagam apenas por aquilo que lhes é útil e lhes traz valor. Nada mais constitui qualidade." Qualidade, portanto, diz respeito ao processo por meio do qual os produtos são materializados da melhor forma possível em atendimento às exigências dos requisitos impostos pelos clientes-consumidores.

Esta posição é um exemplo de uma definição que é assumida pela grande maioria dos operadores das organizações. Pela nossa perspectiva ética, isso é um relativismo total e que parece não deixar espaço para considerações de caráter objetivo, deixando a ética de lado. Se for aceita essa posição relativista, subjetiva, então como poderíamos definir uma música de qualidade? Não haveria algo mais do que o simples interesse subjetivo do cliente ou do produtor? A lógica da economia de mercado não parece ser adequada e suficiente para dar conta de todas as dimensões valorativas presentes na vida humana. É sempre oportuno lembrar que o valor de mercado não substitui e não pode medir o valor ético.

Conjuntamente, do ponto de vista da economia de mercado, as dimensões da qualidade, do custo, da flexibilidade, da inovação, do tempo e da confiabilidade mostram-se imprescindíveis à sobrevivência da indústria, que utiliza como parâmetro de análise o modelo de Slack (1993, p. 183), para demonstrar a importância de cada uma dessas dimensões para a estética e a consequente competitividade da indústria. No modelo desse autor, são considerados os aspectos micro e macroambientais de uma empresa, e a importância de cada uma das dimensões, quando utilizadas em condições favoráveis para a obtenção dos objetivos de desempenho, se relacionam com a necessária vantagem competitiva em manufatura.

Nesse norte, ao se considerar as diferenças cultural e econômica entre o Brasil e os países mais ricos, tem-se um custo maior do colaborador da empresa e um desempenho menor do mesmo em relação aos estrangeiros, o que afeta significativamente a competitividade da indústria nacional, pela falta de qualificação e conscientização da mão de obra para uma melhor produtividade. A confiabilidade também é uma dimensão impactante nesse sistema, pois depende, essencialmente, do bom relacionamento entre unidades fabris e suas cadeias de suprimento. As demais dimensões: tempo, inovação e flexibilidade são consideradas de grande relevância para a estética, sendo esses os fatores primordiais para tornar as empresas nacionais competitivas no cenário globalizado.

Assim, na perspectiva do modelo produtivo capitalista, a qualidade percebida passa a ser um sinal de aprovação, não se afastando do conceito de estética de modo geral, pois toda estética (para ser admitida como estética) requer um determinado nível de qualidade, que pode vir a ser exigido como a excelência resultante do trabalho do artífice ou de outros modos de produção.

Há um ideal de excelência que norteia os processos produtivos quando adequadamente planejados. Essa dimensão de busca de níveis de excelência e qualidade, mesmo que distante da realidade dos dias de hoje, pode impelir os colaboradores a uma conscientização, a um envolvimento e a uma virtude cívica, em todos os níveis das corporações, cada vez maiores, para que os produtos resultantes do processo produtivo reúnam, em si, os requisitos necessários para o atendimento das expectativas dos clientes. Existem vários exemplos de corporações que são vistas atualmente como exemplos bem-sucedidos na produção e no atendimento do cliente com elevado nível de qualidade e de excelência, que mostram que é possível encurtar a distância entre o fazer técnico e o fazer estético e, especialmente, sem desconsiderar o agir ético.

3 ÉTICA E FAZER TÉCNICO-ESTÉTICO

3.1 DEFINIÇÕES DE ÉTICA E A ÉTICA DAS VIRTUDES E DA FELICIDADE

A pergunta por uma definição de ética é algo comum, e geralmente a resposta dada é simplesmente aceita sem maiores questionamentos. Essa atitude é característica de não filósofos que facilmente aceitam definições formais e utilizam a filosofia de modo aplicado a sua área de atuação. Muitas vezes também especialistas em filosofia dão definições com intenção pedagógica. Abbagnano, em seu *Dicionário de filosofia* (2007, p. 442) é enfático ao explicar que “ética é a ciência da conduta”. É a parte prática da filosofia que tem a ver com os costumes e tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral. Muitas vezes, é confundida com moral, e a distinção entre elas é que a moral quase sempre está ligada a um código cultural, enquanto a ética é bem mais ampla e universal. A premissa básica é: onde a moral não consegue resolver as questões, a ética deve prevalecer.

Outros estudiosos utilizam algo da filosofia em suas obras técnicas. Moreira afirma que "a palavra ética possui dois significados principais; disciplina que integra a ciência filosófica e conjunto de regras". Como segmento da filosofia, a ética é regida por códigos morais; como um conjunto de regras a ética "é o rol dos conceitos aplicáveis às ações humanas, que fazem delas atitudes compatíveis com a concepção geral do bem e da moral". (MOREIRA, 2002, p. 21). Assim, a ética assume um caráter de ciência prática, pois "não se detém no conhecimento da verdade em si, mas em sua aplicação na conduta livre do homem, fornecendo-lhe as normas necessárias para o reto agir". (ARRUDA et al., 2011, p. 43).

Tendo como base os pensamentos de Sócrates, Platão e Aristóteles, a ética das virtudes sinaliza que o homem possui comandos internos naturais para a realização do ser. O homem é por natureza finalístico, e a finalidade do agir humano é a busca do ideal de excelência tanto na afetividade como na inteligência. A todo momento, ora estamos próximos, ora afastados do nosso verdadeiro ser, na dependência do agir bom ou mau, e a repetição desses atos morais gera um bom ou um mau hábito. Ao bom hábito denominamos *virtude*, e ao mau hábito, *vício*. Assim, nos identificamos com o nosso agir, e é no agir humano que o homem torna-se o

que é. Como uma segunda natureza, nos aproximamos (virtudes) ou nos afastamos (vícios) da verdade e do bem e, portanto, da felicidade.

Considerando isso, a moralidade pode então ser definida como "padrões que um indivíduo ou grupo tem acerca do que é certo ou errado, bom ou mau". (VELÁSQUEZ, 1998, p. 8). A ética, portanto, tem como meta desenvolver um cenário de padrões morais que a sociedade, após refletir sobre questões e situações concretas, decide se elas são ou não justificáveis, reproduzindo-as, posteriormente, em todos os contextos, se for o caso.

Ainda que a ética se entrelace com a moralidade, ambas não podem ser objeto de confusão, pois, enquanto a natureza da ética é teórica e investigativa, a moralidade é prática e objeto de pesquisa de tais investigações éticas.

Quanto às funções da ética, Cortina e Martínez explicam:

Em nosso modo de ver, corresponde à Ética uma tripla função: 1) *esclarecer* o que é a moral, quais são seus traços específicos; 2) *fundamentar* a moralidade, ou seja, procurar averiguar quais são as razões que conferem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente; e 3) *aplicar* aos diferentes âmbitos da vida social, os resultados obtidos nas duas primeiras funções, de maneira que se adote nesses âmbitos sociais uma moral crítica (ou seja, racionalmente fundamentada), em vez de um código moral dogmaticamente imposto ou da ausência de referências morais. (2009, p. 21).

Também aparece na reflexão ética um triplo propósito: o de tornar possível a determinação de formas de conduta, que, por serem más em si, sempre o serão; ou seja, o de possibilitar um juízo sobre a moralidade de determinada conduta, quando essa não for má em si, e a de encontrar uma decisão sobre a conduta moral correta, quando houver contradições.

Segue-se o que diz De George:

A ética pode ser definida como uma tentativa sistemática da busca de sentido nas experiências morais e sociais de cada indivíduo, de modo a determinar as regras que devem governar a conduta humana, os valores que valem a pena perseguir e os traços de caráter que merecem ser desenvolvidos ao longo da vida. (1995, p. 19).

Isso posto, segundo o autor, a ética pressupõe a existência de moralidade, assim como a existência de pessoas morais que separam o certo do errado e agem de acordo com as normas que elas e o resto da sociedade admitem. Sem essa

aceitação, não haveria estabilidade para qualquer tipo de negócio ou qualquer outra atividade produtiva.

De George (1995, p. 23) complementa que “a moralidade está relacionada com o costume¹² que uma sociedade ou grupo aceita como certo ou errado, assim como com as leis que complementam as proibições legais e sancionam atividades consideradas imorais”.

Por sua vez, Cortina e Martínez sustentam que,

em contrapartida, os seres humanos que atingiram um desenvolvimento completo, e na medida em que possam ser considerados “senhores de seus atos”, têm uma conduta moral. Os termos “moral” e “amoral” assim entendidos não avaliam, mas descrevem uma situação: expressam que uma conduta é ou não suscetível de qualificação moral porque reúne, ou não reúne, os requisitos indispensáveis para ser posta em relação com as orientações morais (normas, valores, conselhos, etc.). A Ética tem que esclarecer quais são concretamente esses requisitos ou créditos que regulam o uso descritivo do termo “moralidade”. (2009, p. 17, grifo dos autores).

Genericamente, se pode afirmar que moralidade seria um sinônimo de vida moral, aplicada aos habitantes da *pólis*. Até os dias de hoje, proliferam-se os códigos morais, convivendo simultaneamente com os mais diversos tipos de cultura. No entanto, apesar de existirem juntos, não necessariamente convivem, e, apesar da diversidade dos mesmos, percebem-se características comuns entre eles, ainda fomentadas pelo efeito globalizante oriundo do incomensurável fluxo de informações.

Nesse norte, Jones entende que

as questões éticas surgem quando uma pessoa, por livre-arbítrio, desempenha determinada atividade ou ação que gera impacto positivo ou negativo sobre outra pessoa. Isso quer dizer que um indivíduo enfrenta uma questão ética quando ele tem escolha, mesmo que esta lhe seja altamente custosa. (1991, p. 27).

A questão ética, então, depende do juízo que o indivíduo faz de certa situação e delibera sobre uma ou outra opção. Para Velásquez (1998, p. 10), uma

¹² Costume é todo modo regular, padronizado, de parecer ou comportar-se considerado característico da vida em sistemas sociais. (JOHNSON, 1997, p. 56).

pessoa começa a praticar a ética quando, diante de uma determinada situação, busca e questiona os padrões morais absorvidos durante o seu desenvolvimento.

Em rigor, diante das circunstâncias, o indivíduo reúne elementos que concordam e/ou vão ao encontro desses preceitos, questionando o indivíduo se ele deve ou não continuar a acreditar nesses padrões. Conseqüentemente, o objetivo da ética é determinar se alguns julgamentos morais, ou padrões morais, são mais ou menos corretos, sendo admissível em cada caso a análise da situação em seu contexto de origem.

De grande valia é a lição de De George:

A ética pode ser estudada em dois aspectos; ética geral e ética específica. A primeira analisa os princípios básicos da moralidade dos atos humanos expressos no cotidiano. Na segunda, aplicam-se os conceitos da ética geral para resolver problemas ou investigar a moralidade das ações humanas em áreas específicas, como os estudos específicos da ética profissional dos trabalhadores, referente a um campo específico da profissão, por exemplo. Esse campo envolve um grau avançado de independência, especialização técnica e fundamentação teórica e deve responder a atributos tais como: funções definidas, princípios éticos para as atividades, conhecimentos, habilidades e atitudes identificadas, exercício adequado da profissão para pessoal especialmente treinado, formação, atitudes profissionais e prestar serviços que tendam a ser úteis e beneficiar o grupo social. (1995, p. 19).

Esses exemplos de definições formalistas elencados acima mostram a diversidade de concepções e somente ajudam a entender o uso amplo dos termos *ética* e *moral* e as diversas funções atribuídas à ética. No entanto, isso não se aplica à abordagem aristotélica e serve apenas para perceber diferentes formas de compreender a ética no contexto contemporâneo e, principalmente, identificar o modo como é entendida a ética principalmente no meio organizacional.

Posto assim, verifica-se que as ações humanas expressas no cotidiano, tanto na vida profissional quanto na pessoal, oferecem insumos a serem investigados sobre o comportamento ético do indivíduo. Também nas situações específicas, dependendo do contexto, podem influenciar no comportamento ético, influenciando na vida pessoal e na coletiva, além de influenciar no resultado do trabalho do agente.

Ainda no aporte de De George, a ética geral subdivide-se em três tipos: descritiva, normativa e analítica. Ele afirma:

Ética descritiva consiste no estudo e descrição da moralidade das pessoas, cultura e sociedade. Relaciona-se intimamente com a antropologia, a sociologia e a psicologia, no que diz respeito ao comportamento humano. A ética normativa procura fornecer e justificar um sistema moral, constituído por normas, regras e valores, baseados na ética descritiva. A ética analítica está intimamente relacionada com a ética normativa, investiga o significado e a lógica do raciocínio moral aplicado. Nela propõe-se avaliar os pressupostos dos argumentos morais. (1995, p. 20).

Sinteticamente, diz-se que ética demonstra como lidar com a investigação racional, sobre padrões que podem ser considerados corretos ou incorretos, remetendo (através da decisão entre um e outro), à formação do caráter do indivíduo. Salienta-se que esse sujeito vive em sociedade e, para tanto, “aceita” coletivamente determinada conduta que também é aceita pelo grupo que tem também o dever de aceitá-la. Dentre esses grupos (ou classes) está a classe empresarial que estrutura, adapta e cumpre códigos, que devem também ser aceitos e observados pelo grupo ou sociedade que a compõe. Nesse contexto, as investigações sobre determinadas normas ou padrões que devem ser aplicados em situações-problema, é também conhecida por “ética aplicada”.

Ao se analisar a ação ética nesse âmbito, entendida como o agir inerente a cada pessoa, diante de situações diversas, verifica-se que o agir não está restrito a âmbitos privados, ao contrário, restringe o princípio da moralidade a aspectos exclusivamente individuais. Assim, a ética mostra-se concernente a todas as pessoas e instituições, e qualquer resolução ética tem, como pano de fundo, um conjunto de valores fundamentais, que regem a sabedoria prática e os processos de tomada de decisões, que sumariamente acabam afetando o coletivo, uma vez que as pessoas vivem em sociedade.

Aqui torna-se necessário retornar à ética das virtudes, no sentido dado pela filosofia. De acordo com Aristóteles, a sabedoria prática (*phronesis*) é a capacidade de pensar sobre o que é prático e está relacionada com "por que" se decide atuar de certa maneira ao invés de outra. Quando se pensa em uma *boa ação*, em tomar uma *decisão correta*, adentra-se no território da filosofia moral; assim, para Aristóteles, a pessoa que detém a sabedoria prática possui um bom juízo moral.

O pensamento ético moderno tem sido influenciado de maneira significativa por ideias originárias do passado, embora as teorias éticas do dever, construídas nos séculos XVII e XVIII, rejeitem o fundamento ético na felicidade e elejam a lei moral, isto é, o dever como fundamento e critério de decisão moral. A pergunta não

é mais “O que devo ser?” ou “Como eu devo viver?”, mas “O que devo fazer?” O foco foi deslocado do caráter do agente para a ação e suas consequências. Outra característica da ética das virtudes é a bondade humana, definida como excelência humana em que a natureza das normas era influenciada pelo componente emocional, mas dominado e justificado pela razão considerando o contexto cultural comunitário. No caso das éticas deontológicas, a bondade é definida pela retidão da vontade, e a natureza das normas são justificadas pela razão de modo imparcial e com pretensão universal. Outros aspectos podem ser apontados, mas o que interessa aqui é que a moralidade está sempre relacionada às ações humanas, e existem princípios, valores e critérios que podem separar as ações; e existem outros que podem separar as decisões *corretas* das *incorretas*, boas das más, etc.

Aristóteles acreditava que não existiam regras, fórmulas ou métodos exatos que os podia guiar, mas valores, virtudes obtidas pela aprendizagem e do hábito que forma o caráter do indivíduo. De acordo com o autor, o homem instiga a partir de certos princípios e valores gerais e, depois, os conclui pelo raciocínio, a partir dos fenômenos que ele observa. Aristóteles entendia a sabedoria prática como sendo uma combinação do entendimento e da experiência e a capacidade de interpretar, de maneira correta, as situações individuais, concluindo que a *phrónesis* poderia ser aprendida a partir de experiências próprias e imitando outros que já dominavam essa prática.

Do ponto de vista prático, verifica-se que o conhecimento pode ser organizado, a partir das concepções de racionalidade, *episteme* e *phrónesis*. A ciência, como conhecimento próprio de um indivíduo ou grupo social, em uma determinada época, desloca-se para a prudência, isto é, para uma sabedoria prática, oportunizando o encontro, pela capacidade de discernimento do *phronimos*, aos meios necessários para alcançar a felicidade pessoal e política.

É importante levar em conta que a *phrónesis*, isto é, o discernimento não pode ser considerado um conhecimento científico, uma vez que aquilo que se refere às ações, aceita variações, pois trata de coisas variáveis, assim como “a arte não trata de coisas que existem ou passam a existir necessariamente”. (EN VI, 4, 1.140a). O discernimento, como uma qualidade racional, leva à verdade, no que diz respeito às coisas boas ou más para o homem. Enquanto o fazer tem um propósito diferente do próprio ato de fazer, a finalidade da ação é a própria ação, pois o agir nada mais é do que uma finalidade em si mesma.

Assim, os primeiros princípios das ações, entendidas como virtudes, estão nas finalidades a que elas visam, e o discernimento deve ser, então, uma qualidade racional que leva à verdade prática, considerando as ações relacionadas com os bens humanos, afirma Aristóteles (EN VI 4, 1.140a; 5, 1.140b). Para ele, as ações humanas são realizadas por um desejo racional, as quais permanecem contingentes e dependentes de escolhas concretas.

Aubenque interpreta:

Esse bem (finalidade) não é universal e necessário como um princípio teórico, porém é uma referência estável e geral, sendo válido para todos e oferecendo um critério (*métron*) para o agente racional fazer sua escolha entre as várias ações que são possíveis. (1976, p. 49).

Mesmo sendo deliberadas por uma vontade racional, as ações humanas dependem de escolhas concretas, ficando, no âmbito do agente, a escolha que faz. Aristóteles dava muita ênfase ao cultivo de certas qualidades de caráter, “aquelas que tornam as pessoas propensas a fazer o que é justo”, e ao hábito de atuar de maneira sábia, considerando, para isso, a *práxis* (filosofia prática, ética e política), conhecimento que é motivado por situações concretas e marcado por pré-juízos que devem, quando necessário, ser analisados em cada situação.

Conforme afirma Guariglia,

essa investigação levará à *eudaimonia* (felicidade) enquanto o *télos* humano, que é a atividade de acordo com a virtude (*areté*), sendo encontrada em um meio termo entre ações opostas (*mesótês*), entre o excesso e a deficiência, que irá depender de um julgamento por força da sabedoria prática (*orthòs lógos*) para alcançar a mediania. (1997, p. 65).

Segundo a abordagem de Chauí, na *práxis*, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis ou idênticos, pois o agente, o que ele faz e a finalidade de sua ação são o mesmo. A *práxis* diz respeito a uma atividade que poderia ser realizada por um sujeito mais livre e mais consciente. Um ser humano consciente é uma pessoa que reflete mais sobre sua realidade e consegue perceber e analisar melhor o seu contexto. Portanto, o que ele faz é agir de maneira diferenciada dos demais, os quais, por sua vez, não se preocupam em refletir antes de agir. Nesse sentido, Vásquez 1968, afirma que “Toda *práxis* é atividade, mas nem toda atividade é *práxis*”. (2003, p. 311).

Na esteira desse pensamento, a finalidade da *práxis* (como agir) está voltada à perfeição do agente e ao finalismo da *téchne* enquanto é técnica está voltado à perfeição da obra a ser produzida. Por consequência, na *téchne* a perfeição do ato de produzir que o agente tem em mente é a perfeição da obra a ser produzida. Essas duas faculdades delimitam os dois procedimentos distintos do operar humano, delimitando os respectivos campos do ético e do técnico.

Na opinião de Vaz, “o enfraquecimento ou mesmo o desaparecimento dessa distinção na cultura contemporânea significa, finalmente, a perda da especificidade ética de nossas ações e a tirania do produzir nas relações humanas.” (1999, p. 69-70). Sem dúvida, o perigo desse modelo surgido com a Revolução Industrial já foi denunciado há muito tempo por inúmeros filósofos, sociólogos, poetas, etc. O ser humano não pode ser concebido como uma máquina e nem reduzir suas realizações e relações com a sua espécie e com o mundo por meros parâmetros matemáticos e estatísticos.

Para Aristóteles, a *práxis* está estruturada sobre a teoria de um conhecimento intelectual específico, tratando-se de uma teoria prática, pois a mesma não se faz presente em razão dela mesma, mas em razão do exercício do agir, considerado um tipo específico de conhecimento intelectual; o saber inerente à *práxis* orienta as escolhas que se apresentam nas incertas situações características dos humanos, considerando-se os modelos de realização propostos nas virtudes éticas. Assim, a excelência, como nível máximo de qualidade, diante dessa posição, constitui-se em virtude intelectual da *phrónesis*, pois assume a sabedoria prática, que é orientada por uma racionalidade não matemática, como o fundamento da teoria aristotélica sobre a *práxis*.

Aristóteles distingue também a *práxis* – ação da *poíesis* – produção, afirmando que a operação técnico-produtiva não é uma *energéia* [atividade, ato], mas uma *kinesis* [movimento] que tem sua finalidade fora de si mesma, ou seja, na obra produzida. Assim, a *práxis* corresponde à sabedoria prática e visa à perfeição do agente, e a *poíesis* corresponde à *téchne* que visa à perfeição da obra. (EN VI 2, 1.139b).

Corroborando essa dedução ao elaborar a filosofia prática, Aristóteles renuncia ao método da exatidão científica, uma vez que o saber prático é uma

função da bondade humana, centrada na *phrónesis*, que trata “das coisas humanas” e deve utilizar métodos adequados ao assunto estudado. (EN I 3, 1.094b).

Assim, no pensamento aristotélico, o homem somente é admitido como homem se realizar a função que lhe é própria. Para isso, por meio do exercício racional, ele buscará os melhores meios (virtudes) para atingir os adequados fins, que lhe são próprios, de acordo com sua disposição de caráter, habilmente instaurada pela educação e pelo hábito. Entretanto, o exercício racional da sabedoria prática, diferentemente da razão contemplativa, se dá no âmbito das coisas variáveis, como se infere das seguintes palavras: “Resta, pois, a alternativa de ser ela uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem.” (EN VI 5, 1.140b 5).

Sintetizando, a *phrónesis* é uma sabedoria prática, concebida a partir de uma disposição dianoética, virtudes de pensamento e racionalização, que são fundamentais para o agir ético. (EN VI 5, 1.140b). Assim sendo, o conceito aristotélico de *phrónesis* situa a teoria como a natureza de algo, que é próprio de algo, sendo também inerente e constitutiva da *práxis*.

Esse campo da filosofia prática, constituído pelas virtudes morais e intelectuais, tendo a *phrónesis* como conceito central, pode ser considerado como o texto fundador dessa reflexão sobre a teoria da *práxis*, a partir da qual irá se desenrolar a linha mestra da filosofia ocidental.

A ética das virtudes, aristotélica ou não, também é chamada de “ética da felicidade”. No caso de Aristóteles, a definição do que seja o conceito de *eudaimonia*, traduzido modernamente como *felicidade*, *vida boa*, *vida bem-sucedida* ou *prosperidade*, norteia os primeiros passos da sua análise na *Ética a Nicômaco*, onde ele chega a uma definição formal ou nominal de ser “uma certa atividade da alma em conformidade à excelência” e acrescenta que a felicidade “pressupõe não somente excelência perfeita, mas também uma existência completa”. (EN I 9, 1.099b-1.100a).

O resultado desse tipo de definição foi extraído das “opiniões mais reputadas” de seu tempo. Era preciso conhecer o fim último, o bem supremo, para poder saber guiar a vida rumo a tal fim desejado e conhecido. Daí a definição formal de felicidade. Mas ao perguntar e tentar identificar que tipo de vida humana poderia concretizar esse ideal de vida, surgem diversas respostas que mostram que o autor oscila entre a vida da prática das virtudes políticas do cidadão e a vida contemplativa

própria do filósofo. Diferentes argumentos foram apresentados pelos intérpretes modernos e contemporâneos para justificar qual dessas duas candidatas seria a posição definitiva de Aristóteles.

Sem entrar nessa problemática, importa aqui adotar a interpretação de que a prática das virtudes políticas constitui a vida boa e bem-sucedida, isto é, a felicidade, na medida em que a sua possibilidade dependia do fato de se todas as dimensões da vida do indivíduo fossem integradas de modo coerente e equilibrado como existência completa. Para ser feliz ao longo de toda a vida pressupunha como condição a disponibilidade para praticar as potencialidades humanas, isto é, a prática das virtudes na *pólis*. São as condições prévias e instrumentais chamadas de “bens exteriores”, por Aristóteles. (EN I 8, 1.099b). Obviamente, nesse caso, a atividade contemplativa também estava elencada entre as potencialidades daquele cidadão que tem condições e competência para tal atividade elevada. Não parece que para ser feliz bastasse isolar-se das coisas humanas e mundanas e, a sós com seus pensamentos, ocupar-se exclusivamente da teoria e da contemplação das coisas mais elevadas e divinas possíveis ao raciocínio humano.

Se a vida feliz exige viver de modo racionalmente coerente e emocionalmente equilibrado e, ademais, viver uma existência completa que pressupõe tempo livre para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, então como é possível a um indivíduo, hoje, levar uma vida desse modo na esfera do trabalho, conciliando com sua vida pessoal? Se considerarmos a complexidade da vida de hoje, parece utópico querer buscar tal ideal. Mas o que seria do ser humano sem utopias?

No entanto, apenas como exemplo de tal dificuldade, apontamos ao trabalho de Antunes, que afirma:

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada [...], e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. [...] Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social

poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (2003, p. 177).

À parte essa dificuldade de articular uma vida com sentido fora do trabalho ou da empresa, pensa-se que tendo um ideal de virtude e de felicidade do tipo aristotélico – que resgata a dimensão da formação do caráter nas virtudes e na habilidade prudencial – é algo possível. Pode-se almejar uma vida ética adaptada ao nosso contexto e em sintonia com a chamada “ética nas organizações”. Sem rejeitar os modelos éticos modernos, ancorados na lei moral e na obrigação de cumprir o dever ou em regras e princípios normativos de utilidade ou, ainda, em meros códigos de ética profissional que pretendem legitimar e justificar o modelo produtivo econômico liberal, é possível e razoável discutir alternativas.

Há uma possibilidade de interpretar a concepção aristotélica de felicidade de modo que possa servir de pressuposto modelar também para as atividades e formas de vida no interior das organizações. Seria do tipo que a própria existência do homem bom e virtuoso se mostrasse capaz de realizar a forma de vida feliz. Em outras palavras, a finalidade da vida feliz pela via da prática das virtudes políticas não seria a honra e o reconhecimento, mas algo mais nobre, como a própria atividade em si mesma na existência do homem bom e virtuoso e considerada em si mesma, ou seja, uma certa atividade autárquica na visão da obra realizada. Dessa forma, então, a atividade que constitui a felicidade seria não aquela que o próprio “homem bom julga ser a melhor, mas aquela que a sua própria existência elege como sendo a melhor”, isto é, “a percepção de tê-lo feito”. (MORAES, 2013, p. 80). Acrescenta ainda esse estudioso:

É a visão em si mesma prazerosa do bem realizado (*tò érgon*), e a percepção de estarmos ligados a ele, o que mais intensifica a atividade de fazer o bem. Aristóteles descreve essa satisfação do benfeitor com a sua obra da seguinte maneira: “Os que fazem o bem amam e se apegam aos beneficiários, mesmo que estes jamais lhes sejam úteis em nada”. (MORAES, 2013, p. 80).

Estas últimas linhas da citação de Moraes dizem respeito à passagem que Aristóteles fala, no Capítulo 7 do Livro IX, quando trata da amizade e particularmente do prazer da beneficência. Um pouco mais adiante no texto, diz Aristóteles:

A causa disso é que o ser (existência) é desejável e amável para todos, mas nós somos em atividade, e a obra é, de certo modo, o produtor em

atividade; por conseguinte, o produtor ama a obra porque também ama o ser (a existência). E isso é natural; pois o que é em potência a obra o revela em atividade. (EN IX 1.068a 6).

Moraes analisa essa passagem da obra aristotélica, fazendo uma interessante e oportuna aproximação entre os benfeitores e os artesãos que vale a pena transcrever aqui.

Temos assim que a obra é, de certo modo, o produtor em atividade. Esta é a razão pela qual tanto o artesão quanto o benfeitor amam suas obras, ou seja, pelo fato mesmo de amarem viver e agir. A obra, no entanto, não é um simples resultado ou simples produto da ação. Tampouco o produtor se reconhece na obra como em um simples reflexo seu. A obra nem sequer revela o produtor, no sentido de ser uma extensão de sua personalidade, mas antes o produtor em atividade, quer dizer, o produtor enquanto este é inseparável de sua ação específica. Desse modo, não é o produtor quem cria, de si mesmo, a obra, mas é a obra que revela o produtor naquilo que ele tem de mais próprio. O beneficiário como obra não é, de forma alguma, um “produto” do benfeitor, mas alguém que, com a sua simples presença, ilumina a existência do benfeitor, tornando-a manifesta enquanto tal. É essa existência de benfeitor, é essa atividade de beneficiar, que o benfeitor enxerga e ama no beneficiário, algo que, na verdade, passa muito além de sua mera existência particular. A obra é, portanto, para Aristóteles, uma presença que tem o poder de revelar uma existência e uma atividade excelentes, que, de outro modo, permaneceriam encobertas. (MORAES, 2013, p. 81).

A satisfação ou prazer de uma ação bem-realizada acompanha a própria ação e, se tal ato foi de produzir e fabricar algo ou de fazer algo técnico benfeito, então a satisfação de ter feito bem o que era para ser feito parece ser condição e característica de pessoas virtuosas e felizes. Mas a relação desses procedimentos do prazer de beneficência com o modelo de vida feliz que Aristóteles está pensando não é evidente e imediata. Novamente a reflexão de Moraes é esclarecedora:

Considerada em si mesma, a própria existência do homem bom revela que o prazer no qual repousa a sua atividade, a despeito de todas as expectativas em contrário, não é, em última instância, a honra e o reconhecimento, também perseguido por ele, mas certa atividade autárquica que consiste toda ela na visão da obra realizada. A verdadeira autarquia só é alcançada por essa existência ali onde ela menos costuma suspeitar, num prazer que ela não consegue, na maior parte das vezes, avaliar em seu real significado. Tal prazer, o mais autárquico de todos, só passa a ser plenamente compreendido numa outra modalidade de existência, que não tem o seu *télos* na honra. Isso não impede, mas antes exige, que a filosofia enquanto possibilidade se fundamente na visão concentrada da existência do homem bom considerada enquanto tal. Todo benfeitor é, no fundo, um “entusiasta de sua própria existência” (*phílautos*), no sentido de que ele reserva para si o que há de melhor e mais nobilitante na ação: a própria ação de beneficiar alguém. Uma vez que Aristóteles nos

diz que Deus é atividade de autocontemplação, somente por meio da existência do homem bom tomada em si mesma é que a essência divina pode revelar-se para nós. Daí que não seja nenhum absurdo afirmar que o homem bom é a medida de todas as coisas; de Deus, inclusive. (MORAES, 2013, p. 81-81).

Essa hipótese interpretativa do que possa ser a felicidade (*eudaimonia*) para Aristóteles é assumida aqui, tornando o conjunto das atividades humanas, tanto éticas quanto técnicas e estéticas, exercidas conforme a excelência, o ideal visado também para a vida humana atual. É certo que somente a prática das virtudes/excelências sem o auxílio de regras, normas e princípios forjados ao longo das tradições éticas não vai garantir uma vida digna nem individual nem coletivamente. No entanto, de nada adiantam leis e regras morais sem sujeitos de caráter bem-formado.

3.2 O CARÁTER VIRTUOSO E O AGIR COM DISCERNIMENTO

Vimos que Aristóteles distingue claramente as disposições racionais do fazer e do agir e afirma que são capacidades diferentes e “tampouco uma delas é parte da outra, pois nem agir nem fazer é agir” e “já que há diferença entre fazer e agir, a arte deve relacionar-se com a criação, e não com a ação”. (EN VI 4, 1.149a). Ainda, “de fato, enquanto fazer tem uma finalidade diferente do próprio ato de fazer, a finalidade na ação não pode ser senão a própria ação, pois agir é uma finalidade em si”. (EN VI 5, 1.140a).

Como afirma Cenci,

de certa forma, adquirimos as virtudes como adquirimos as artes ou ofícios (a *téchne*), pois nem uma nem outra surge em nós por natureza, ou seja, não nascemos corajosos nem construtores de casas, por exemplo. Ambas, a coragem e a perícia para construir, são adquiridas pela prática repetida de determinados atos. No entanto, há também uma importante diferença entre o exercício dos atos virtuosos e das artes, se, na arte, o importante é o produto gerado, no caso da virtude moral é preciso dar destaque à ação, isto é, à maneira de execução das ações. Em suma, é somente atualizando suas potencialidades pelo exercício de bons hábitos que o indivíduo pode tornar-se virtuoso. (2010, p. 26).

Embora agir e fazer sejam capacidades distintas com finalidades diferentes, ambas são qualidades racionais e formas de excelência pertencentes à parte racional prática da alma humana. As demais virtudes intelectuais também são

distintas com finalidades diferentes, e atualizar todas elas na vida de um ser humano parece ser o ideal de perfeição.

No caso da produção de um objeto, a competência técnica é indispensável para que possa ser adequado para realizar sua função de ferramenta ou utensílio. Mas quem constrói tal objeto, por ser humano, portador de intenções e desejos, pode estar também agindo moralmente ou não. Se há uma escolha consciente, premeditada, agindo mal no exercício do fazer, então ética e técnica se encontram. As consequências no “mundo da técnica” são um bom exemplo da necessidade de reflexão ética, de formação virtuosa do caráter e de saber deliberar e corrigir o rumo nas tomadas de decisão.

Os seres humanos possuem hábitos diversos e Aristóteles observa a necessidade de fazer distinções. Reforçando o que foi dito acima quanto ao fazer técnico e ao agir ético, explica de modo claro Berti:

Aristóteles recorda como elas [as ações humanas] se dividem em ações propriamente ditas e produções, conforme seja fim a si mesmas ou tenham como fim um objeto diverso delas, isto é, o assim chamado “produto”. Para cada um desses dois tipos de ações há na razão prática um hábito diverso. O hábito, isto é, a disposição estável que capacita a produzir segundo reta razão e que, portanto, constitui o hábito racional da produção, é denominado por Aristóteles “arte” (*téchne*), que significa habilidade técnica, capacidade de produzir bem, tanto no campo das artes úteis quanto no campo das assim chamadas belas-artes. Pelo contrário, o hábito que capacita a agir bem, isto é, a cumprir ações conforme a reta razão e que, portanto, constitui o hábito racional da ação propriamente dita é chamado por Aristóteles “sabedoria” (*phrónesis*). (2012, p. 170).

Agora é preciso explicar como se constitui a formação do caráter virtuoso na concepção de Aristóteles. Pode-se reconstruir brevemente a partir de três passagens do texto aristotélico.

A primeira trata de distinguir a virtude/excelência e mostrar a sua origem. No início do Livro II, da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles ressalta que há dois tipos de virtude: as virtudes intelectuais e as virtudes morais. A sabedoria, o entendimento e a prudência são virtudes intelectuais; a generosidade e a temperança são virtudes morais. As primeiras são produzidas pela instrução, tem sua gênese e seu crescimento ligados ao ensino, por isso necessitam de experiência e tempo. As virtudes morais, ou éticas, provêm do bom hábito. Nenhuma das virtudes morais surge nos homens por natureza porque o que é por natureza não pode ser alterado

pelo hábito, e “a natureza nos dá a capacidade de recebê-las [as virtudes], e tal capacidade se aperfeiçoa com o hábito”. (EN II 1, 1.103a 26).

E na segunda passagem ele parece apresentar a definição de excelência moral da seguinte forma: “Por meio-termo no objeto entendo aquilo que é equidistante de ambos os extremos, e que é um só e mesmo para todos os homens; e por meio-termo relativamente a nós, o que não é nem demasiado nem demasiado pouco e este não é um só e o mesmo para todos.” (EN II 6, 1.106a). Então, a virtude está no meio entre dois vícios, que, dependendo de cada caso, pode oscilar mais para um extremo ou para outro e há casos na vida em que não há extremos.

Conforme aponta Aristóteles, a virtude de uma ação deve pautar-se pelo equilíbrio e a moderação, os extremos serão viciosos. Se se aplicar isso no âmbito do fazer coisas, então os extremos serão prejudiciais ao processo e, conseqüentemente aos produtos, pois nesses está o excesso e a falta, isto é, o excesso de zelo, a normatização, a cobrança, a unilateralidade, ou no outro extremo, a ausência de cuidado, a falta de padrão e o não controle da qualidade, por exemplo. No meio desses extremos radicais, encontra-se o fazer e a ação profissional virtuosa.

Aqui vale retomar esta última frase da citação de Aristóteles, ou seja, “e este não é um só e o mesmo para todos”. Isso nos leva a pensar que uma atitude virtuosa não se submete a uma receita ou fórmula, cabendo ao profissional, em cada ato seu, ficar distante dos extremos, buscando encontrar a atitude virtuosa, isto é, exercer a prática do equilíbrio.

Isso nos remete à terceira passagem em que Aristóteles chega à definição de excelência moral. Ele afirma:

A excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio-termo (o meio-termo relativo a nós) determinado pela razão (a razão graças à qual um homem dotado de discernimento o determinaria). (EN II 6, 1.106b).

Pode-se concluir que o caráter é formado pela prática habitual de boas ações ao longo de toda a vida. Todo ser humano tem por natureza a potencialidade, isto é, a disposição para ser bom ou mau; o que define seu caráter será a prática de ações boas ou más. Como seres racionais, tal prática vai acompanhada de outra atividade vital para o ser humano que é o uso do raciocínio. Isso se aprende com o

ensino, e cada pessoa ao amadurecer na vida irá usar as sua capacidade racional, principalmente a *phrónesis*, para melhor escolher, decidir e agir de modo correto, justo e bom em todas as atividades humanas individuais e sociais.

A prática de virtudes morais como a coragem, a moderação, a justiça, a liberalidade, a magnanimidade, entre outras, são por demais importantes na vida individual e na social e é condição de realização da felicidade individual e da comunidade na *pólis*.

Justificando o exposto sobre a *práxis*, parece que o conhecimento técnico reivindica para si o caráter para o agir ético, o qual é refletido nos produtos, como parte integrante dos mesmos. A fabricação necessita que o artífice exerça sua sabedoria prática, para fazer o certo no momento certo, sendo necessária uma decisão, por ocasião do exercício da atividade de fabricação.

De posse da *phrónesis*, os princípios necessários para a tomada de decisão no cotidiano vão além da técnica, já que também abrem portas para o agir ético, pois, como protagonista, o agente tem o poder de decisão em suas mãos, ainda que as circunstâncias institucionais venham sobrepujar o indivíduo, induzindo-o a cometer atos antiéticos.

No entanto, mesmo que isso ocorra, a ética demonstra ser a melhor contribuição para a construção de uma sociedade mais fraterna, justa e igualitária, tendo em vista que, na atual sociedade de consumo, o comportamento ético vem respondendo proporcionalmente com a fidelização¹³ do cliente, o que vem assegurar a sustentação e o crescimento das empresas. Dessa forma, a configuração institucional pode e deveria estruturar-se a partir da prática das virtudes e da consequente estruturação do caráter do indivíduo e, nesse contexto, a aplicação da ética é de fundamental importância.

O indivíduo, que sempre conviveu em grupos, interage com os demais membros desenhando a cultura moderna, permeada dos mais variados objetos de consumo, que, por sua vez, ao existirem, asseguram empresas, empregos, impostos, entre outros benefícios à sociedade. Essa concepção, nos dias de hoje, ganha tamanha força que a atividade transformadora da empresa, ao desempenhar o papel de modelo para a sociedade, pode ser entendida como uma passagem para

¹³ *Fidelizar clientes* significa criar um valor superior à satisfação pelo uso de produtos e/ou serviços.

a melhoria da própria humanidade. Dessa forma, a empresa é concebida como uma fonte geradora de renovação social, e todos os *stakeholders* devem buscar empreender a ética empresarial, aplicando a técnica do *benchmarking*, de modo a identificar a dinâmica de atuação exigida pelo mercado, a fim de que possam sobreviver, crescer e se superar, evitando erros e propondo valores sólidos e adequados a essa nova sociedade.

Nesse compasso, cabe ressaltar que, embora esta reflexão restrinja-se ao âmbito organizacional, sabe-se que a ética empresarial é bem mais ampla e também ocorre no contexto da ética social e que ainda contribui à ética pessoal de cada membro da organização.

Pode-se, então, concluir que a ética organizacional representa a confluência de uma mobilização de cidadania e de uma opção da consciência individual aplicada, quando devidamente entendida em suas bases conceituais provenientes de reflexão filosófica.

Nesse âmbito, pode-se apresentar o perfil de um novo consumidor, encarado como um ser mais consciente, mais responsável, que, embora pareça ser mais orgânico e racional, não deixa transparecer que a busca de satisfação e da realização de desejos esteja efetivamente acompanhada de preocupações éticas. Esse consumidor até procura sentir-se bem em relação aos seus hábitos de consumo, preferindo comprar da maneira mais racional e inteligente possível, o que torna a relação cliente-consumidor mais natural.

No entanto, inúmeros fatores, tais como: a facilidade de acesso aos produtos, em virtude da boa distribuição, a facilidade de descarte, com a crescente inovação tecnológica, e a relação custo-benefício cada vez mais evidente, são alguns dos impeditivos dessa prática relacionada com o meio ambiente. Ao se considerar o exposto, muitos são os desafios impostos pela atual conjuntura para o estabelecimento e a sustentação de novos produtos voltados a um futuro mais consciente, provido de um viés ético.

A mídia, como grande colaboradora do *frenesi* consumista, incita o cidadão a fazer parte de um mundo cada vez mais materialista, induzindo-o a repor ou identificar novas necessidades muitas vezes desnecessárias. Não se pode ignorar que muitos consumidores, seduzidos pelas formas cuidadosamente preparadas de consumo de massa, respondem a esses apelos, acarretando prejuízos abrangentes para os indivíduos e a sociedade.

Há vários exemplos nos quais se constata que o consumidor já aprendeu a comprar com consciência e responsabilidade, dentre eles está a não compra, mediante o questionamento sobre a real necessidade do produto; outro é a reciclagem de praticamente tudo. Como exemplo, é fazer com folhas de jornal cones para embalar diversos itens, inclusive lixo, aproveitando a tendência de extinção das sacolas plásticas. Além disso, tem-se a opção de comparar, além dos preços, o impacto que determinado consumo pode trazer para o *habitat* do homem.

A contribuição de Capra é inegável:

Não precisamos inventar as comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, mas podemos moldá-las de acordo com os ecossistemas naturais, que são comunidades sustentáveis de plantas, animais e microrganismos. (2003, p. 20).

Com essa abordagem que considera a dimensão ética, particularmente a prática das virtudes morais, com a concepção consciente de novos produtos, ampliar-se-á o modo de vida de maneira sustentável. Assim, produtos adequados promoverão um consumo também mais adequado, o que contribuirá para um processo de ajuste para a obtenção de um mundo melhor, mais justo e bom para todos.

No entanto, para que isso seja possível, as empresas devem observar a satisfação indireta, aquela além do produto, pois a satisfação não busca apenas o produto, mas também uma vivida experiência que se refletirá em novos e coerentes hábitos, em harmonia com a natureza. Aqui os valores morais têm o seu lugar não só preservado, mas, principalmente, respeitado. Obviamente, isso vai exigir uma mudança de comportamento e atitude também daqueles que comandam a lógica de mercado.

As indústrias (como agentes transformadores) apoiam o apelo vigente sobre inovação com responsabilidade, colocando seus setores de pesquisa e desenvolvimento rumo à criação de produtos melhores e menos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Essa prática permite acompanhar a sensibilidade dos clientes quanto aos seus sentimentos, que mudam de acordo com os anseios e as necessidades induzidas e naturais. Essa disponibilidade acontece por meio das novas e revolucionárias tecnologias, desenvolvidas e aplicadas nos mais diversos

ramos de fabricação, permitindo a conformação de produtos pela indústria, imbuídos de alguma contribuição ética, ao se considerar a responsabilidade social.

No tocante à vida prática, a abordagem ética pode e deve contribuir para demonstrar e consolidar determinados comportamentos morais pela via da consolidação dos processos produtivos que convertem produtos. Portanto, se a aplicação da ética demonstra uma conexão entre um comportamento moral e certas necessidades, ela efetivamente auxiliará a situar, no devido lugar, a moral real, tanto para o indivíduo quanto para o grupo social ao qual ele pertence.

Esse exercício torna-se interessante, uma vez que permite ao sujeito questionar o que algo é e o que ele deveria ser, possibilitando ao agente a isenção contra a mera assimilação dos valores e das normas vigentes na sociedade instaurada, abrindo, no âmago do agente, a faculdade da dúvida sobre valores que podem conter algo não tão desejável.

Cotrim traz em sua obra uma boa noção de aplicação da ética na atual sociedade, quando afirma:

A ética como um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, tem por objetivo balizar as ações humanas e, obviamente, o fazer humano. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de tal modo que a sociedade possa tornar-se cada vez mais humana. (2010, p. 243).

A ética, portanto, pode e deve ser internalizada pelas pessoas, sob a forma de atitudes e valores morais diante da vida cotidiana, visando ao bem comum. O homem deve fazer o que deve ser feito, em vista do fim em si mesmo, materializando aquilo que faz e decidindo a melhor forma de viver uma vida digna e boa.

Não obstante, a ética não pode ser reduzida somente ao terreno preceitual, pois seu valor reside naquilo que esclarece e não no fato de prescrever ou recomendar ações. Também a ética não possui só caráter descrito, pois tem como finalidade a investigação e a explicação dos comportamentos morais, característica indissolúvel da experiência humana.

Dessa forma, verifica-se que não é função da ética somente fomentar a formulação de juízos de valor, no que diz respeito à prática moral, mas de dar condições para explicar a razão de ser desse juízo e o porquê de o homem, ao

longo da história, ter recorrido a práticas morais tão diferentes e até opostas para poder viver em sociedade.

Reitera-se que o homem faz parte da realidade que o cerca, e que a criação da mesma continua sendo feita por ele e para ele. Isso se justifica, pois a consciência humana brota e se expande segundo as intenções e ações e, dessa maneira, conforma a realidade na qual está inserida. Conclui-se que a experiência humana se desenvolve pela impulsão da realidade, que deve ser determinada e dominada pelo homem, e essa determinação incitante é o fundamento que constitui a realização de nossa existência.

Essa exposição demonstra as representações que definem e asseguram o fazer e o agir na elaboração de produtos, principalmente no que se denomina ação, cujo agente interage com os ambientes em que atua, antes, durante e depois do processo de fabricação. A vida humana é constituída de relações altamente impregnadas de valores morais.

Aristóteles cita, em sua obra, a responsabilidade do homem por seus atos, em que “o homem é um princípio motor e pai de suas ações como o é de seus filhos”. (EN III 5, 1.113b,15).

Nesse sentido, existem exigências para que uma ação possa ser considerada virtuosa, conforme a declaração aristotélica que segue:

A virtude está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, de modo que temos o poder de agir quando isso é nobre, também temos o poder de não agir quando é vil. E, se está em nosso poder o não agir quando isso é nobre, também está no agir quando isso é vil. Logo, depende de nós mesmos praticar atos nobres ou vis, e se é isso que se entende por um bom ou mau sujeito, assim, depende de nós sermos virtuosos ou viciosos. (EN III 5, 1.113b 15).

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles assinala, ainda, que o caráter do homem vem a ser o resultado de seus atos, porque ele adquire uma ou outra disposição ética, quando age desta ou daquela maneira. Assim, ao realizar coisas justas, o indivíduo torna-se temperante, adquire bons hábitos e desfruta de modo mais puro e completo dos seus desejos. De outro modo, agindo de maneira libertina, o homem sucumbe aos desejos, tornando-se uma pessoa intemperante. Quem não observa a temperança, como uma moderação dos desejos sensuais, se torna escravo desses desejos.

O corpo, como repositório de sensações, não é algo insaciável; a constante não satisfação, ou insaciabilidade, representa uma patologia da imaginação que condena o indivíduo a sempre achar que ele nunca está inteiramente satisfeito, levando-o a circunstâncias adversas de infelicidade. Compactua-se com a escrita de Sponville (1999, p. 45), ao referir: “Ao desejo intemperado nunca haverá vinho bastante, nem sexo bastante.”

Em relação ao cultivo da virtude, acrescenta Sponville (1999, p. 45): “É difícil de ser cultivada, porque devemos controlar fortemente nossa vontade. E esta quer sempre ir adiante.” O autor ainda ressalta: “A temperança está entre a intemperança e a insensibilidade. Quando não somos senhores de nossos desejos, somos intemperantes. Quando os ignoramos, somos insensíveis.” (p. 45).

Por derradeiro, vivemos em uma época de expoentes, em que muitos têm pouco, e poucos têm muito. Pela exacerbação da oferta, há muitos excessos e pouco equilíbrio. Nesse cenário, o homem seria beneficiado se adotasse um pouco mais de temperança em seus atos, pois a temperança conduz ao equilíbrio.

Nessa dinâmica, é interessante observar que a intemperança não trata do não desfrute nem do desfrute parcial ou menos possível. É próprio do homem sábio usar as coisas moderadamente e ter nisso o maior prazer concebível, sem necessitar chegar ao extremo do enfado ou fastio, o que deixaria de ser um prazer. Dessa forma, a temperança não condena o qualitativo, pois que o homem temperante restringe a quantidade e, com isso, conduz seus passos em direção à justiça e à felicidade da sociedade.

Com a não observância desses aspectos, o caráter passa então, a não mais receber as especificações do que possa ser natural, da vivência, da educação e da própria condição social do sujeito. Com isso, o indivíduo torna-se produto de uma série de atos dos quais o homem é autor, abrindo brechas para a instauração de grandes vícios.

Em rigor, os vícios, como extremos, não são simplesmente descartados, mas e de certo modo, funcionam como referenciais psicológicos assimilados, possuem um significado moral, porque pertencem à seara daquilo que depende do humano. Essa responsabilidade de evitar o mal e fazer o bem remete à seriedade que uma ação deve ter, pois, diante do agir, não se age unicamente porque será necessário responder pelo ato posteriormente, mas pela escolha do que vamos ser por meio dos nossos atos.

Aristóteles dirige aos homens a sua obra *Ética a Nicômaco* e visa a torná-los bons, de maneira a permitir a realização do propósito de todo homem que é a felicidade. Portanto, a vida moral vem a ser o caminho, um assunto para maioridades e, por consequência, para as organizações, demonstrando que o que se observa é o resultado das ações dos homens. O Homem não precisa se preocupar com que hábito ou vício sua ação se guiará, pois toda ação está aberta em sua realização, se o agente for capaz de pesar as razões que concernem aos meios para realizar o fim buscado, por mais determinado que o agente esteja. “[...]. A ação não somente tem precedência sobre a disposição, como prevalece sobre a disposição; por maior que seja o hábito de um agente, ele sempre pode, em relação a cada ação particularmente, agir diferentemente, [...] [pois] toda ação [se] constitui no cruzamento do sim e do não”. (EN I 13, III 8).

Aristóteles considera esse campo da racionalidade prática, em que são trocadas as linhas de uma *práxis* animada, por uma forma de saber, como o lugar da tarefa ou do operar próprio do homem. Esse operável, ou função própria, *érgon* humano, não pode estar contido em esferas particulares ou em atividades comuns a tipos de vida vegetativa ou sensitiva. (EN I 7, 1.097b-1.098a). Assim, o operar, ou função, *érgon*, só pode ser propriamente humano se for referente à parte da *psique* passível de regulação racional. Portanto, esse *érgon* é a atividade racional inseparável da alma, em conformidade com a virtude mais excelente e mais perfeita. (EN I 7, 1.098a).

A estrutura da *práxis* e o espaço de sua operação, de acordo com Aristóteles, é o *ethos* e, nesse, se encontram, por um lado, as *coisas humanas* e, por outro, a *virtude*, que acontece no ambiente da *pólis*. Esse é, portanto, o terreno da atividade prática da *psique*, que é regida pelo *lógos*, de tal forma que a *práxis* vem a ser a intersecção entre o *ethos* e a *areté* (virtude/excelência), definindo o campo onde o *lógos* pertencente ao *ethos* se revela em um *lógos* retratado da *areté*, contendo ainda a razão da sua excelência e de sua própria obra. Em outras palavras, é a relação entre as duas partes da alma humana constituintes das virtudes éticas e das virtudes dianoéticas. (EN I 13, 1.102b).

Dessa feita, a *phrónesis* institui uma mediania para os extremos das virtudes éticas, que são os vícios, como sendo a virtude da reta razão, despontando entre as virtudes da arte, da ciência, da sapiência e do intelecto, como a primeira das virtudes

dianoéticas e, através dela, o *lógos* vem ordenar e regular o incerto fluxo das ações humanas.

O autor de *Ética a Nicômaco*, aprofundando no domínio prático a sua intuição e apontando, na excelência do *phrônimos*, a realização concreta da ideia de bem supremo, traça, ainda, o caminho entre a *práxis* vivida e a *práxis* pensada. Assim, ele leva a termo a profunda aspiração do espírito grego à perfeição como forma acabada na sua plena e irradiante atualidade. Por isso, resgatar a abordagem da ética das virtudes aristotélica, como referencial para compreender e tentar contribuir para as ações (fazer e agir) nos ambientes organizacionais, é fazer com que essas sejam mais corretas, justas e boas.

Dessa maneira, embora sendo a virtude um meio-termo entre extremos, e sendo a *phrónesis* a primeira virtude dianoética com capacidade de mensuração, Aristóteles a admite como a perfeição mesma do agir, elevando-a com harmonia e proporção sobre os extremos viciosos do excesso e do defeito. É, portanto, uma *energeia*, excelência para o bem do próprio ato, da forma do agir humano, elevando essa *práxis* à plenitude da sua ação.¹⁴

Essa *práxis* virtuosa se norteia pela importância do domínio das ditas coisas humanas, enquanto a *phrónesis* cede lugar à inteligência especulativa *nous* e, como consequência, a *práxis* eleva-se à beatitude da contemplação (*theoría*).

O conceito aristotélico de *práxis* estrutura-se dessa forma, de acordo com a vitalidade da *areté*, inerente ao agente que opera sob o efeito do *lógos* no exercitar diário de ações boas, justas e corretas.

Comenta Sangalli:

Para Aristóteles, a decisão no agir ético, para o bem, deve lançar mão do decisivo critério especulativo existente no próprio homem. A reta razão não parece ser inata na alma humana, pois se deve agir conforme a reta razão de um homem prudente e virtuoso e na consideração da especificidade de cada situação. (1998, p. 202).

Dessa forma, é possível aceitar que o homem adquira um atributo que lhe permite principiar alguma coisa, propor e visar a fins na vida adulta. Esse predicado permite ao homem ser o que é através do hábito, criar um dever significativo, pois

¹⁴ EN II 5, 1.106b 21-24: O objeto (ou seja, o meio-termo que é o excelente, o *áriston*), o tempo, as circunstâncias, os destinatários, o fim, o modo.

lhe permite refazer o que já fez, sucessivamente, sendo isso bom ou ruim para si e para a coletividade.

Durante sua existência, o homem a qualquer momento tem a oportunidade de se reposicionar, reinvestindo em seus atos, que podem se reverter em melhoras ou não, sendo-lhe indispensável escolher e perceber claramente os meios necessários para agir e atingir determinados fins.

Aristóteles afirma que é preciso cultivar primeiro a alma do estudioso por meio de hábitos, tornando-o capaz de nobres alegrias e nobres aversões, como se prepara a terra que deve nutrir a semente. Com efeito, aquele que se deixa dirigir pela paixão não ouvirá o argumento que o dissuade; e, se o ouvir, não o compreenderá. (EN X 9, 1.179b 24-26).

Como relata Cenci, “o homem possui apenas a potencialidade para o agir virtuoso; é necessário, portanto, que ele atualize essa potencialidade pelo exercício, enfim, pelo cultivo de hábitos bons e moderados”. (2010, p. 25).

Segundo Paviani (2012 p. 111), o conhecimento teórico precisa ser completado pelo saber agir, e o saber agir é próprio da *phrónesis*, da prudência, da capacidade de discernimento.

Berti explica com clareza em que consiste a *phrónesis*:

O hábito que capacita a agir bem, isto é a cumprir ações conforme a reta razão e que, portanto, constitui o hábito racional da ação propriamente dita é chamado por Aristóteles “sabedoria” (*phrónesis*, às vezes traduzido também como “prudência”), que significa justamente a capacidade de reconhecer quais ações humanas são boas e quais são más, ou seja, o que é bem ou mal para o homem. Para ilustrar mais ainda a natureza da sabedoria, Aristóteles remete à observação daqueles homens considerados “sábios”: são aqueles que sabem deliberar bem acerca das várias ações, isto é, sabem reconhecer quais delas são boas não do ponto de vista utilitarista, mas do ponto de vista moral, atinente ao “viver bem”. Como exemplo desses homens, Aristóteles cita Péricles e todos os outros que sabem governar bem a família ou a cidade. (2012, p. 170).

Aristóteles alerta (EN VI 8, 1.142a) que não se pode confundir discernimento com as outras virtudes intelectuais. Destaca-se particularmente aqui que não é o conhecimento científico, pois o discernimento “se relaciona com o fato particular fundamental, já que a ação a ser praticada é desta natureza”. Ser conhecedor das teorias científicas da própria área de atuação, no caso de um gestor de uma organização, não significa ter sabedoria prática, isto é, saber discernir adequadamente pela virtude intelectual da *phrónesis*.

A necessária ligação entre sabedoria prática e deliberação é evidenciada em outra passagem do Livro VI:

Ora, julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como, por exemplo, sobre a espécie de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a boa vida em geral. (EN VI 4, 1.140a 24-28).

Aristóteles também diz que deliberar é o mesmo que calcular, na medida em que deliberar é contemplar o variável, isto é, aquilo cujas causas não são sempre as mesmas. (EN VI 1, 1.139a 4-15).

A definição do que seja realmente a *phrónesis* e a sua capacidade de discernimento é apresentada por Aristóteles e aqui se reproduz da seguinte maneira:

Mas uma vez que as pessoas que deliberam mal cometem erros, enquanto as que deliberam bem deliberam corretamente, a excelência na deliberação é obviamente uma espécie de correção [...]. Além disso, a excelência na deliberação envolve raciocínio. A alternativa restante, então, é que a excelência na deliberação é pensar corretamente. [...] A pessoa que está deliberando, quer delibere bem, quer delibere mal, está investigando e calculando algo. [...] Porque esta espécie de correção na deliberação é a excelência na deliberação, ou seja, a deliberação que tende a chegar ao que é bom. (EN VI 9, 1.142b).

Um passo mais adiante, Aristóteles afirma que o discernimento também emite ditames, “já que as ações que devemos ou não devemos praticar são a sua finalidade”. (EN VI 10, 1.143a). Mas quando perguntado sobre dúvidas quanto à utilidade das disposições intelectuais da alma para a *práxis* humana, acrescenta que

o discernimento é a disposição da alma relacionada com o que é justo, nobilitante e bom para as pessoas, mas estas são as coisas que o homem bom faz naturalmente, e não seremos mais capazes de agir bem somente por conhecê-las, já que as várias formas de excelência moral são disposições do caráter. (EN VI 12, 1.143b).

Convém lembrar a sugestiva interpretação fornecida por Gadamer em seu *Verdade e método* (v. 1) sobre a atualidade hermenêutica de Aristóteles (2004, p. 411-426), quando sugere que a *phrónesis* é compreensão ou “saber de situação”, isto é, um saber cujo sentido é a capacidade do agente de perceber o que a situação sem sua singularidade pede dele. Isso ressalta, sem dúvida, um dos aspectos importantes da ética aristotélica e, particularmente, da virtude da *phrónesis*, que é a

relação indivíduo-contexto. O indivíduo é concebido como indissociado de seu ambiente e, portanto, se levada em conta essa característica, coloca uma maior responsabilidade nas condições oferecidas nos ambientes organizacionais.

Para Gadamer o saber da *phrónesis* não remete a uma objetividade, como pretende o conhecimento científico, mas a uma decisão sobre o que fazer diante da particularidade e circunstância de cada situação. “O saber ético, como é descrito por Aristóteles, não é evidentemente um saber objetivo. Aquele que sabe não está frente a uma constelação de fatos, que basta constatar, mas é atingido diretamente por aquilo que ele conhece. É algo que ele deve fazer.” (GADAMER, 2004, p. 414).

Convém citar mais algumas linhas de Gadamer sobre o *saber-se*:

É evidente que o homem não dispõe de si como o artesão dispõe da matéria com a qual trabalha. Não pode produzir-se a si mesmo da mesma maneira que pode produzir outras coisas. Por conseguinte, o saber que tem de si mesmo em seu ser ético deve ser diferente e destacar-se claramente em relação ao saber que guia um determinado produzir. Aristóteles formula essa diferença de um modo audaz e único, chamando a esse saber de saber-se (*Sich-Wissen*), isto é, um saber para si (*Für-sich-Wissen*). Com isso, o saber-se da consciência ética se destaca do saber *teórico* de um modo que para nós se torna particularmente elucidativo. Isso implica também uma delimitação frente ao saber técnico, e ao arriscar-se a empregar a expressão peculiar “saber-se”, Aristóteles busca formular de algum modo essa dupla delimitação. (2004, p. 414).

Finalmente, é bom lembrar que para Aristóteles, o fim é aquilo que é objeto de desejo. A deliberação racional, portanto, sempre começa a partir da consideração dos nossos desejos, dos nossos interesses e “é àquele que observa bem as diversas coisas que lhe dizem respeito que atribuímos sabedoria prática”. (EN VI 7, 1.141a 25).

4 ÉTICA, PRODUÇÃO TÉCNICO-ESTÉTICA E ORGANIZAÇÕES

4.1 DA AÇÃO INDIVIDUAL À AÇÃO SOCIAL

As relações entre as pessoas e o modo de entender e de viver as formas de organização e de produção são avaliadas, atualmente, por alguns poucos estudiosos, de maneira crítica. “Sem uma missão, uma companhia não passa de um aglomerado de pessoas organizadas para ganhar dinheiro ao mesmo tempo que inventam algo para fazer”, como muitas vezes parece ser na atual sociedade de produção capitalista. Por outro lado, “pode-se afirmar que na ética em si a negligência em assumir um viés diferente, ignorando o cenário social e antropológico mais amplo em favor da autonomia e do bem-estar individuais” (SOLOMON, 2006, p. 183), sugere uma divisão forte demais entre o âmbito individual e a esfera público-social.

Na atual conjuntura, as empresas imputam uma grande ascendência sobre a população. Elas estão estruturadas para produzir os bens necessários e desejados pelos consumidores-usuários e de distribuí-los de forma que esses bens sejam acessíveis aos membros da sociedade.

As empresas fornecem a estrutura básica por meio da qual a transformam em bens, e provendo canais por meio dos quais esses bens serão distribuídos na forma de bens de consumo, salários, dividendos ou impostos, por exemplo. (VELÁSQUEZ, 1998, p. 13).

Por sua vez, a mídia se encarrega de levar até os potenciais consumidores os reclames sobre o que o indivíduo “precisa”, em termos de bens materiais, “para ser feliz”. A mídia da pós-modernidade, em razão da eficácia de seus veículos de comunicação, cria perfis distintos de consumidores, configurando novos estilos de vida, uma maneira, por meio da qual, o pluralismo identitário, administrado pelos indivíduos, é organizado e explorado pelo comércio. Assim, os indivíduos, que se apoiam nesses determinados modos de vida, conseguem um inconsistente amparo identitário, como se lê *in verbis*:

O consumo é ele mesmo, uma forma de mediação, visto que os valores e significados de objetos e serviços premeditados pelos grandes agentes econômicos e pelos publicitários são interpretados e assimilados de acordo com as experiências, os sentimentos e a posição social dos usuários ou das audiências. (SILVERSTONE, 2000, p. 150).

Vivemos numa sociedade marcadamente utilitarista e consumista regida pela lógica de mercado. Ser crítico desse modelo econômico ou buscar outras formas alternativas de vida é uma possibilidade da qual a grande maioria das pessoas não pode ou não quer participar. O próprio “ideal de felicidade” é vendido e comprado pelos próprios mecanismos do sistema e é difícil contrapô-lo. No entanto, pensa-se em algo mais modesto, numa parte desse grande mecanismo e no sincero empenho daqueles que querem e produzem coisas que, de algum modo, consideram importante para melhor viver.

Além do comprometimento em fazer bem, no como fazer, há outra questão: sobre o que é feito ou o que se faz, isto é, de que produtos se está falando. Primeiramente pensa-se em qualquer produto, mas obviamente naqueles produtos que podem ser considerados um bem, especialmente os de primeira necessidade, que são os mais preciosos. Produtos cuja utilidade seja secundária ou mesmo aqueles considerados supérfluos ou de necessidades artificiais também possuem valor, embora relativos e não tão vitais para o ser humano.

De qualquer forma, o que interessa é que o produto seja qualificado de bom por critérios objetivos e universais, sempre em relação ao objetivo e à finalidade pela qual tal produto foi concebido.

No nosso modelo econômico, a questão do uso (se adequado ou não), de um produto depende diretamente de quem vai utilizá-lo e não mais de quem o fabricou. Mas para os gregos a produção de algo estava ligada à finalidade, à por natureza própria ou criada pelo artífice, que deveria desempenhar, isto é, o produto é igual ao fim, à sua causa final sem pensar no que o *outro* possa querer fazer com tal objeto. Havia uma hierarquia entre atividades e finalidades que, se seguidas, garantiam a realização orgânica da comunidade.

Facilmente podem ser elaboradas listas de produtos do passado ou atuais que cumprem com os requisitos técnico-estéticos e que foram produzidos por pessoas de boa conduta ética e com uma intenção virtuosa e mesmo movida por objetivos sociais e, no entanto, alguns usuários os utilizaram para fins nada

elogiáveis. O tipo de uso depende principalmente do caráter e da intenção do usuário, mas isso é outro problema que transcende o propósito deste estudo.

Solomon aponta: A teoria na ética dos negócios torna-se assim a teoria, isto é, descrição e contemplação – dos indivíduos dentro (e fora) de papéis corporativos, bem como do papel dos negócios e das companhias na sociedade, *o-indivíduo-na-organização*. (2006, p. 184).

As características éticas presentes na produção técnico-estética, nas organizações, estão relacionadas com o *ethos* profissional e pessoal, pois cada profissão detém a sua doutrina, que valoriza o ofício do agente e sua criação. No pleno exercício das profissões, a noção de perfeição é de importância fundamental, pois a obtenção de um resultado diferente do esperado não pode ser considerada uma inabilidade do agente, mas falta de consciência do mesmo, para o qual os valores do ofício não têm o devido significado e, portanto, falta identificação com o ofício.

Esse ato de identificar-se se faz necessário, à medida que, no ambiente competitivo em constante mutação em que se vive, as evoluções tecnológicas aceleram os níveis de qualidade dos produtos finais, promovendo também a necessária evolução da mão de obra empregada para o seu desenvolvimento.

Para a obtenção da devida ocupação nesse ambiente, é preciso identificar os sinais da revolução interior, como disponibilidade para mudar e aprender com as mudanças, condicionando a trajetória de trabalho a uma tendência invisível que projeta o futuro da humanidade.

Esse fio condutor entre processo criativo e ato de aprender está diretamente relacionado com a estética, enquanto é percepção, que, por sua vez, está relacionada com os conceitos de qualidade e o respeito esperados pelo cliente, o que contribui para a expansão de uma sensibilidade necessária para o desenvolvimento da própria cidadania.

Essa dimensão de respeito ao cliente exige do agente uma cultura de apreciação do próprio trabalho, na produção benfeita e bem-acabada. Um exemplo disso verifica-se na diferença existente entre produtos acabados produzidos em larga escala e produtos *premium* destinados a mercados específicos, os quais pelo volume restrito, possibilitam verificar mais nitidamente a mensuração do fazer técnico e o agir ético, por meio da dedicação e do envolvimento do artífice na produção e no acabamento dos produtos.

Aristóteles em seus escritos distingue os domínios desse fazer e agir que resultam nos produtos produzidos. Nesses, além das dimensões técnica e estética, também está presente uma dimensão ética que transcende a moral, e refletir eticamente consiste em decidir pelas razões o que em cada momento é preferível fazer. A qualidade resultante do processo produtivo vem a ser a excelência esperada do produto acabado, o qual, como percepção e sensação, consegue, via fenômenos estéticos, produzir emoções positivas, que acabam persuadindo as pessoas para o bem-estar, proporcionando a maior demanda por utensílios necessários para uma vida boa, justa e correta sem exegeros e desperdícios de recursos materiais, que permeiam cotidianamente os modos de vida e lazer de todo indivíduo que vive em sociedade. Tudo isso deve atender às necessidades das pessoas ajudando-as a viver bem e a ser felizes como seres humanos dignos.

Decorre dessa abordagem a necessária conscientização quanto aos padrões éticos aplicados a esses produtos, isto é, o somatório moral do que é agregado ao mesmo, considerando o sistema produtivo, começando pelos fornecedores, passando pelo processo e culminando com a demanda do produto acabado, etapas por meio das quais os diversos agentes contribuem positiva ou negativamente para a concepção de produtos éticos ou não bem-conformados. O produto tem que ser bom e útil, e os processos e meios utilizados para produzi-lo também devem ser o resultado de relações adequadas dos pontos de vista legal e moral.

Velásquez argumenta apontando que duas são as visões que respondem à questão das responsabilidades individual e social:

Primeiro, há aqueles que argumentam que as organizações agem através dos indivíduos, que possuem intenções, e, portanto devem ser moralmente responsáveis por suas ações. Segundo, as organizações são compostas por indivíduos humanos e elas agem apenas quando esses indivíduos decidem agir. Portanto, seriam esses indivíduos que carregam as responsabilidades e obrigações morais. (1998, p. 27).

O autor parece não negar as influências política, cultural e normativa que as estruturas corporativas na implementação de seus planejamentos estratégicos exercem sobre as escolhas, as crenças e os comportamentos dos indivíduos.

A tendência predominante é de que as empresas invistam mais na percepção do ambiente externo (aquele sobre o qual ela não tem domínio) do que

no ambiente interno (aquele sobre o qual ela tem domínio), “pois o seu interesse não seria pela ética *a priori*, mas pela sua instrumentalização, como forma de alcançar melhores resultados econômicos”. (PENA, 2003, p. 33). Mas isso não reduz a função da empresa ao mero lucro? Não deveria ser pensado e considerado, além do lucro, o papel social e ético da empresa para com todos os seus colaboradores? Se o fazer denota uma dimensão técnica e estética, e no agir, como *práxis*, prevalece a intenção sobre o resultado, então compreender o fazer e a ação humana na perspectiva também da ética não sugere que o mero objetivo do lucro ou a pura lógica de mercado deveria ser revista?

O conceito de intenção (vontade) não é grego. Para os gregos o fazer (*poíesis*) depende do uso (externo), já o agir depende do caráter do agente (interno) e das circunstâncias da ação. Sabe-se que a responsabilidade depende do caráter, mas as consequências da ação e juntamente a intenção do agente não podem mais ser desconsideradas nas discussões éticas.

Para Aristóteles (EN III 1, 1.110), “só para quem tem em si mesmo seu próprio princípio, o agir ou o não agir depende de si mesmo”; assim, o homem “é o princípio de seus atos”. Aristóteles também afirma que a virtude e o vício dependem de nós; e prossegue: “Nas coisas em que a ação depende de nós, a não ação também depende; e nas coisas que podemos dizer sim, também podemos dizer não.” (EN III 5, 1.113b 10). Diz ainda que “o homem é o princípio e o pai de seus atos, assim como de seus filhos”. De fato, “só para quem tem em si mesmo seu próprio princípio, o agir ou o não agir depende de si mesmo” (EN III 1, 1.110a 17); assim, o homem “é o princípio de seus atos”. (EN III 3, 1.112b 15-16).

Identifica-se aqui o problema da imputabilidade, enquanto uma ação atribuída a um agente, considerado seu causador. No significado moral, imputação é o juízo em virtude do qual alguém é considerado como autor de uma ação que está submetida a leis e se chama fato. ABBAGNANO, 2007, traduz como “possibilidade de atribuir uma ação a um agente, como causador.

Assim, se percebe que para Aristóteles a ética é muito mais uma conduta de vida do que um conjunto de regras propriamente dito; exige liberdade e autonomia nas escolhas e decisões, mas não no sentido compreendido na modernidade a partir de Kant. Isso talvez explique por que os códigos de ética profissionais não funcionam ou não são suficientes para orientar a conduta de seus envolvidos.

Um homem virtuoso procura sempre agir no equilíbrio, da melhor forma possível, buscando, justamente na virtude, a justificativa para suas ações, e essa busca pela virtude, a ação em vista do bem, se faz por inércia; o correto caminhar na virtude traz, necessariamente, o bem e, com o bem, a felicidade. Não basta ser profissional, é preciso ser um bom profissional. Aristóteles marca essa diferença quando fala da função, ou atividade própria, do homem no exemplo: a “função de um citarista é tocar a cítara, e a de um bom citarista é tocá-la bem” e isso é a sua excelência. (EN I 7, 1.098a).

Explorando um pouco mais a palavra *agir*, com o intuito de demonstrar a sua importância para a construção da ética na concepção de produtos e serviços, emprega-se aqui a distinção entre os possíveis objetos de uma ação, que são:

O *kalón* (o bem), o útil e o prazeroso. A ação nos leva a uma importante conclusão; agir com vistas ao *kalón* não é agir em função do prazer, e nem um agir em função da utilidade, mas sim um agir em função do bem inerente à própria ação moral. Portanto, *kalón* aqui, será o valor intrínseco da ação: aquilo que constitui a sua beleza moral, a sua simetria e também sua melhoria. (LEMOS, 2008, p. 101).

Com efeito, o homem tem o dever de aplicar o seu conhecimento, num agir cada vez melhor, refazendo a si mesmo e a sociedade que o rodeia. Esse fazer pode ser casual, não intencional, involuntário, porém a ação define-se por ser consciente, responsável, intencional e voluntária. Isso significa que, com referência à teoria aristotélica, a máxima perfeição, a virtude, é alcançada quando o agente moral realiza a ação por ela mesma, ou seja, movido pelo seu valor intrínseco e não pelo seu valor utilitário. Então, fabricar algo com interesse ético vai além do simples interesse de ganhar dinheiro.

Nessa perspectiva, quando Aristóteles apresentou o problema teórico da definição do conceito de bem, seu foco era o de investigar o conteúdo do bem e não definir o que cada pessoa deveria fazer numa ação concreta, para que seu ato fosse considerado bom ou mau. Por conseguinte, essa investigação teórica projeta consequências práticas, pois, ao definir o bem, está-se indicando um caminho, por onde os indivíduos poderão agir e se conduzir nas suas diversas situações particulares.

Para sedimentar a noção de bem, Aristóteles indaga em sua ética fundamentada na busca da finalidade do bem, ou sumo bem (felicidade). O bem que

se quer como parâmetro não é um bem ligado à bondade e à resignação, mas um bem-viver relacionado à excelência (do bem agir), e essa não deve ser uma mera idealização, separada da vida concreta, mas algo que pode ser almejado no agir de cada um, tornando o homem mais feliz em cada pequeno ato seu, o que seria inviável, tendo em vista as peculiaridades de cada situação que se apresenta.

Para além do contexto grego, o discurso ético ligado à vida é uma necessidade que acompanha a evolução das formas de vida humana. A ética, no meio produtivo, pode ser entendida como um valor da organização que assegura sua própria sobrevivência, sua reputação e, conseqüentemente, seus bons resultados. Com o passar do tempo, a ética vem demonstrando ser a melhor contribuição para a construção de uma sociedade mais fraterna, justa e igualitária, considerando que o comportamento ético predispõe também à obtenção de fidelização por parte dos clientes, quando percebem um valor agregado aos produtos, o que vem a ser uma significativa vantagem competitiva para as empresas, pois assegura a demanda por seus produtos.

Na atualidade, deve-se ponderar também sobre a vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC), nos atributos qualitativos intrínsecos aos produtos que se tornam imprescindíveis, uma vez que, no processo produtivo, quem fornece produtos ou serviços tem a obrigação de garantir sua eficácia. Aqui é sempre bom lembrar que sob um olhar crítico o surgimento de uma norma ou lei, como o CDC, pode significar que valores e condutas costumeiras, outrora tidas como valiosas e moralmente adequadas e realizadas pelas pessoas, foram abandonadas e substituídas por estratégias da lógica de mercado.

A preocupação com a ética nas empresas surgiu nos Estados Unidos e na Europa, nos anos 60 do século passado.

As principais vigas de sustentação desta evolução foram: a) anterior a década de 1960, as questões éticas relacionadas com as empresas eram discutidas em termos teológicos, alavancando subsídios para o futuro campo de estudos, a partir do bem agir individual; b) na década de 1960, cresce a importância das questões sociais; surgem as primeiras discussões sobre a ética aplicada nos negócios na Europa, especificamente na Alemanha, ao se pretender levar o trabalhador à condição de membro dos conselhos de administração das corporações. (ARRUDA et al., 2001, p. 42).

A partir do séc. XX erguem-se movimentos mundo afora sob a forma de preceitos e organizações de defesa do consumidor, os quais procuram legitimar seus propósitos, por meio de sua contribuição para a melhoria da qualidade dos

produtos e, paralelamente, promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

Isso auxiliou sobremaneira a promulgar, mundialmente, diversas leis voltadas à proteção do consumidor, padronizando conceitos, direitos e obrigações para todas as partes envolvidas.

No entanto, mesmo com esses exemplos de visível preocupação com aspectos legais e éticos, o consumo passa, a partir de então, a adquirir proporções indesejadas. É a era do consumo desenfreado e simbólico, diferente do consumo por necessidade. Esse consumo simbólico caracterizado pelo desejo incontrolável do consumidor por um novo produto, já concebido com prazo de validade e sem ter em vista a sua real necessidade, desequilibra a relação fornecedor-consumidor-ambiente e interfere num âmbito da vida humana que não pode ser medido por valores monetários.

A mídia como parceira na demanda de produtos em grandes volumes cria necessidades artificiais de novos produtos e induz o indivíduo a um consumo desnecessário. Isso compromete sobremaneira o teórico modelo equilibrado de desenvolvimento econômico, que satisfaça as reais necessidades das atuais gerações, sem comprometer a capacidade de consumo das futuras.

Com a devida importância dada ao produto e também ao agente que o conforma, desenvolve-se um crescimento do que se denominou, à época, de *consumerismo*, um movimento que identifica um tipo de comportamento avesso ao consumo desenfreado, caracterizando-se por um consumo racional, oposto ao consumismo, o qual, de forma controlada e responsável, considera as consequências de uma ação impensada de consumo e seu reflexo na economia, na sociedade, na cultura e no ambiente. Esse movimento ganhou força pela intervenção dos mais diversos setores, indivíduos e associações, dentre outros tipos de organização em nível mundial, que defendem os interesses das várias gamas de consumidores e promovem o desenvolvimento sustentável, considerando os pontos de vista social, econômico e ambiental.

Nas empresas, a partir da década de 70 (séc. recém-findo), a ética começou a despontar como um campo fértil e emergente para a fidelização dos clientes. As escolas e universidades começaram a inserir, em seus planos de ensino, o estudo da ética. Por um lado, com a finalidade de fidelizar negócios e abrir novos mercados, no caso cursos voltados à área das ciências exatas, sociais aplicadas e, por outro, o

tradicional e sempre presente discurso das ciências humanas acerca da necessidade de resgatar a dimensão ética e humanizar o homem. Na época, nos Estados Unidos, o escândalo Watergate,¹⁵ durante o governo Nixon, comprovou a necessidade de a ética estar presente também na esfera governamental. Surgiu, então, a expressão *ética empresarial*, que se disseminou pelo mundo e que encerra a aplicação dos conceitos de ética ao mundo dos negócios.

Já na década de 80 (séc. XX), difundido o propósito, estabiliza-se a ética empresarial no meio acadêmico e no mundo dos negócios. Difundem-se os Códigos de Ética Corporativos,¹⁶ que respondem aos inúmeros conflitos éticos ocultos, principalmente nas matrizes das empresas ocidentais e em suas subsidiárias intercontinentais. Cresce também o número de empresas que implantam comitês de ética e programas de treinamento, que têm por objetivo a prática ética, embora frequentemente, estejam presentes só nos documentos e na retórica. Começam a aparecer as primeiras publicações científicas sobre o tema ética e se consolida na instauração de instituições a ética empresarial.

Na ocasião, a edição pelo governo norte-americano, do *Guia Federal de Sentenças [Federal Sentencing Guidelines]*,¹⁷ impõe a obrigatoriedade de execução de programas de treinamento e desenvolvimento sobre ética empresarial, incentivando as empresas a desenvolverem tais programas, reduzindo multas daquelas que comprovassem atuar na redução de contravenções e no desenvolvimento de ambientes. Na ocasião, seguindo a tendência do povo americano, cria-se uma “Comissão de Normas”, com o intuito de avaliar o cumprimento dos programas de ética empresarial aplicados nas organizações.

A partir da primeira década dos anos 2000, com o desenvolvimento meteórico da tecnologia, uma mudança radical se apresenta, promovendo a

¹⁵ O caso *Watergate* foi um escândalo político ocorrido na década de 70 (séc. XX), nos Estados Unidos da América, que, ao vir à tona, acabou por culminar com a renúncia do então presidente americano Richard Nixon, eleito pelo Partido Republicano. Foi durante essa campanha em 1972, que se verificou o referido incidente na sede do Comitê Nacional Democrático, opositor ao Partido Republicano. Durante a investigação oficial que se seguiu, foram apreendidas fitas gravadas que demonstravam que o presidente tinha conhecimento das operações ilegais contra a oposição.

¹⁶ Genericamente, um Código de Ética Corporativo estabelece os meios necessários para o cumprimento de suas regras compreendidas como o conjunto de valores, princípios gerais, padrões de conduta e responsabilidades indispensáveis para balizar a atuação ética dos membros das organizações e demais partes interessadas e não necessariamente tem relação com a ética geral.

¹⁷ As diretrizes federais de condenação [*Federal Sentencing Guidelines*] são regras que estabelecem uma política uniforme para a aplicação das sentenças de condenação a indivíduos e organizações condenados por delitos graves.

mudança ética de base legal, para iniciativas estruturadas na cultura das empresas. A aplicação ética passa a ser encarada como um valor agregado extremamente importante ao produto, e temas, como responsabilidade social corporativa, tornam-se preocupação mundial em virtude da globalização do comércio. Essa mundialização proporciona o desenvolvimento e a disseminação de códigos de ética, padrões e princípios de comportamento globais éticos, dentre esses, estão os do *Caux Round Table*.¹⁸

Dessa maneira, verifica-se que a questão ética para os próximos anos, de acordo com Nash, et al.,

será buscar um conjunto de premissas gerenciais que cultive nos empregados um sistema de valores que estimule a integridade pessoal e o respeito ao bem-estar alheio, dentro do contexto competitivo de mudanças, na grande maioria dos setores empresariais. (2009, p. 19).

Verifica-se, nesse âmbito, que a tendência natural em relação à aplicação da ética nas organizações é a procura por padrões éticos globais e a reivindicação de valores, passíveis de serem partilhados e que consideram os deveres e direitos de todos na esfera comercial.

Como sustenta Ventura (2004, p. 92), "parece haver certa concordância sobre valores gerais, no entanto, devido às diferenças culturais, tornam-se problemas, uma vez que os significados de cada valor, no cotidiano dos negócios são distintos". Ou como Moody-Stuart (2004, p. 51): "Uma coisa é produzir um conjunto de princípios universais; outra, bem diferente, é assegurar que este será

¹⁸ A *Mesa-Redonda de Caux Found Table* (CRT) é uma organização internacional de executivos seniores, que tem por objetivo promover a prática ética nos negócios. Foi fundada em 1986 por Fritz Philips, presidente da Philips e Olivier Giscard d'Estaing, juntamente com Ryuzaburo Kaku, presidente da Canon. As empresas americanas ficaram alarmadas ao ouvir de fontes confiáveis que os japoneses estavam praticando *dumping* com seus produtos no mercado ocidental, e que as empresas temiam uma crescente guerra comercial. Ele viu a necessidade de construir confiança entre os executivos internacionais, voltada à responsabilidade social e corporativa na prática. Princípios da CRT para negócios foram publicados em 1994, incorporando conceitos ocidentais (dignidade humana...) e os japoneses (*kyosei*, interpretado como "viver e trabalhar juntos para o bem comum"). Um código internacional de boas práticas, escritos por empresários seniores variados permanece até hoje atual. Ele foi apresentado à Cúpula Social da ONU, em Copenhague, em 1994. Desde então, se tornou uma obra padrão, traduzida em 12 idiomas e tem sido usado como base para avaliação ética interna das empresas internacionais, como a Nissan, por exemplo. As principais atividades da CRT são um encontro anual e a publicação de guias de melhores práticas para vários tipos de organização. A cada três anos, a reunião anual é realizada em Caux, na Suíça, onde a iniciativa original teve lugar em 1986. Seu diretor executivo é Stephen B. Young, que estabeleceu capítulos para muitas regiões do mundo. (ALMEIDA, 2009).

implementado de forma prática e com a devida sensibilidade, entre as diferentes culturas e sociedades.”

Cultura e ética organizacional são temas de especial relevância na contemporaneidade, tendo em vista a grande mudança do papel das empresas na atual sociedade. A conduta socialmente aceita e a visibilidade dos princípios empresariais replicam-se em diferenciais competitivos, determinantes para a subsistência das organizações no mercado em que atuam.

Dentre as práticas empresarias que merecem reflexão ética na atualidade, Srour descreve, entre outras,

a sonegação fiscal; danos ao meio ambiente; espionagem industrial ou econômica; manufatura de produtos- clones; pirataria de bens; subornos; fraudes contábeis; tráfico de influência; gratificações para funcionários públicos; [...] o que não é segredo para ninguém. (2000, p. 24).

Também Ferrell e colaboradores (2001, p. 198) entendem que “os maiores problemas éticos encontrados no mundo de hoje são: discriminação por motivo de raça, sexo, desrespeito aos direitos humanos, discriminação de preços, suborno, práticas corruptas, produtos nocivos e poluição”.

Percebe-se que o campo de atuação de uma pessoa é muito mais amplo do que uma vida vivida numa comunidade como no tempo dos gregos ou mesmo atual. A absorção de princípios éticos globalizados pelas empresas é comprovada pela evidente oficialização das diretrizes organizacionais, que possibilitam às pessoas a prática de uma eficiente gestão ética, aceita por todos os envolvidos direta e indiretamente com a empresa e seus produtos. Tal demanda passa a originar os valores intrínsecos à construção social da realidade. (BERGER; LUCKMAN, 2002).

Nesse sentido, embora não sejam suficientes, os códigos de ética organizacionais constituem um manual de especial relevância para a recuperação e a disseminação de valores e princípios e da missão das empresas. Funcionam como replicadores da filosofia organizacional e como normativo das ações dos colaboradores, diante da necessidade de tomada de decisões nos mais diversos níveis. Certamente o bom caráter do colaborador deve também estar presente, pois quem aderir à base ética das organizações deve se comprometer eficazmente a respeitar as leis e a seguir integralmente os seus princípios, demonstrando

transparência e compromisso para com eles, assegurando, ainda, que esse compromisso seja disseminado por toda a organização.

Segundo Cavanagh,

o *Caux Round Table* serviu de orientação para a elaboração de muitos códigos de ética de empresas, pois encoraja maior confiança, transparência e preocupação com o meio ambiente, que visam o bem comum. Esses princípios, enraizados em dois ideais éticos fundamentais, o *kyosei* e a dignidade humana, constituem uma visão global sobre o comportamento responsável e ético das organizações e servem como alicerce para a ação dos líderes empresariais em todo o mundo. (2000, p. 67).

Esse conceito japonês *kyosei* é um modo de vida adotado pelas empresas, base de todas as atividades relacionadas com o propósito da mesma e lembra o ideal ético, de base cristã, de pautar a vida humana no agir para o bem comum.

Kyosei é uma palavra japonesa que significa “viver e trabalhar em conjunto para o bem comum”, um princípio que deveria ser adotado por todos os colaboradores das organizações. Esse princípio, além de definir o propósito da empresa, define também os valores e pauta a forma como se dão as relações interna e externa à empresa e como ela gera seus recursos. Implícita aqui está a dignidade humana, que diz respeito ao valor sagrado de cada pessoa como um fim, não apenas como um meio para que outros atinjam seus objetivos.

Mas o ser ético é uma questão de caráter e de escolha pessoal livre que todo ser humano deve ter, independentemente de ser colaborador (ou não) de uma organização. Mas essa condição de liberdade de escolha é frequentemente negligenciada, preferindo-se estratégias de normatização e de coerção. Dito de outro modo:

Caso seus empregados não tragam a ética do berço, deverão aprender na organização como cultivar as virtudes, engajando-os em atividades de treinamento adequadas para este fim, além de se comprometerem a seguir o sistema de valores da empresa. (ARRUDA et al., 2001, p. 71).

Não se compactua com essa afirmação, uma vez que a ética, sendo virtudes morais, são sentimentos, valores e regras de conduta que organizam relações interpessoais que ordenam os comportamentos e as ações. Ela surge a partir da realidade individual, sendo um julgamento valorativo-subjetivo internalizado do indivíduo. Vasquez (1997, p. 29) lembra que a moral está sujeita à variação de época e de sociedade e remonta às origens do homem como ser social e é sempre

vivida intimamente pelo indivíduo em um processo subjetivo. As medidas tomadas no que fazer em cada situação concreta cria um conjunto de normas ou regras adquiridas pelo hábito.

Um exemplo disso é a norma de não utilizar o veículo da empresa para fins particulares, mas, diante de determinada situação de emergência particular, o motorista pode vir a utilizar o veículo para atender a tal necessidades. Por não seguir plena e universalmente a imposição das normas de conduta, não significa que não concorde com elas ou que quando são cumpridas é feito somente por temor de possível pena. Denota-se aqui que a ética não pode ser simplesmente imposta, sem a compactuação do agente.

Na lição de Velásquez (1998, p. 43), “as organizações são compostas por indivíduos humanos, e as empresas agem apenas quando os indivíduos resolvem agir”. Apesar de o autor não negar a influência que as estruturas corporativas exercem sobre as escolhas, as crenças e os comportamentos dos indivíduos, são eles que carregam as responsabilidades e obrigações morais.

Já De George (1995, p. 53) lembra que “a questão não é se uma ação e sua consequente responsabilidade devem ser atribuídas ao indivíduo ou à empresa”. Conferir essa responsabilidade às empresas é compreensível e, do ponto de vista prático, é efetiva. Entretanto, não se deve admitir que as empresas pelo fato de agirem por meio dos indivíduos, atribuam responsabilidade a esses. Portanto, *a priori*,¹⁹ é pela via do indivíduo que o propósito da organização se concretiza e é em razão dele que os produtos oriundos do processo resultam em produtos finalizados com ou sem ética, mas a responsabilidade é organizacional.

A ética do indivíduo se estende para o corporativo, influenciando toda a cadeia de produção, desde a aquisição de matéria-prima bruta até a finalização e disponibilização dos produtos aos potenciais consumidores.

A ética não se aprende em treinamento, nem vem de berço, ela tem necessariamente de ser construída pelo indivíduo, em seu processo de socialização.

¹⁹ *A priori* (do latim, “partindo daquilo que vem antes”), é uma expressão filosófica que designa uma etapa para se chegar ao conhecimento, que consiste no pensamento dedutivo. Mais especificamente, o conhecimento proposicional não pode ser adquirido pela percepção, introspecção, memória ou testemunho. É, assim, uma anterioridade lógica e não cronológica que é designada na noção de *a priori*. O conhecimento *a priori* se complementa com o conhecimento *a posteriori*, aquele que se adquire com a experiência.

Nesse sentido, as empresas podem e devem exercer um papel importante, mas sem esquecer que ética e coação são incompatíveis entre os adultos. E o mais importante e em certa sintonia com o projeto ético aristotélico, pode-se afirmar que um sujeito só é ético se tiver em primeiro lugar um caráter voltado para o bem, para a virtude e acompanhado de uma boa capacidade de refletir, escolher e decidir adequadamente acerca dos melhores meios em favor do bem comum. Também pode-se dizer que a ética depende de três aspectos interligados para se desenvolver: bons ambientes, bons exemplos e boas regras.

Os princípios gerais do comentado *Caux Round Table* conseguem traduzir o que o mundo espera de seus parceiros, ou seja, o que não se quer para si, também não se deve querer para os outros, além dos quesitos básicos que devem ser respeitados corporativamente, tais como: a) responsabilidade das empresas para além dos acionistas, em direção aos *stakeholders*; b) resultante do impacto econômico e social das empresas; e c) comportamento empresarial. Afora isso, respeito às normas, respeito aos valores pessoais e culturais e aos direitos humanos, apoio ao comércio multilateral, respeito pelo meio ambiente e condenação de operações ilícitas fazem parte do perfil ético que é esperado das organizações.

4.2 ÉTICA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO TÉCNICO-ESTÉTICA

Considerando a linha de pensamento aristotélico de que a prática das virtudes pode levar o homem ao sumo bem, que é a felicidade, e dado que as organizações são comunidades que exercem influência na definição de valores, infere-se que a felicidade só será possível se o indivíduo tiver orgulho de seu trabalho, do produto que conforma e da empresa em que trabalha, mesmo reconhecendo que existem conflitos no ambiente de trabalho. Em outras palavras, para pensar a possibilidade de haver ética aplicada às organizações, é preciso conjugar três aspectos intrinsecamente ligados entre si: um bom caráter dos indivíduos, no caso a postura dos colaboradores; boas regras estabelecidas, como os códigos de ética profissional ou as normas jurídicas atualizadas; e um bom ambiente em que se convive e trabalha, as boas condições e liberdade para exercer bem as atividades, pois com coação não é possível exercer uma escolha livre e responsável.

Ética empresarial pode ser manifestada de formas diferentes, com um mesmo significado e pode ser entendida como o estudo da forma pela qual regras morais e pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos corporativos.

É sempre bom ter presente que há grande diferença entre ser um bom profissional e ser um profissional ético, assim como é perfeitamente conciliável ser competente e ser ético ao mesmo tempo. Isso está alinhado com a interpretação assumida acima, no Capítulo 3, de homem feliz na concepção aristotélica.

Quanto mais vivemos numa sociedade de informações e sabemos dos nossos direitos e deveres, maiores são as exigências para refletirmos sobre ética profissional. Toda e qualquer ação profissional, para ser competente tecnicamente e adequada eticamente, não pode perder de vista a finalidade interna da profissão. Isso implica mais profissionais virtuosos e menos focados no profissionalismo de tipo corporativo. Cenci (2010, p. 93) afirma que “a legislação profissional visa a salvaguardar um patamar mínimo de exigências relativas à ação do profissional para evitar negligências, danos ou prejuízos aos beneficiados, a seus colegas e à sociedade”. Por isso, os chamados “códigos de ética profissional” precisam ser adequadamente concebidos e, acima de tudo, compreendidos pelos seus colaboradores.

Ainda assim, na perspectiva da reflexão ética, Cenci (2010, p. 93) adverte que a ética, porém, exige bem mais que a legislação profissional, na medida em que demanda compromisso com os beneficiados pela prática profissional. Esses compromissos é que conferem sentido à profissão e é traduzido, em última instância, pela própria finalidade interna de cada profissão. Nesse sentido, a ética profissional bem-compreendida e coerente com as finalidades e os valores universais de uma ética geral válida para todos, não se esgota no âmbito dos deveres ou das responsabilidades profissionais de uma corporação ou classe profissional.

Em relação ao contexto empresarial, Srour (2000, p. 30) cita: “Assim, a referência à ética empresarial ou à ética dos negócios significa estudar e tornar inteligível a moral vigente nas empresas capitalistas contemporâneas e, em particular, a moral predominante em empresas de uma nacionalidade específica.”

A ética nas empresas pode, então, ser definida como sendo o estudo dos padrões morais que permeiam o sistema que disponibiliza bens e serviços às

peças que necessitam e desejam esses produtos resultantes do processo de fabricação.

De George (1995, p. 37) defende que “a ética empresarial, ou dos negócios, é uma área que integra o vasto campo da ética e somente dentro dessa esfera ela pode ser entendida adequadamente”. Segundo essa abordagem, a ética nos negócios pode ser raciocinada como uma baliza, que situa e resgata a confiança no caráter das pessoas, refletindo positivamente na resposta de seus trabalhos. Decorre desse tema a seguinte questão: os padrões éticos resultantes nos produtos concebidos devem ser de responsabilidade dos indivíduos que os conformaram ou das organizações?

Essa relação também pode ser reconhecida entre os colaboradores e as empresas. Para muitos, a empresa é a comunidade principal, que define os valores e os conflitos de valores com os quais eles irão lidar e conviver. (SOLOMON, 2000, p. 27). Isso ocorre na empresa no ambiente interno, como num microcosmo, que reproduz internamente as vicissitudes do que ocorre no ambiente externo das empresas, como num macrocosmo.

Aplicando a abordagem aristotélica de ética nos negócios, segundo Solomon, Aristóteles nos lembra que “a ética começa com uma boa educação”, completada “com a experiência prática, inclusive as experiências hipotéticas fornecidas pela literatura e o que hoje chamamos ‘estudo de caso’, e culmina na reflexão e numa compreensão mais profunda das práticas em que uma pessoa está e esteve engajada.” (2000, p. 19). Verifica-se, também, que nessa experiência de prática de negócios se refletem os hábitos e as escolhas que as pessoas fazem de si e das atividades referentes à organização, que subjetivamente pressupõem uma valoração das virtudes. Isso é o que a ética nos negócios procura oferecer.

Convém anotar o que Solomon ensina:

A finalidade da ética, seja para estudantes ou para executivos tarimbados, não é “ensinar a diferença entre certo e errado”, mas deixar as pessoas mais tranquilas diante da complexidade moral, o que Mark Pastin chamou corretamente de as “escolhas difíceis” da administração. (2000, p. 19).

Compreender adequadamente a situação em seu conjunto e saber fazer escolhas corretas, boas e justas é uma habilidade vital para a vida humana em geral e, obviamente, para o mundo dos negócios. Mas esse tipo de saber não é algo do

tipo matemático, uma racionalidade calculatória exata de valor matemático. É um saber viver e ir bem ou conduzir-se bem que envolve outras condições e competências para além de ser bom usando números e estatísticas.

Novamente Solomon contribui dizendo que as virtudes pressupõem valores, pois

se um valor no qual se acredita, é apenas adotado, de pouco vale se não se transformar em ação. Virtudes e valores mesclam-se em função dos negócios. A visão dita os valores e dá forma às virtudes, de modo que a virtude não é só ação, mas é ação inteligente, que expressa a noção pessoal de como o mundo deve ser. (2000, p. 20).

Para o regozijo da contemporaneidade, Arruda e cols. citam:

A abordagem aristotélica dos negócios vem sendo recuperada e a boa empresa não é apenas aquela que apresenta lucro, mas a que também oferece um ambiente moralmente gratificante, onde as pessoas boas podem desenvolver seus conhecimentos especializados e também suas virtudes. (2001, p. 57).

Assume-se que essas perspectivas têm o mérito de colocar como meta a excelência humana. Esse é um dos muitos desafios da inserção da integridade nos negócios, que exige a capacidade de manter uma infinidade de valores importantes e quase sempre conflitantes, e ainda o poder de colocar, na mesma dimensão, a moralidade pessoal e as preocupações gerenciais com o produto.

Esse processo de tomada de decisão ética é subjacente a todas as pessoas. Qualquer decisão ética tem como base um conjunto de valores fundamentais, tais como: respeito mútuo, amizade, coragem, educação, fidelidade, flexibilidade, honestidade, humildade, integridade, prudência e tolerância, cria situações que permitem experiências moralmente enriquecedoras.

Para aprimorar a ética nas organizações, é preciso compreender como acontece o processo de tomada de decisão e reconhecer que existem escolhas a serem feitas com relação aos meios e aos fins empresariais, escolhas que têm um ingrediente essencialmente moral de decisão do indivíduo ou de grupos que acabarão por se refletir no produto finalizado.

Segundo Aguilar (1996, p. 45), são os *stakeholders* que determinam se um comportamento específico é certo ou errado. Embora essa avaliação não seja exata, ela influencia na aceitação ou na rejeição das atividades e atitudes das empresas

por parte da sociedade. Mas a ética não pode depender somente desse tipo de profissional e de sua avaliação. Ela é responsabilidade de todos e de uma forma ou de outra, interiormente pela consciência, ou socialmente, todos julgam e avaliam a conduta de todos.

Portanto, são as virtudes, os princípios e os valores que prevalecem independentemente de determinadas ações que serão julgadas éticas ou antiéticas por um profissional ou um conjunto de indivíduos ou grupos, internos ou externos à organização. Esses, avaliando tal conduta, formarão um juízo de valor, que, por sua vez, influenciará diretamente na aceitação ou rejeição desse comportamento pela sociedade, pela demanda (ou não) de objetos e instrumentos por ela fabricados.

Quando a sociedade roga por ética, é estratégico para as empresas incorporarem essa dimensão em suas práticas e adotar uma visão de gestão que englobe os interesses de todas as partes interessadas.

A ética normativa, assim, por meio da qual as organizações elaboram e constroem reflexivamente seus valores e critérios de atuação, parece contribuir para a diminuição dessa carência de princípios, existente em grande parte das corporações, considerando a relação entre as pessoas naquilo que distingue os seres humanos dos animais. A objetivação dessa dimensão acontece mediante a formulação de propósitos, valores e credos empresariais que traduzem os princípios morais e éticos adotados pelos grupos, como espinha dorsal da ética empresarial, que se fundamenta na cultura da empresa, seguindo o conceito aristotélico de que não há costume sem a repetição das ações dos indivíduos. A ética empresarial deve, assim, levar em conta o indivíduo inserido na dialética; hábito – costume – reflexão, possibilitando, desse modo, a compreensão da importância da cultura relativamente à atuação das pessoas sobre essa cultura.

Nesse horizonte, a ética torna-se, então, uma questão estratégica para as organizações modernas. (PENA, 2004). O que pode ser questionado é se ela estará voltada ao planejamento das empresas visando ao futuro, considerando as questões ecológicas e de responsabilidade social, ou se a estratégia das empresas está sendo forçada a considerar somente a demanda da sociedade contemporânea por produtos independentemente de ética, incluindo o lucro e dividendos para seus acionistas.

Nesse caso, a ética seria um elemento contingente, porém não necessário, e a sua inserção no desenvolvimento e na produção de produtos com valor agregado

estaria ocorrendo pela demanda do ambiente com o qual a empresa se relaciona. Presume-se, assim, que é provável que as empresas não estejam alterando seus processos internos nem orientando sua administração, em função de diretrizes éticas. No entanto, acredita-se na configuração de uma revolução no modo tradicional de fazer negócios, e esse novo modo passaria a conceber a ética e os negócios como algo possível.

Essas considerações permitem questionar os limites e as implicações da ética e da estética no fazer técnico e no agir ético e se representam, efetivamente, argumentos suficientes para garantir a aplicação da ética no desenvolvimento e na fabricação de produtos.

Isso posto, o que comprova a vantagem de se integrar a ética à concepção dos produtos é a busca da perpetuidade da relação cliente-fornecedor. Quando ocorre uma nova interação que é percebida pelos consumidores, surgindo outra dimensão custo-benefício, ocasião em que não só é considerado o valor intrínseco do produto, mas também o que vem antes do processo de transformação ou beneficiamento, desde, por exemplo, a obtenção de matérias-primas recicláveis, que comporão o produto, seu valor utilitário, a sua devida validade e o conseqüente descarte depois de ser considerado sem serventia.

Segundo Kesselring (2007, p. 237), que adota uma perspectiva teórica diferente da perspectiva aristotélica, "os custos para o cultivo e a regeneração de recursos devem ser integrados aos preços, da mesma forma como, no capital tecnicamente gerado, os custos da remoção do lixo e dos detritos devem ser contabilizados de antemão". O contexto socioeconômico contemporâneo é muito diferente daquele de Aristóteles. Contudo, é possível aprender com a abordagem aristotélica, como faz o neoaristotélico MacIntyre²⁰ em seu livro *A short history of ethics*, no qual afirma não ser possível a ética sem uma história da ética, isto é, ele pretende lembrar-nos de que não é possível a investigação moral e a compreensão

²⁰ MacIntyre (nascido em 1929) é um filósofo britânico conhecido, sobretudo, por sua contribuição à filosofia moral e política, mas também conhecido por seu trabalho em história da filosofia e da teologia. Embora seu projeto seja, em grande parte, caracterizado por uma tentativa de reviver uma concepção aristotélica de filosofia moral, como sustentado pelas virtudes, ele descreve sua própria conta dessa tentativa de "compreensão peculiarmente moderna" da tarefa. Ao contrário de alguns filósofos analíticos que tentam gerar um consenso moral sobre a base de um ideal de racionalidade, MacIntyre apresenta uma narração histórica do desenvolvimento da ética, a fim de iluminar o problema moderno de desmedidas noções de moral.

dos conceitos éticos sem uma clara alusão à época histórica que os criou. Isso é importante porque situa o indivíduo na sua contemporaneidade. O homem, como agente moral, é um ser situado, condicionado pelas circunstâncias globais e com laços que o prendem a um consumo patogênico.

MacIntyre (1998) ensina que é impossível compreender a moral, desligando as questões morais de suas situações e contextos. O autor chama a atenção para a atual ausência de critérios morais que possam imprimir uma direção moral às modernas sociedades ocidentais. A ética de MacIntyre é uma ética racionalista que não se distancia do processo de criação das emoções e dos afetos e da conseqüente dependência das circunstâncias e dos contextos culturais e sociais. Pela razão, o homem aprende a encontrar o verdadeiro objetivo e também os meios de alcançá-lo.

O paradoxo do século XX se expressa pelo fato de nunca, na história da humanidade, num espaço de tempo de apenas um século, ter-se conhecido tanto progresso material e tecnológico ao mesmo tempo. Dada essa situação, há de se pensar que, quando uma sociedade começa a dar preferência a bens exteriores, não há espaço para as virtudes que, enfim, é a finalidade do homem.

Essa constatação se dá pelo reconhecimento da necessidade de o homem ligar-se a uma comunidade com fortes laços de pertença como forma de identidade cultural, à semelhança do que os primitivos cristãos fizeram nos primeiros séculos da nossa era.

A atual sociedade, como um todo, carece de estabelecer laços profundos de dependência cultural e comunitária e continua necessariamente a depender dos outros para se corrigir. Deve-se considerar, ainda, que vivemos rodeados de pessoas que não só possuem virtudes, mas também fazem uso da manipulação, da opressão e da exploração, tornando-se causas explícitas de deficiência de caráter.

MacIntyre postula que,

sem o desenvolvimento de um certo nível de virtudes intelectuais e morais, não podemos atingir nem continuar a exercer a razão prática e sem ter desenvolvido algum nível de virtudes, não podemos cuidar e educar adequadamente os outros no processo de aquisição e sustentação do exercício da razão prática. Sem as virtudes, não podemos proteger-nos uns aos outros adequadamente contra a negligência, as simpatias deficientes, a estupidez, a mentalidade aquisitiva e a malícia. (1999, p. 97-98).

Uma sociedade capitalista que prega mais os bens materiais do que os bens interiores, não tem interesse no desenvolvimento das virtudes. Uma comunidade preocupada com o bem comum é uma comunidade onde todos dão e recebem a sua justa medida.

Porém, há sempre a esperança no processo de aquisição de virtudes; até em meios desprezíveis que incitam o desdém, como presídios e grupos ilícitos de qualquer natureza, é possível criar e educar pessoas de caráter. Para tanto, necessário é que o indivíduo reconheça, antes do seu bem, o bem comum.

A justa medida em Aristóteles preconiza que a felicidade do homem encontra-se no equilíbrio, na justa medida, tendo como referência a virtude, evitando os extremos da virtude: os vícios. Tal excesso para mais ou para menos, deve ser evitado, embora a própria virtude varie conforme cada caso particular e demais variáveis envolvidas, mas sempre guiada racionalmente por uma escolha deliberada que permite a decisão e a ação adequada moralmente. Conforme o filósofo, a prática das virtudes é a principal via de acesso à felicidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho remete a uma reflexão sobre a relação ser humano e seu trabalho, no qual “ser ou não ser um artífice” não parece se tratar somente de uma questão, mas de algo essencial para imprimir o sentimento de realização no trabalho e no produto do trabalho e, portanto, essencial para a saúde mental do trabalhador. Tal reflexão perpassa a necessidade de vivenciar a ética nos ambientes de trabalho, mas favorece essa ligação afetiva entre o fazer técnico e o agir ético.

Ao se buscar na teoria aristotélica pressupostos éticos para refletir e compreender a questão ética no fazer e no agir das atividades profissionais, pode-se perceber uma primeira lição: a preocupação com o método para não confundir saber ético com conhecimento científico ou técnico. Isto é, o resultado e o próprio processo de investigação e de tomada de decisão sobre assuntos que envolvem a dimensão ética não podem ser confundidos e resolvidos por puro cálculo do tipo matemático. Nas questões éticas e no fazer técnico, pautado por valores éticos, não se pode esperar soluções prontas e precisas como nas ciências exatas, pois são muitas as variáveis que precisam ser consideradas antes de decidir livremente qual é o melhor caminho para uma ação boa, justa e correta para todos. Em outras palavras, é preciso ter caráter virtuoso e sabedoria de vida para melhor decidir o que fazer e como viver.

Na dimensão do ato, a *phrónesis* – como principal virtude – continua a ser o fundamento indispensável da moralidade, da capacidade do adulto de interpretar as questões práticas. Ela resulta de uma aptidão inicial cultivada e desenvolvida por meio da prática, sendo, necessariamente, o resultado de uma longa experiência. Aristóteles a denomina “sabedoria prática”, que tem a ver com deliberar, que é a capacidade de harmonizar o conhecimento universal (*episteme*) e a técnica (*téchne*), a uma situação particular; atua como um sistema de qualidade, focado na ação, que identifica quais os aspectos do ambiente são relevantes para um caso específico, utilizando os meios apropriados e avaliando os resultados, como um processo de melhoria contínua. Uma pessoa que tenha alcançado a *phrónesis* é *phrônimos*, um homem prudente e virtuoso. Para o *phrônimos* aristotélico, ter *phrónesis* é ter a forma de conhecimento que permite a esse homem tomar as decisões corretas sobre como viver e como ele deve fazer.

O que se aspira a fazer com uma ética das virtudes é conscientizar os empreendedores a aplicá-la com a finalidade de tomar decisões boas e corretas sobre o que devem fabricar. Dessa forma, fornece um modelo de raciocínio prático excelente, conformando homens que precisam tomar decisões importantes para a organização, fundamentadas na capacidade de compreender o ambiente que os cerca e as consequências de suas decisões. Aplicando as virtudes ao raciocínio prático permite-lhes priorizar o que é importante e o que normalmente não é, e o resultado de suas obras serão dotados de virtudes éticas, assim contribuindo para o trabalho de gestão de volta à dimensão do ato, que é uma característica do homem civilizado.

O entrelaçamento entre o fazer e o agir pressupõe atos voluntários e involuntários. Usando uma linguagem não aristotélica, o fazer-agir pressupõe um estado de consciência, talvez de consciência moral, com plena noção da intenção do que se pretende realizar e as respectivas consequências.

Assim, a ação só é considerada ação moral quando for feita com a devida consciência e responsabilidade. A intenção referida é o que o agente pretende fazer; nesse sentido, uma verdadeira ação humana é sempre uma ação intencional. Isso significa que há um propósito, um objetivo prévio que, movido pelo desejo ou vontade, faz o agir. A vontade desejante estimula a capacidade racional de decisão, a capacidade de responder *sim* e também *não*, quando necessário. A vontade influencia na intenção, pois para essa poder existir, é preciso que o agente tenha vontade de constituí-la, e a vontade muitas vezes confunde-se com o desejo. O desejo é um impulso espontâneo que produz um comportamento capaz de satisfazer uma necessidade. O agente, tomando consciência do desejo, pode negá-lo ou não. Se o agente consegue negá-lo, estará diante de uma ação humana, e, por esse motivo, a vontade irá influenciar na decisão final. A decisão exige deliberação, que é o processo de reflexão sobre o que será decidido. A decisão será a escolha entre as alternativas possíveis, em função de determinadas razões. A razão é o motivo para tornar a ação intencional compreensível e racionalizável tanto para o agente como para todos os outros.

O que leva a uma ação é o que a impulsiona, que responde o porquê e, por isso, justifica e explica essa mesma ação. Se o agente puder negar o desejo, dará origem a um motivo; se não puder negá-lo, dará origem a uma causa.

A questão é: como transitar em meio a essas variáveis? As condicionantes da ação humana, ao mesmo tempo que limitam, também abrem horizontes de novas possibilidades, assumindo, desse modo, as condições do próprio agir. Porém, quando a intenção é muito forte, não se medem os meios para atingir os fins.

A ação humana engloba todo o comportamento humano que altera a realidade de forma intencional, consciente e voluntária; são atos que o homem controla. São consideradas ações, porque implicam a liberdade de agir. Assim, se pode concluir que, no agir, o fim da ação está no próprio agente, e no fazer, o fim da ação é exterior ao agente. Fala-se de ação humana porque ela é própria do homem e somente do homem que é racional e pode escolher. Os animais não são sujeitos da ação, atuam por instinto, não agem por escolha livre, apenas reagem ao meio em conformidade com as suas necessidades e condicionantes biológicos.

Assim, a ação humana é sempre intencional, voluntária e consciente, que logo se explica a partir de um motivo, e exige um agente responsável que realize uma deliberação correta e a sua consequente decisão; implica um projeto, uma intenção e é sempre exequível considerando-se as circunstâncias do momento.

Pode-se, então, resumir que há uma natureza dada ou adquirida, inerente apenas ao homem que, em sociedade, exerce o seu papel pela aprendizagem e a experiência adquirida, que vão dar-lhe autonomia, capacidade de escolha, poder de decisão e poder de agir.

Sem esse livre-arbítrio, desapareceriam totalmente as noções de bem e de mal, de justo e injusto e se viveria num vazio ético-moral. Seríamos meros autômatos, meros efeitos de causas que não dominamos, simples seres vivos sem projeto, sem intenção, sem vontade, seres cuja identidade não seria uma construção baseada em escolhas realizadas ao longo da vida. O mundo seria uma sequência de acontecimentos sem sentido, sem propósito e sem finalidade.

Pode-se, então, deduzir que o termo *agir* está condicionado pelos fatores que designam os comportamentos intencionais, conscientes e voluntários, enquanto o termo *fazer* configura-se num sentido mais amplo, abrangendo também o que alguns animais fazem. Mas os movimentos que fazemos ao dormir e as reações fisiológicas que são próprias dos seres vivos pertencem à parte irracional da alma e não são passíveis de qualificação moral.

Ao se aplicarem esses conceitos, pode-se saber qual desses termos se faz presente e qual é o seu sentido. No âmbito da ação, existe uma rede conceitual que

permite identificar e interligar os seus elementos constituintes. O agente é aquele que pratica a ação, fazendo-o com determinada intenção e devido a um certo motivo. Numa certa altura, o agente tem a percepção de si mesmo como autor da ação, tendo a capacidade de escolha em conformidade com a sua vontade. Na ocasião dessa escolha, o agente irá deliberar, ponderando entre as várias possibilidades e irá decidir escolhendo aquela que mais lhe convém.

As decisões do agente não são puramente racionais, pois têm condicionantes emocionais, físicos, psicológicos e também influências sociais e culturais. Assim, o agente confere um fim à ação de forma consciente e voluntária, não podendo essa ser confundida com o fazer involuntário e, por vezes, de carácter obrigatório. Por isso a estratégia de recompensa adotada pela nova economia de mercado eliminou formas tradicionais de recompensa no trabalho, que preservavam de alguma maneira valores emocionais e morais familiares e comunitários que não podem ser medidos pelo cálculo contábil. Não se pode esquecer que o ideal de felicidade para Aristóteles considerava a certeza de uma atividade ou obra bem-realizada pelo seu próprio autor pela consciência de sua própria existência como um homem bom e virtuoso.

Vimos na concepção de Sennett (2009), que é possível aprender conhecendo a técnica, mas essa aprendizagem está intimamente ligada à disposição de experimentar por meio do erro. A aprendizagem da técnica envolve, também, uma repetição que permite ao artífice tomar consciência das coisas, que torna possível aprimorar o seu autocontrole, utilizar de forma adequada e equilibrada suas forças e habilidades, sincronizar corpo e mente e se concentrar naquilo que faz de forma a se envolver emocional e intelectualmente com sua atividade.

Assim, o processo e o resultado do fazer implicam, necessariamente, um agir ético, via transmissão de valores intrínsecos aos produtos manipulados pelo artífice. Na oficina, é relevante que o mestre não só diga como, mas demonstre, por meio de atos, os procedimentos corretos. Assim sendo, o fazer ético também implica um ser ético, pois não se pode pressupor um fazer sem ética, uma vez que o produto constitui-se de várias etapas de valores agregados para que o mesmo cumpra a sua função eficientemente.

Sennett (2009, p. 297) destaca, contudo, que esse desejo pessoal não se encontra desvinculado da organização social. As organizações são responsáveis por proporcionarem um ambiente que favoreça o uso positivo dessas características,

seja fortalecendo a capacitação do artífice, seja contribuindo para que ele aprenda a gerir sua obsessão, “questionando-a e moderando-a”.

É o trabalho, portanto, que coloca o homem no mundo e define as relações que estabelece. O seu fazer não é neutro e nem mesmo os objetos por ele criados, sendo fundamental o orgulho que sente pelo seu trabalho. Essas premissas encarregam-se de romper com a pretensa inocência que rodeia o trabalho humano. O trabalho pode não ser para o bem comum, pode causar o mal, por isso, é necessário que o artífice reflita constantemente sobre os aspectos éticos inerentes ao seu trabalho, ter consciência e convicção de estar fazendo a melhor atividade, pois isso definirá o futuro da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- AGUILAR, Francis. *A ética nas empresas*. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- ALMEIDA, Júlia de. Entre texto e imagem: título e quadro. *Revista Alceu*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 28-41, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Mário da Gama Cury. Brasília: UnB, 1985.
- ARRUDA, Maria Cecília C. de; WHITAKER, Maria do C.; RAMOS, José Maria R. *Fundamentos de ética empresarial e econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. *Código de ética: um instrumento que adiciona valor*. São Paulo: Negócio, 2002.
- AUBENQUE, Pierre. *La prudence chez Aristote*. 2. ed. Paris: PUF, 1976.
- BAUMGARTEN, A. G. *Estética: a lógica da arte e do poema*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. de Floriano de Souza Fernandez. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. Trad. de Dion David. São Paulo: Loyola, 1998.
- BERTI, Enrico. *Perfil de Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2012.
- BRANDÃO, Antônio Jackson de Souza. *Téchne: entre a arte e a técnica*. *Revista Litteris Filosofia*, Rio de Janeiro, n. 5, jul. 2010.
- BRUGNERA, Neditso Lauro. *A escravidão em Aristóteles*. Porto Alegre: Edipucrs. 1998.
- BOCAYUVA, Izabela (Org.). *Ethos na Antiguidade*: IN: SEMINÁRIO DE FILOSOFIA ANTIGA, 5., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro: Via Verita, 2013.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. *Gestão da qualidade: conceitos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2010.

CASTORÍADES, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto 1*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CAVANAGH, Gerald F. Political counterbalance and personal volues: ethics and responsibility in a global economy. *Business Ethics Quartely*, Chicago, v. 10, iss.1, p. 43-51, Jan. 2000.

CENCI, A. V. *Ética geral e das profissões*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2010.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CHEDIU, P. J. ÉMILE: *le manuel d'Épictete* (1847). Paris: Hachette, 2008. Disponível em: <<http://archive.org/details/lemanueldpiccte00epic>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

COLLETTE, A. *Introduction à la psychologie dynamique*. 9. ed. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1978. Disponível em: <<http://pt.oboulo.com/mecanismo+de+defesa+do+ego>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

CORTINA, A. *Ética de la empresa*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

CORTINA, A. *Construir confiança: ética da empresa na sociedade*. São Paulo: Loyola, 2007.

CORTINA, A.; MARTÍNEZ, N. *Ética*. 2. ed. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009.

COTRIN, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*, São Paulo: Ática, 2003.

CROSBY, Philip B. *Qualidade é investimento*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

DE GEORGE, Richard T. *Business ethics*. 4th ed. New Jersey: Princeton Hall Inc., 1995.

DRUCKER, Peter. *Desafios gerenciais para o século XXI*. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, John; FERRELL, Linda. *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FLUSSER, Vilém. *Hacia una filosofía de la fotografía*. México: Trillas; Sigma, 1990.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Edusf, 2004.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GARCIA, Alicia Olabuenaga. De la técnica a la téchne. *Revista de Filosofía*, Madrid, n. 1, 1997.

GATES, Bill. *A estrada do futuro*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GUARIGLIA, Osvaldo. *La ética en Aristóteles: o la moral de la virtud*. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

HEGEL, G.W.F. Estética. In Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
_____. Prefácio: Fenomenologia do Espírito. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

JONAS, Hans. *O Princípio da Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC/Rio, 2006.

JONES, T. M. Ethical decision making by individuals in organizations. *The Academy of Management Review*, v. 16, iss. 2, p. 366-395, 1991.

KANT, E. *Groundwork of the metaphysics of morals*. Trad. de H. J. Paton. New York: Harper & Row, 1964.

KANT, E. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KESSERLING, T. *Ética, política e desenvolvimento humano*. Caxias do Sul: Educ, 2007.

LEMOS, Júlio. Agir em vista ao bem? *Dicta & Contradicta*, São Paulo: IFE, n. 2, 2008.

MACINTYRE, A. C. *A short history of ethics: a history of moral philosophy from the Homeric age to the twentieth century*, 2nded. New York: MacMillan; London: Routledge, 1998.

MACINTYRE, A. C. *Dependent rational animals: why human beings need the virtues*. Chicago: Open Court, 1999.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. L. 1. vs. 1 e 2.

MOODY-STUART, Marks. Putting principles into practice: the ethical challenge to global business. In: ARRUDA, Maria Cecília Coutinho; ENDERLE, George. *Improving globalization*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. p. 51-70.

MORAES, Francisco de. Aristóteles e o 'homem bom' como medida de todas as coisas. In: BOCAYUVA, Izabela (Org.). *Ethos na Antiguidade*: IN: SEMINÁRIO DE

FILOSOFIA ANTIGA, 5., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro: Via Verita, 2013, p. 69-83.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. São Paulo: Papyrus, 1997.

MOREIRA, Joaquim M. *A ética empresarial no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 2002.

NASH, John et al. *Deciding factor*. New York: J. Wiley, 2009.

PALADINI, Edson Pacheco. *Gestão da qualidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

PAVIANI, Jayme. *Cultura, humanismo e globalização*. 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2007.

PAVIANI, Jayme. O fazer e agir. *Pioneiro*, Caxias do Sul, n. 11.216, 12 nov. 2011.

PAVIANI, Jayme. A função pedagógica da ética em Aristóteles. *Revista Educação*, Porto Alegre: PUCRS, v. 35, n. 1, p. 110-115, jan./abr. 2012.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PENA, Roberto Patrus Múndin. Business Ethics: ¿una estrategia empresarial que envuelve la ética o una ética empresarial que envuelve estrategia? In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ÉTICA, NEGÓCIOS E ECONOMIA, 6., 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FGV, 2003. p. 38-44. 1 CD-ROM.

PINTO, A. V. O conceito de tecnologia. São Paulo: Contraponto, 2008. v. 1.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

SANCHO, Juana M. *Para una tecnologia educativa*. Barcelona: Horsori, 1998.

SANGALLI, I. J. *O fim último do homem: da eudaimonia aristotélica à beatitude agostiniana*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SANTORO, Fernando. Sobre a estética de Aristóteles. *Viso Caderno de Estética Aplicada*, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em:
<http://www.revistaviso.com.br/pdfviso_2_1_fernandosobreaesteticade Aristoteles>.
Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. [A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHILLER, F. *Kallias ou sobre a beleza: a correspondência entre Schiller e Körner*. Trad. e introd. de Ricardo Barbosa. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SENNETT, R. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

SLACK, Nigel et al. *Administração da produção*. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, J. C.; EWALD, A. P. Reflexões à sombra de Adorno: cultura do consumo, razão existencial e sofrimento psíquico. *Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas*, Madrid: Universidade Complutense. Número Especial: Monográficos (MA.O) Theodor W. Adorno (1903-2003), v. 1, n. 1, p. 1-12, 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/nomadas>> e <<http://www.ucm.es/info/nomadas/monograficos.html>>. Acesso em: 15 set. 2012.

SOLOMON, C. S. *Ética e excelência: cooperação e integridade nos negócios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOLOMON, Robert. *A melhor maneira de fazer negócio: como a integridade pessoal leva ao sucesso corporativo*. São Paulo: Negócio, 2000.

SPONVILLE, André Comte. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: M. Fontes, 1999.

SROUR, H. S. *Ética empresarial*. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VÁSQUEZ, A.C. *Filosofia da práxis*, ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia V: introdução à ética filosófica II*. São Paulo: Loyola, 2000.

VELÁSQUEZ, Manuel G. *Business ethics: concepts and cases*. 4th ed. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1998.

VENTURA, Adriana Miguel. *Ética nos negócios e ética pessoal: uma questão de integridade*. 2004. 233 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas da FGV, São Paulo, 2004.

WAGNER, Eugenia Sales. *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê, 2002.

WHITEHEAD, Alfred North. *Religion in the making*. New York: MacMillan, 1937.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ética, estratégia e comunicação*. 2. ed. São Paulo: Ed. da FGV, 2002.

ZINGANO, Marco. Aristóteles: *Ethica Nicomachea*: tratado da virtude moral. São Paulo: Odysseus, 2008.

Obras de apoio:

ARAÚJO, R. O solo histórico da noção de *téchne* e a reflexão de Platão na *República*. *HTTNO – Téchne*, São Paulo: Educ, n. 4, 1998.

ARAÚJO, L. C. de. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. São Paulo: Atlas, 2010.

ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

BERNSTEIN, Serge. *Além do objetivismo e do relativismo*. Oxford: Blackwell, 1983.

BORGES, José Ferreira et al. *Contextos*. 11. ed. Lisboa: Porto, 2011.

CAFFYN, S.; BESSANT, J. *A capability-based model for continuous improvement*: proceedings of 3th International Conference of the Euroma. London, 1996.

CRT. CAUX ROUND TABLE. *Caux Round Table Principles for Business*. Disponível em: <<http://www.cauxroundtable.org>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração: teoria, processo e prática*. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CORTELLA, M. S. *Qual é a tua obra?* 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HEGEL, George W. F. *Cursos de estética*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

JURAN, J. M. *A qualidade desde o projeto: os novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços*. São Paulo: Cenage, 2011.

LADRIÈRE, Jean. *Os desafios da racionalidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAFARGUE, Paul. *O Capital*. São Paulo: Conrad do Brasil, 2003.

MATTAR, J. *Filosofia e ética na administração*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MESQUITA, Melissa. *Competências essenciais para melhoria contínua da produção*. São Paulo: Abril, 2003.

NUSSBAUM, Martha C. *La fragilidad del bien: fortuna y ética en la tragedia y la filosofía griega*. Madrid: Visor, 1995.

PASSOS, E. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2010.

PESQUEUX, Y. *Filosofia e organizações*. São Paulo: Cenage, 2008.

ROTHERY, Brian. *ISO 9000*. Portland: Gowewr Pub. Co., 1993.

SÁ, A. L. de. *Ética profissional*. 9. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SODRÉ, M.; PAIVA, R. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SONTAG, Susan. *Ensaaios sobre fotografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

SPINELLI, M. *O nascimento da filosofia grega e sua transição ao Medievalo*. Caxias do Sul: Educs, 2010.

SROUR, Robert Henry. *Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OHNO, Taiichi. *Sistema Toyota de Produção*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

VALCÁREL, A. *Ética contra estética*. 1. ed. Barcelona: Barcelona, 1998.

VELASCO, Marina. *O que é justiça?* Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2001.

VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 1999.